

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2019

Secretaria de Estado de Assistência Social,
Trabalho Emprego e Renda.

SEASTER

HELDER BARBALHO

Governador do Estado do Pará

LÚCIO DUTRA VALE

Vice Governador do Estado do Pará

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário da Secretaria de Assistência Social, Emprego e Renda

VALDO DIVINO DA SILVA FILHO

Secretário Adjunto de Assistência Social

ESMERINO NERE BATISTA FILHO

Secretário Adjunto do Trabalho, Emprego e Renda

Verena Fadul dos Santos Arruda

Diretoria de Assistência Social

Ricardo Avelino Ganzer

Diretoria de Renda de Cidadania e Combate à Pobreza...

Maria de Nazaré Cardoso Costa da Rocha

Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional

José Raimundo Pompeu Portilho

Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo

Pedro Lúcio Santos Rocha

Diretoria de Trabalho e Renda

Maria Evaneide Pantoja da Silva

Diretora de Administração e Finanças

SEASTER

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DA SEASTER

Equipe Técnica

Carlos Augusto Machado

Coordenador do Núcleo de Planejamento – NUPLAN

Janice Ferreira dos Santos

Gerente de Orçamento

Lucinda Assis Sena

Gerente de Monitoramento e Avaliação

Francinete Pontes

Socióloga

Cleidiane de Oliveira Sena dos Santos

Assistente Social

Maria Regina Reis Souza

Economista

Nilza Maria Rodrigues Ferreira

Assistente Social

Suzany Belém Ribeiro

Agente Administrativo

Catarina Santos Lima

Agente Administrativo

Vitor Gabriel de Moraes Costa

Estagiário

Lucinda Assis Sena

Elaboração: Sistematização e Edição

SEASTER

LISTA DE SIGLAS

ANOREG	Associação dos Notórios e Registradores do Pará
BEPAH	Benefício as Pessoas Acometidas pela Hanseníase
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSOL	Cadastro Nacional de Economia Solidária
CAPACITA/SUAS	Programa Nacional de Capacitação do SUAS
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEDEC	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
CEDPD	Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência
CEDPI	Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa
CERPI	Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa
CIIC	Centro Integrado de Inclusão e cidadania
CILPA	Centro de Interpretação de Libras do Pará
COBEN	Sistema de Controle de Concessão de Benefícios
COHAB	Companhia de Habitação Estado do Pará
COMPAR	Companhia Paraense de Refrigerante
CONSEAN	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAF	Diretoria Administrativa e de Finanças
DAS	Diretoria de Assistência Social
DIEESE	Dep. Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos.
DISAN	Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional
DQPE	Diretoria de Qualificação Profissional
DRCCP	Diretoria de Renda de Cidadania e Combate a Pobreza
DTE	Diretoria de Trabalho e Emprego
EPAN	Equipamento Público de Alimentação Nutricional
FASEPA	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FRC	Fundo de Registro Civil
IMO	Intermediação de Mão-de-obra
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEI	Microempresário Individual
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGS	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa do Artesanato Brasileiro
PBF	Programa Bolsa Família
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informação Social
RCN	Registro Civil de Nascimento
SEASTER	Secr. de Estado de Assistência Social, Trab. Emprego e Renda
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SESMA	Secretaria Municipal de Saúde
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará
SICAB	Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJE	Tribunal de Justiça do Estado

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	7
2.	DESEMPENHO DA GESTÃO – Análise geral do Exercício 2019.....	9
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, PROGRAMAS E AÇÕES DA SEASTER	19
3.1.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	19
3.2.	PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	23
3.2.1.	Capacitação dos Trab. do SUAS, SINASE e SISAN	24
3.2.2.	Realização de Monitoramento e Vigilância Social do Trabalho	31
3.2.3.	Enfrentamento á Violência Sexual e Trabalho Infantil.....	36
3.2.4.	Apoio aos Munic. na Inclusão aos Serv. Benef. Progr. Socioassistenciais.....	40
3.2.5.	Cofinanciamento da Gestão e de Serviço Sociassistencial.....	44
3.2.6.	Benef. à Pessoa com Hanseníase e Pes./Fam. Sit. Vuln. Temporária	47
3.2.7.	Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência	52
3.2.8.	Implementação de Ações de Alta Complexidade	56
3.2.9.	Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	60
3.2.10.	Imp. do Observatório de Vulnerabilidade e Risco Social	63
3.2.11.	Apoio às Org. não Gov. Integrantes da Rede Socioassistencial	64
3.2.12.	Apoio aos Organismos de Controle Social	65
3.2.13.	Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	69
3.2.14.	Implementação de Equip. Públicos de Seg. Alimentar e Nutricional.....	73
3.2.15.	Apoio à Prod. Familiar, Aquisição de Alimentos e Cons. Inclusivo.....	76
3.3.	PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	80
3.3.1.	Apoio às Unidades Produtivas.....	81
3.3.2.	Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos	86
3.3.3.	Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	90
3.3.4.	Qualificação Social e Profissional	94
3.3.5.	Apoio às Inst. de Cont. Social Política de Trabalho, Emprego e Renda.....	98
3.3.6.	Implementação da Casa do Trabalhador	99
3.3.7.	Intermediação de mão-de-obra	102
3.3.8.	Operacionalização do Seguro Desemprego	106

3.3.9.	Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho.....	108
3.3.10.	Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda no Pará.....	111
3.4.	PROGRAMA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	114
3.4.1.	Apoio à Redução do Subregistro Civil de Nascimento	114
3.5.	PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS.....	118
3.6.	PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO	119
4.	METAS REGIONALIZADAS.....	121
4.1.	Programa Trabalho, Trabalho Emprego e Renda	121
4.2.	Programa Direitos Socioassistenciais.....	122

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), em cumprimento às suas obrigações junto ao Orçamento Geral da União (OGE), conforme a **Instrução Normativa AGE nº 005, de 20 de dezembro de 2019**, **Resolução TCE nº 18.975/2017** e ao **Princípio da Publicidade** essencial à Administração Pública, apresenta seu **Relatório de Desempenho da Gestão 2019**. Nele a SEASTER consolida o produto final do exercício vigente, balizado na programação da LOA - Lei Orçamentária Anual 2019. A consolidação das informações presentes neste relatório foi obtida a partir da execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Programas e Ações pelas quais a SEASTER é responsável em conformidade com o PPA 2016-2019.

A missão da SEATER é garantir o acesso da população paraense à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, à promoção do Trabalho e à geração de emprego e renda, sobretudo, ao considerável estrato populacional formado por famílias e indivíduos em situação de risco, vulnerabilidade e exclusão social. Para tanto, tornou-se imperativo que a participação da Secretaria na construção do Plano Plurianual do Estado (PPA 2016-2019) resultasse na concepção de programas temáticos alinhados às políticas públicas de Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho, Emprego e Renda, consolidando-as como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Neste sentido, as ações finalísticas de responsabilidade da SEASTER no referido PPA ficaram agrupadas em dois programas basilares: **Direitos Socioassistenciais** e **Trabalho Emprego e Renda**. A única exceção se dá com a ação de *Apoio à Redução do Subregistro Civil de Nascimento*, vinculada ao Programa **Cidadania e Direitos Humanos**, que tem por finalidade assegurar a promoção dos direitos humanos por meio da gratuidade das Certidões de Nascimento e de Óbito às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. As demais ações da Secretaria são dos programas **Manutenção da Gestão** e **Governança para Resultados**, ambos com objetivos voltados ao aprimoramento da gestão institucional.

Para aferir o desempenho dos programas acima mencionados no ano de 2019, a Secretaria monitorou e avaliou suas ações finalísticas e administrativas a partir do cruzamento de dados registrados no Sistema de Orçamento e Finanças do Estado (SIAFEM) com as informações quantitativas e qualitativas sistematizadas nos relatórios de atividades mensais das diretorias da SEASTER e lançadas no Sistema Integrado de Planejamento (SIGPLAN). Este desempenho será avaliado no item 02 deste relatório e detalhado quantitativamente nos itens 04, 05, 06, 07 e 08, onde se apresentará por cada região de integração do Estado o avanço das ações que constitui os programas do PPA. Dando destaque para a execução das metas físicas e orçamentárias definidas na LOA 2019. Em seguida, serão feitas no item 09 as últimas considerações sobre a gestão do exercício e, posteriormente, destaque para os anexos conforme solicitação do TCE.

Importante salientar antes da leitura deste relatório, três importantes decisões de governo que a SEASTER considerou, na programação de execução das ações do PPA 2019, as quais exigiram adequação de seus Planos de Trabalho em 2019. A primeira se refere ao Decreto nº 367 de outubro de 2019, que estabelece medidas de austeridade para o reequilíbrio fiscal e financeiro do Poder Executivo Estadual. Este Decreto exigiu reformulações nos Planos de Trabalho de execução das metas físicas do PPA 2019 de responsabilidade da SEASTER. A segunda decisão de governo se refere à transferência da gestão do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado para o Tribunal de Justiça do Estado por determinação superior de Ofício nº1742/TJPA e LEI nº 8.923 de 14 de novembro de 2019. As obrigações sobre este Fundo que eram de competência da SEASTER passaram às mãos do TJE desde novembro de 2019. A terceira diz respeito à ação de governo **Territórios Pela Paz (TERPAZ)** que se efetivou por meio das ações finalísticas que constituem os programas Direitos Socioassistenciais, Cidadania e Direitos Humanos e Trabalho, Emprego e Renda do PPA. O TERPAZ consiste num amplo esforço do Governo Estadual em concretizar a diminuição da vulnerabilidade social e o enfrentamento das dinâmicas da violência no Estado. Sua estratégia consiste na articulação das ações de segurança pública com as ações de cidadania em sete bairros com elevados índices de violência dentro da Região Metropolitana de Belém. A

priorização dessa ação exigiu adaptações no Plano de Trabalho de execução de suas ações ao longo do 2º semestre de 2019. Fato que alterou o resultado de algumas metas físicas e orçamentárias realizadas pela Secretaria.

2. DESEMPENHO DA GESTÃO – ANALISE GERAL DO EXERCÍCIO 2019

No que coube a SEASTER, no ano de 2019 foram investidos **recursos empenhados** da ordem de R\$ 109.879.283,09 em 05 programas do PPA 2019: Direitos Socioassistenciais, Trabalho Emprego e Renda, Cidadania e Direitos Humanos, Manutenção da Gestão e Governança para Resultados. Desse montante, foram investimentos, 38,37% ou R\$ 42.164.597,61 para custear as ações finalísticas do Programa de Direitos Socioassistencias; 3,30% ou R\$ 3.627.419,41 deram conta das ações finalísticas do Programa Trabalho, Emprego e Renda; 4,46% ou R\$ 4.902.309,03 foram investidos na ação de Apoio à Redução do Subregistro Civil de Nascimento do Programa Cidadania e Direitos Humanos; 53,47% ou R\$ 58.756.528,74 custearam o programa de Manutenção da Gestão e 0,39% custearam o programa Governança para Resultados. Importante salientar que ficaram disponíveis ainda, outros R\$ 15.720.348,05 **não empenhados** referentes a recursos de convênios federais.

O montante dos recursos contabilizados acima foi executado dentro de duas Unidades Orçamentárias: a U.O. FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social) e a U.O. SEASTER, incluindo nesta o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência (FUNPEPI) e Fundo Estadual da Criança e Adolescente (FDCA).

No que se refere ao **Programa Direitos Socioassistenciais**, a SEASTER avalia que cumpriu em 2019 seu papel de agente fortalecedor da gestão municipal de assistência social, buscando aprimorar nos 144 municípios do Estado a gestão do SUAS e SISAN, a proteção básica e especial e a promoção do acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade, sobretudo, às populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Este aprimoramento veio da aplicação dos recursos

acima contabilizados em ações como: o apoio técnico e financeiro às gestões municipais; as capacitações profissionais de trabalhadores do SUAS e SISAN; a manutenção das unidades de acolhimento institucional; a implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, o monitoramento de equipamentos, o pagamento de benefícios Eventuais e do BEPAH, o apoio aos organismos de controle social, na priorização de ações nos Territórios de Pacificação (TERPAZ), entre outras ações relevantes para a consolidação das políticas públicas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Pará.

Por meio de atividades de **apoio ao município** continuado, a SEASTER garantiu em 2019 a aplicação de recursos da ordem de R\$ 896.230,34 para atender 144 municípios nas 12 regiões de integração do Estado. A região do Guajará foi a que mais demandou apoio continuado devido ao programa Territórios de Pacificação (TERPAZ) e ao Convênio com a Fábrica Esperança que exigiram investimentos de R\$ 758.768, sobretudo nos municípios de Belém e Ananindeua. Ao mesmo tempo, que as ações de **monitoramento e assessoramento** técnico continuado, também atenderam demandas nos 144 municípios do Estado a um custo de R\$ 450.228,69. Grande parte dessas ações foi realizada na forma de atividades técnicas presenciais, devido às demandas locais exigirem uma intervenção mais aproximada do Estado, sobretudo, no que se refere às gestões mais fragilizadas da assistência social. Um exemplo é o Projeto de Apoio Técnico Integrado (PROATEI) que prestou assessoria integrada e continuada presencial às gestões municipais que apresentam índices de gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF) inferiores aos estabelecidos pelo Ministério da Cidadania. Foram atividades integradas entre SEASTER, SESMA e SEDUC nos 144 municípios do Estado. Outros assessoramentos foram feitos via telefone ou com os gestores municipais reunidos na sede da SEASTER.

Em obediência à Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS/2005) e à Resolução SEASTER/CIB Nº 002/2019 de 07 de maio de 2019, que pactua os critérios de transferência do **Cofinanciamento** Estadual para os municípios, a SEASTER repassou o valor de R\$ 4.004.933,18 para os municípios quites com as suas

devidas prestações de conta. O repasse deste cofinanciamento é oriundo exclusivamente do Tesouro Estadual e foi realizado por transferência de recurso regular e automática, na modalidade fundo a fundo. Somado a eles, a SEASTER assegurou, ainda, recursos da ordem de R\$100.000,00 referentes à contrapartida do Estado no Cofinanciamento Federal de 2019.

Esses cofinanciamentos se destinam a fomentar a manutenção e qualificação dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial do SUAS, executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidades de Acolhimento Institucionais para crianças, idosos, mulheres, adultos e famílias, dentre outras instituições.

Outra ação garantida pela SEASTER de fundamental importância para a gestão estadual da Política de Assistência Social foram às **capacitações** profissionais, pilares na implementação e aprimoramento do SUAS e SISAN. Em 2019, a Secretaria fez a formação e capacitação permanente de 1.707 trabalhadores a um custo de R\$ 1.129.090,41 em municípios das 12 regiões de integração. Sendo as capacitações nas áreas de gestão dos serviços socioassistenciais, desenvolvimento infantil, enfrentamento ao trabalho infantil, enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, financiamento do SUAS, projetos e programas de transferência de renda, sobretudo, capacitações continuadas do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, entre outras. Esses trabalhadores capacitados são gestores do SUAS e SISAN, coordenadores, conselheiros, técnicos da rede socioassistencial do SUAS, entrevistadores municipais do Cadastro Único, entre outros. As capacitações se deram por meio de programas como: Capacita SUAS, Ciranda do Saber, Compartilhando Saberes e Operadores do SUAS, programas alinhados à Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) que concorrem para a produção, análise e disseminação de conhecimentos que aprimoram a execução dos serviços da Política de Assistência Social. Esses trabalhadores são capacitados também por meio de ações de qualificação pactuadas entre SEASTER e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ações que fazem parte do Planejamento de Aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do

Programa Bolsa Família (IGDE/BF), anualmente apresentado, aprovado e homologado através de resolução publicada pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PA.

Em 2019 a SEASTER manteve a oferta de serviços de proteção social especial de **alta complexidade** na modalidade Acolhimento Institucional, investindo R\$ 7.259.921,91 para manter as 08 unidades de acolhimento de sua responsabilidade no Estado do Pará. Gastos que se justificam, sobretudo, pelo aumento circunstancial da demanda de migrantes venezuelanos para acolhimento nas 02 unidades Domingos Zahluth, localizadas em Belém. Tal situação exigiu do Estado investimentos superiores ao programado pelo PPA a fim de mitigar os impactos deste contingenciamento migratório. No geral, os recursos para custear tanto os abrigos Domingos Zahluth, quanto os abrigos Nosso Lar Socorro Gabriel, Lar da Providência e o abrigo de mulheres, todos localizados em Belém, foram da ordem de R\$ 6.969.574,46. Os abrigos Domingos Zahluth atendem e acolhem, hoje, cerca de 100 refugiados, na sua maioria, indígenas venezuelanos da etnia Warao. Assim como os abrigos de idosos acolhem cerca de 90 indivíduos sem vínculo familiar nas duas unidades; e o abrigo de mulheres de Belém atendeu por mês, na sua capacidade total de atendimento, cerca de 20 mulheres vítimas de abuso e violência doméstica.

Há ainda mais 03 unidades de acolhimentos de mulheres custeadas pelo Estado nos municípios de Santarém, Marabá e Altamira, que receberam em 2019 recursos no valor de R\$ 263.091,97 para atender cerca de 20 mulheres ao mês, de acordo com sua capacidade mensal de atendimento.

A SEASTER promoveu o **enfrentamento ao trabalho infantil e à violência sexual** contra crianças e adolescentes por meio da articulação da Secretaria com outros órgãos de promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Neste sentido, visando promover a ampliação do debate sobre a violação dos direitos desse segmento, a SEASTER manteve a secretaria executiva do Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (FPETIPA), garantindo ao longo de 2019 as Reuniões Ordinárias do fórum. Espaços de discursões e avaliações das ações integradas de combate e prevenção ao trabalho infantil, bem como, do monitoramento

do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em 2019, a SEASTER suplantou a meta desta ação pelo PPA em 153%, ampliando o número de pessoas a ser alcançado para a promoção do enfrentamento aos crimes contra as crianças e adolescentes.

Em conformidade com a Lei Estadual nº 7.789/2014, de 09 de janeiro de 2014, a SEASTER garantiu também 2019, **Benefícios Eventuais** no valor de R\$ 678.710,00 a 270 famílias em 04 regiões de integração, devido a perdas sofridas decorrentes de incêndios, alagamentos e enchentes nos municípios de Redenção, Belém, Chaves, Igarapé-Açu e São Domingos do Capim. Com o repasse desses benefícios diretamente ao cidadão ou famílias afetadas, a SEASTER conseguiu mitigar os impactos materiais e emocionais que esses eventos contingenciais causam na vida desses cidadãos.

Também em cumprimento da Lei Complementar nº 05/1990 e a Instrução Operacional Nº01/2011-SEAS/DRCCP, a SEASTER garantiu o montante de R\$ 21.978.671,82 de auxílio Estadual a 2.164 **hansenianos** reconhecidamente pobres e incapazes para o trabalho. Esses beneficiados estão distribuídos nas 12 regiões de integração do Estado. A Concessão de Benefícios à Pessoa Acometida pela Hanseníase (BEPAH) é um direito garantido no Art. 318, da Constituição Estadual, e consiste no pagamento correspondente a 90% do menor salário atribuído ao servidor público do Estado.

No que se refere à **Educação em Segurança Alimentar**, a SEASTER atendeu no Estado 1.739 pessoas a um custo de R\$ 26.273,15, como orientações nutricionais e treinamentos de segurança alimentar. A maioria desses atendimentos foi nos municípios de Belém e Ananindeua, região do Guajará onde se desenvolve o TERPAZ.

Quanto à implementação de **equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, a SEASTER garantiu a manutenção e o funcionamento do Restaurante Comunitário Prato Popular (RCP), ofertando à população de baixa renda 300 refeições diárias. Em 2019, foi investido neste equipamento cerca de R\$ 328.503,18, tanto na conservação do prédio onde o equipamento está instalado, quanto no funcionamento do restaurante que serve refeições diárias de segunda a sexta.

Estão também em fase final de construção duas Cozinhas Comunitárias, uma no município de Xinguara e outra em Ulianópolis. Estes equipamentos são fruto de um Convênio entre a SEASTER e o Ministério da Cidadania, continuado na atual gestão depois de sanado seus entraves administrativos. Segundo o último boletim de medição de 2029, a Cozinha de Xinguara está com 78,23% de suas obras concluídas e a de Ulianópolis com 97,66% também em fase final de conclusão. A previsão de término das duas obras e serviços esta afixada para março de 2020, quando serão entregues definitivamente à população.

O Programa de **Aquisição de Alimentos** na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tem como ação o incentivo à produção e a compra de produtos dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Apesar do profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00, a SEASTER conseguiu garantir o atendimento de 383 famílias em 15 municípios de 09 regiões de integração.

No intuito de promover a habilitação e reabilitação da **Pessoa com Deficiência** e a promoção de sua inclusão à vida comunitária, à proteção social, à defesa e garantia dos direitos, articulando-se às políticas públicas de âmbito nacional, estadual e municipal e movimentos organizativos da sociedade civil, a SEATER, por meio do SINE/CIIC, registrou 784 atendimentos à pessoa com deficiência. Essas pessoas procuraram o SINE/CIIC para cadastro, pesquisa de vagas e informações sobre a contratação e Lei de Cota, sendo a deficiência física a mais absorvida pelo mercado de trabalho formal. Na sequência temos a deficiência auditiva (parcial ou total), deficiência visual (baixa visão ou visual monocular) e a deficiência intelectual. Não houve contratação da pessoa com deficiência múltipla.

Quanto à ação de Apoio à Redução do Subregistro Civil de Nascimento, pertencente ao **Programa Cidadania e Direitos** que se executa apenas pela U.O.

SEASTER, a Secretaria assegurou em 2019 as emissões de 185.600 registros, nas 12 regiões de integração, a um custo liquidado da R\$ 4.902.309,03.

As regiões que demandaram mais registros civis de nascimento em 2019 foram às regiões do Guajará, com 51.077 registros emitidos, seguida da região do Baixo Amazonas com 21.090 registros e Marajó, com 16.292.

As principais atividades desenvolvidas são direcionadas ao combate ao subregistro civil de nascimento, por meio do apoio ao acesso à documentação civil básica nas ações do Fundo do Registro Civil. Como também, ao extravio de Certidão de Nascimento, onde é assegurada a gratuidade desta documentação às pessoas em situação de vulnerabilidade social e o ressarcimento dos atos praticados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.

No que coube à SEASTER, em 2019, os recursos investidos no **Programa Trabalho Emprego e Renda**, que foram executados pela Unidade Orçamentária SEASTER, direcionaram-se ao fortalecimento dos 41 postos do SINE, aprimorando a prestação de seus serviços aos trabalhadores, sobretudo, nas regiões onde estão instalados; promover a geração de vagas de trabalho formal; fomentar a economia solidária, o empreendedorismo, entre outras ações importantes para os trabalhadores e para a economia do Estado.

A SEASTER avalia que o programa Trabalho, Emprego e Renda vêm conseguindo cumprir seu papel na parte que lhe cabe ao enfrentamento das flutuações de emprego que concorrem para o desequilíbrio da empregabilidade no Estado do Pará.

Apesar da atual conjuntura e dos rumos da política econômica nacional, que veem reproduzindo um quadro recessivo aprofundado, marcado pela baixa expectativa de recuperação do desenvolvimento, colocando em xeque qualquer política ativa de emprego e renda, o Pará vem mantendo certo equilíbrio em suas demandas, devido a fatores policausais. Isto é, apesar das flutuações do emprego estarem mais ligadas às políticas macroeconômicas do Governo Federal, o Pará consegue manter certa estabilidade em seus índices de empregabilidade, devido às suas especificidades regionais, distintas pelo seu parque gerador hidroelétrico, amplas áreas de

agronegócios, especialidade em setores de comércio/serviços e a plataforma exportadora de commodities extrativistas, como o setor minerador. São nestes fatores de sintropia que o Estado desenvolve a variável “empregabilidade”, como resultado direto da capacidade de gestão das políticas públicas do mundo do trabalho, mediante enfrentamento dos agentes causadores de seus resultados flutuantes, onde ora se geram vagas de trabalho formal, ora as vagas são desocupadas e não mais preenchidas. Independente dessas variações, o fato é que as potencialidades regionais de criação de ‘saldo’ nas vagas de trabalho formal no Estado como um todo são resultados da convergência de suas riquezas específicas, humanas e materiais.

Apesar de o Pará ter acompanhado a tendência da macroeconomia sentida pela nação nos últimos anos, vem se recuperando desde 2017. Isto é, apesar da evolução das variáveis de empregabilidade na última década mostrar saldo negativo nos anos de 2015, 2016 e 2017 (período que corresponde um momento econômico nos país de negatividade na geração de empregos) a curva já indica ascendência a partir de 2017 e continua crescendo em 2018 e 2019. Tais números mostram que no geral o Estado, por meio da SEASTER, vem cumprindo suas prerrogativas de gestor das políticas públicas de empregabilidade, com resultados superando as expectativas programadas.

Outro setor que vem sendo fortalecido, com a contribuição da SEASTER é o fomento da economia solidária e do empreendedorismo. A Secretaria avalia que o conjunto de ações específicas do Programa Trabalho, Emprego e Renda para esse setor promoveram avanços significativos, sobretudo, na Economia Solidária, promovendo a inclusão de empreendedores artesãos no mercado a partir do apoio na comercialização de seus produtos. A SEASTER viabilizou oportunidades de comercialização de produtos tanto no segmento da gastronomia, quanto na do artesanato, em diversas feiras, como: Feira do Artesanato Paraense (FIAP), Feira do Livro, VII Feira Estadual do Artesanato Paraense, feiras em outros estados do Brasil e feiras menores realizadas por distintas secretarias estaduais que visaram à comercialização desses produtos.

A Economia Solidária expressa práticas de valores como arranjo da produção, comercialização, organização das finanças e dos consumos. A SEASTER vem fortalecendo

essas práticas, pela garantia da retomada de espaços para este empreendedorismo nas ações do PPA. Entretanto, apesar do empenho positivo da Secretaria no que lhe cabe ao fortalecimento da economia solidária e do empreendedorismo, a mesma entende que tem como desafios futuros aprofundar estratégias de desenvolvimento de políticas públicas que consolidem, cada vez mais, a economia solidária como uma viável oportunidade de trabalho e renda no Estado do Pará.

Outra avaliação feita pela SEASTER foi o fator **1º Emprego**. Os estudos mostram que há uma correlação dos resultados de admissão e desligamento que atinge diretamente o jovem no Estado. Tais correlações evidenciam uma constância de decréscimo na curva do 1º emprego. O que significa, a priori, que os trabalhadores e trabalhadoras entre 18 e 29 anos são os que mais vêm sofrendo dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, desde 2011. Até a presente data, essa faixa etária já perdeu cerca de 14% de seu potencial de admissão às vagas de trabalho formal.

Diante da estatística acima, a SEASTER considerou fundamental a implementação de uma política específica voltada para a inclusão de jovens trabalhadores no mercado de trabalho. Baseada nisso, a SEASTER idealizou o Programa **1º Ofício** que tem por objetivo fomentar a inclusão de jovens na faixa-etária entre 14 a 24 anos às vagas de trabalho intermediadas pelo SINE. Esta política visa reagir às condicionantes do mercado, buscando manejo institucional ao enfrentamento desta demanda social. No final de 2019, o Programa foi aprovado, regulamentado, lançado e está em andamento nos Territórios de Pacificação, na fase de realização das visitas e negociações com diversas empresas no intuito de oportunizar mais vagas à juventude.

Neste contexto, incluem-se também os trabalhadores com deficiência e a necessidade de integrá-los ao mundo do trabalho. Inclusive, a missão de conscientizar as empresas de suas obrigações legais quanto às cotas de vagas de trabalho para as pessoas com deficiência tem sido um dos maiores desafios a ser vencido pela SEASTER.

No que se refere à **Casa do Trabalhador**, a SEASTER vem reunindo esforços para readequar a estrutura da rede SINE ao novo desenho da Política de Trabalho do Ministério da Economia, orientada e normatizada pelo Conselho Deliberativo do Fundo

de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Este novo desenho consiste nas Resoluções nº 808/18, nº 825/19 e nº 830/19 que alteram o modus operandis da gestão da área trabalho para municípios e consórcios, via sistema fundo-a-fundo. São resoluções que normatizam as (co) participações e (co) responsabilidades entre os entes públicos federativos, estaduais e municipais. Visando tal readequação à lei, a SEASTER realizou intenso trabalho de orientação das novas regras de funcionamento do Sistema SINE, por meio de contatos e visitas às sedes e postos municipais do SINE distribuídas pelo Estado.

O TERPAZ representa outro ponto positivo na agenda da Secretaria voltada à área trabalho para a região metropolitana de Belém. No que se refere à ação de **Intermediação de Mão-de-Obra** (IMO) a SEASTER, por meio do SINE, vem adotando uma prática de atendimento mais próxima e itinerante dos serviços do Estado junto à população da capital, sobretudo, junto ao estrato de menor renda localizado nas periferias dos territórios. Dessa forma, a Secretaria tem tido um desempenho maior na cobertura das populações em situação de vulnerabilidade que apresentam reais situações de demanda.

A reabertura dos diversos postos do **SINE** no interior do Estado, fechados pela Polícia Federal em razão de denúncias de fraude no Seguro Desemprego, é outro ponto importante de uma agenda positiva. Pois, retoma a possibilidade de garantir os direitos dos trabalhadores nas regiões do Estado, como o Seguro Desemprego. Para tanto, a SEASTER está sendo mais vigilante e constante na prestação de orientações sobre o assunto, junto aos municípios do Estado.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, PROGRAMAS E AÇÕES DA SEASTER

3.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de cumprir sua missão, em 2019 a SEASTER reuniu esforços para executar 31 ações do PPA 2019 nas unidades orçamentárias FEAS e SEASTER, distribuídas em 05 programas distintos, sendo 03 com ações finalísticas e 02 com ações administrativas: **Direitos Socioassistenciais, Trabalho Emprego e Renda, Cidadania e Direitos Humanos, Governança para Resultados e Manutenção da Gestão.**

Para dar conta da gestão que envolve as ações do PPA 2019, a estrutura organizacional da SEASTER é constituída pelo Gabinete do Secretário, Gabinetes dos Secretários Adjuntos, Núcleos, Assessorias, Comissão Permanente de Licitação, Ouvidoria e Diretorias de gestão com coordenadorias e gerências técnicas. O **Quadro 01** sintetiza a estrutura organizacional dessas diretorias responsáveis diretas pelas execuções das ações finalísticas e a DAF pelas ações administrativas. Os **Quadros 02, 03, 04, 05 e 06** mostram o detalhamento das ações por Programas do PPA que cada diretoria executa com anuência dos Gabinetes dos Secretários e monitoramento do NUPLAN – Núcleo de Planejamento da SEASTER.

QUADRO 01: Síntese da estrutura das diretorias da SEASTER

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA.	
Sigla	Diretoria
DAS	Diretoria de Assistência Social
CPSB	Coordenadoria de Proteção Social Básica
CPSEMC	Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade
CPSEAC	Coordenadoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
CEPGT	Coordenadoria de Educação Permanente e Gestão do Trabalho
CVS	Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial
CIIC	Centro Integrado de Inclusão e Cidadania
DISAN	Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional
CGPSAN	Coord. de Gestão Pública de Segurança Alimentar e Nutricional

CIPC	Coordenação de Inclusão Produtiva e Capacitação
CPPAN	Coordenadoria de Programas e Projetos de Alimentação e Nutrição
DRCCP	Diretoria de Renda, Cidadania e Combate a Pobreza.
CGBPT	Coord. de Gestão de Benefícios e Programas de Transf. De renda
GPE	Coord. de Articulação de Programas e Projetos Estratégicos
DQPE	Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo.
CDESE	Coord. de Economia Solidária e Empreendedorismo
CGQP	Coord. Geral de Qualificação Profissional
COPEPI	Coord. de Planejamento, Estudo e Produção da Informação
DTE	Diretoria de Trabalho e Emprego.
CIT	Coord. de Intermediação do Trabalho
CSD	Coord. do Seguro Desemprego
CLCO	Coord. de Logística e Controle Operacional
DAF	Diretoria de Administração e Finanças.
CGP	Coord. de Gestão de Pessoas
CFC	Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
CLA	Coordenadoria de Logística e Administração

QUADRO 02: Programa Direitos Socioassistenciais

Objetivo I: Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN	
Ação	Diretoria
✓ Apoio a Organismos de Controle Social	Conselho\ DAS\DISAN
✓ Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	DAS\DISAN\DRCCP
✓ Realização de Monit. Vigilância Social e Gestão do Trabalho	DAS\DISAN\DRCCP
✓ Implementação do Observatório de Vulnerab. e Risco Social	DAS
Objetivo II: Fortalecer a Proteção Básica Especial	
Ação	Diretoria
✓ Ações de Atenção à Pessoa Idosa e Suas Famílias	DAS
✓ Ações de Enfr. a Violência Sexual e Trabalho Infantil	DAS

✓ Apoio aos Municípios na Inclusão aos Serviços, Benefícios e Programas Socioassistenciais.	DAS\DISAN\DRCCP
✓ Apoio às Orgs Integrantes da Rede Socioassistencial	DAS
✓ Cofinanciamento da Gestão e de Serviço Socioassistencial	DAS
✓ Implementação de Ações da Alta Complexidade	DAS
✓ Implementação de Ações Integr. Pessoa com Deficiência.	DAS
✓ Concessão de Benefícios à Pessoa Acometida pela Hanseníase e Pessoas/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária	DAS
Objetivo III: Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade á populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.	
Ação	Diretoria
✓ Apoio a Prod. Familiar, Aquisição Alimentos e Cons. Inclusivo	DISAN
✓ Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	DISAN
✓ Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	DISAN

QUADRO 03: Programa Cidadania e Direitos Humanos

Objetivo I: Promover os Direitos Humanos	
Ação	Diretoria
✓ Apoio à Redução do Subregistro Civil de Nascimento	DRCCP

QUADRO 04: Programa Trabalho Emprego e Renda

Objetivo I: Fortalecer a economia solidária e o empreendedorismo	
Ação	Diretoria
✓ Apoio a Unidades Produtivas	DQPE
✓ Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos	DQPE
✓ Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	DQPE
✓ Qualificação Social e Profissional	DQPE
✓ Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda no Pará	DQPE
Objetivo II: Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho	
Ação	Diretoria

✓ Implementação da Casa do Trabalhador	DTE
✓ Intermediação de Mão-de-obra	DTE
✓ Operacionalização do Seguro Desemprego	DTE
✓ Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	DTE
✓ Apoio às Instituições de Controle Social da Política do Trabalho, Emprego e Renda	DTE

QUADRO 05: Programa Governança para Resultados

Objetivo I: Promover a Integração da Gestão Regionalizada	
Ação	Diretoria
✓ Descentralização dos Serviços Públicos	DAF
✓ Edição e Publicação de Atos Administrativos	DAF
✓ Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	DAF

QUADRO 06: Programa Manutenção da Gestão

Objetivo II: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Ação	Diretoria
✓ Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	DAF
✓ Concessão de Auxílio Alimentação	DAF
✓ Concessão de Auxílio Transporte	DAF
✓ Operacionalização das Ações Administrativas	DAF
✓ Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	DAF

3.2. PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

Os objetivos do Programa Direitos Socioassistenciais, de modo geral, se alinham com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. São objetivos que buscam: Fortalecer a gestão do SUAS, SINASE e SISAN; Fortalecer a proteção social básica e especial; Promover o acesso à alimentação adequada e de qualidade para as populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Bem como, garantir o atendimento integral ao socioeducando em privação de liberdade e atenção a egressos. Não cabe a SEASTER executar este último objetivo, dado ser de responsabilidade única e exclusiva da Fundação de Atendimento Socioeducacional do Estado do Pará (FASEPA).

No que coube a SEASTER, foram investidos recursos da ordem de R\$ 42.164.597,61 nas ações finalísticas do Programa Direitos Socioassistenciais, isto é, cerca de 38,37% do montante geral de recursos empenhados pela Secretaria no ano de 2019. Essas ações buscaram a consolidação da Política Pública Estadual de Assistência social, a partir do aprimoramento do SUAS e SISAN, do fortalecimento da proteção básica e especial e da garantia de acesso à alimentação segura e nutricional no Estado do Pará. O detalhamento dessas ações teve como recorte de análise as regiões de integração do Estado onde elas foram executadas. A fonte dos dados analisados é oriunda do cruzamento das informações quantitativas e qualitativas lançadas mensalmente no SIGPLAN, com as informações financeiras contidas no SIAFEM.

Os recursos direcionados ao Programa Direitos Socioassistenciais foram executados em duas Unidades Orçamentárias: U.O. FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social) e U.O. SEASTER que inclui o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência (FUNDEPI) e Fundo Estadual da Criança e Adolescente (FDCA).

3.2.1. CAPACITAÇÃO DOS TRAB. DO SUAS, SINASE E SISAN

Em 2019, de modo geral, foram programadas para serem executadas dentro das duas Unidades Orçamentárias FEAS E SEASTER o montante de R\$725.000,00 para capacitar 2.386 trabalhadores do SUAS e do SISAN nos 144 municípios do Estado do Pará. Foram capacitados, no entanto, o montante de 1.707 trabalhadores a um custo de R\$ 1.129.090,41 em 131 municípios das 12 regiões de integração. Isto é, foram realizados 71% da meta física programada, ao mesmo tempo, que a meta orçamentária foi excedida em 156% da programada.

Por outro lado, cerca de 30% das capacitações não foram executadas. O não alcance desta meta programada se deve aos seguintes fatores:

Primeiro pelos entraves administrativo-financeiros acarretados pela mudança de gestão no início de 2019, entraves agravados pela Política de Contenção de Despesas, Decreto Estadual nº 367/2019, que exigiu um redimensionamento completo do Plano de Trabalho das equipes técnicas das diretorias da SEASTER, responsáveis pelas capacitações.

O segundo fator foram às eleições para conselheiros tutelares que seriam realizadas nos 144 municípios no ano de 2019. Ou seja, a SEASTER entendeu que mais eficaz na otimização dos recursos públicos seria ministrar as capacitações em 2020 para os novos conselheiros eleitos, ano em que tais serviços seriam mais necessários ao bom desempenho da gestão desses novos conselheiros.

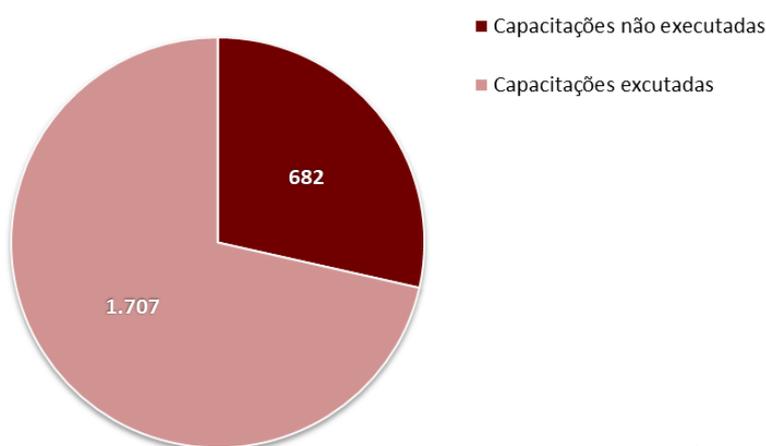
O terceiro fator diz respeito às metas reprogramadas do Programa CAPACITASUAS para 2020, devido à reformulação do Plano de Trabalho e ajustes relevantes no Termo de Cooperação Técnica e Financeira.

O corte orçamentário substancial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que forçou a redução do número de municípios a serem atendidos pelo programa, foi o quarto fator que contribuiu para que a SEASTER não alcançasse a meta programada, visto que parte das capacitações estavam atreladas ao referido programa. Isto é, o Programa PAA sofreu corte de 90% no orçamento do Convênio, reduzindo os recursos de R\$

10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Tal corte resultou na redução das famílias a serem atendidas na maioria dos municípios programados pelo PAA no Estado do Pará que, por sua vez, reduziu também as capacitações a serem ministradas. Tais capacitações seriam dadas à gestão municipal e, sobretudo, às equipes técnicas que iriam executar a operacionalização do PAA nos municípios para atender aos produtores familiares.

O **Gráfico 01** mostra o desempenho geral da SEASTER no que tange as capacitações executadas.

Gráfico 01: Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Ação de Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Ao se detalhar separadamente as Unidades Orçamentárias, verifica-se que do montante de R\$725.000,00, R\$ 600.000,00 foram programadas para serem executados pela U.O. FEAS para capacitar 2.262 trabalhadores do montante geral de 2.386 trabalhadores previstos. Mas esta meta não foi atingida, sendo capacitados 1.610 trabalhadores em 127 municípios das 12 regiões a um custo de R\$1.064.563,48. Isto é, a meta orçamentária executada na U.O FEAS excedeu a programada em 177% e a meta física alcançou 71% da meta prevista.

Verifica-se, ainda, que para a U.O. SEASTER sobraram R\$ 125.000,00 para capacitar 124 trabalhadores distribuídos em 62 municípios de 06 regiões de integração.

Dessa programação, entretanto, foram capacitados 72 trabalhadores a um custo de R\$ 18.910,85. Capacitações essas realizadas nas regiões do Caeté e Tocantins.

Na região do Guajará, foram executadas no município de Belém mais 25 capacitações não programadas pelo PPA 2019 a um custo de R\$ 45.616,08. Estas capacitações se justificam pelas demandas prioritárias nos Territórios de Pacificação (TERPAZ). Logo, foi executado na U.O SEASTER 97 capacitações ou cerca de 76% da meta prevista um custo de R\$ 64.526,93 ou 52% do planejado no PPA.

Segundo a **Tabela 01** e os **Gráficos 02 e 03**, que mostram o número de **pessoas capacitadas** a partir da consolidação das metas executadas nas duas unidades orçamentárias, observa-se que apenas as regiões do Araguaia e Marajó não alcançaram 50% das metas previstas, sendo que Caeté, Capim, Tapajós e Tocantins executaram entre 50% e 60% das capacitações planejadas. Já a outra metade das regiões se aproximou ou ultrapassou os 100% das capacitações previstas.

O **Gráfico 03**, demonstra que com exceção da região do Carajás que excedeu a sua meta orçamentária programada em 145% e das regiões do Marajó, Lago Tucuruí e Tocantins que se aproximaram dos 100% previstos, o restante das regiões não executou 35% de seu orçamento para 2019.

A região do Guajará não está representada no gráfico 03, visto a execução de sua meta orçamentária ter extrapolado de R\$17.204,00 para R\$ 868.134,00. Belém e Ananindeua demandaram 86% desta meta física executada na região, bem como, o excedente de recursos.

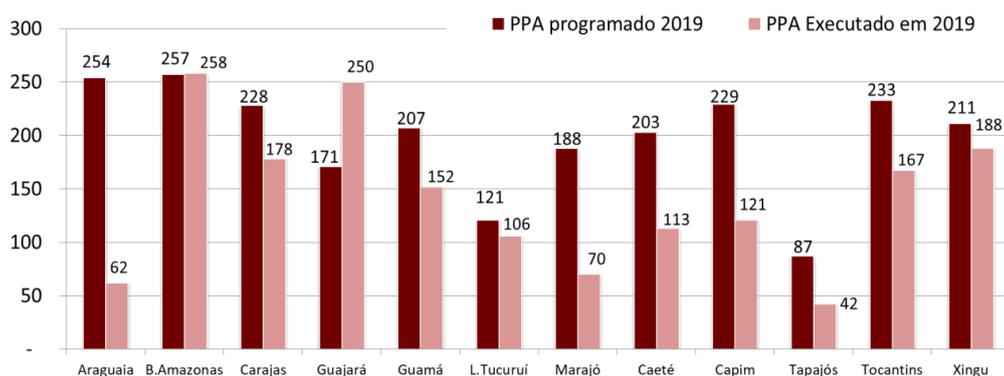
O aumento considerável da meta orçamentária executada na região do Guajará foi o que mais contribuiu para o extrapolamento da meta geral da ação no Estado. Tal fato se deve, sobretudo, aos serviços de capacitações exigidos pela ação de governo TERPAZ no município de Belém, despesas com eventos, como o XXI Encontro Nacional do CONGEMAS em junho de 2019, realizado na capital Belém e despesas com capacitações de técnicos da SEASTER em outros estados, seja com cursos ou eventos nacionais relevantes para o aprimoramento da gestão da assistência social no Estado do Pará.

Tabela 01: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	254	62	24%	100.517	31.447	31%
B.Amazonas	257	258	100%	55.232	41.892	76%
Carajas	228	178	78%	22.314	32.397	145%
Guajará	171	250	146%	17.204	868.134	5046%
Guamá	207	152	73%	93.861	13.064	14%
L.Tucuruí	121	106	88%	40.889	25.964	63%
Marajó	188	70	37%	70.967	13.936	20%
Caeté	203	113	56%	126.819	14.579	11%
Capim	229	121	53%	59.489	21.922	37%
Tapajós	87	42	48%	28.653	4.618	16%
Tocantins	233	167	72%	48.076	43.355	90%
Xingu	211	188	89%	60.976	17.783	29%
Total	2.389	1.707	71%	724.997,00	1.129.090,41	156%

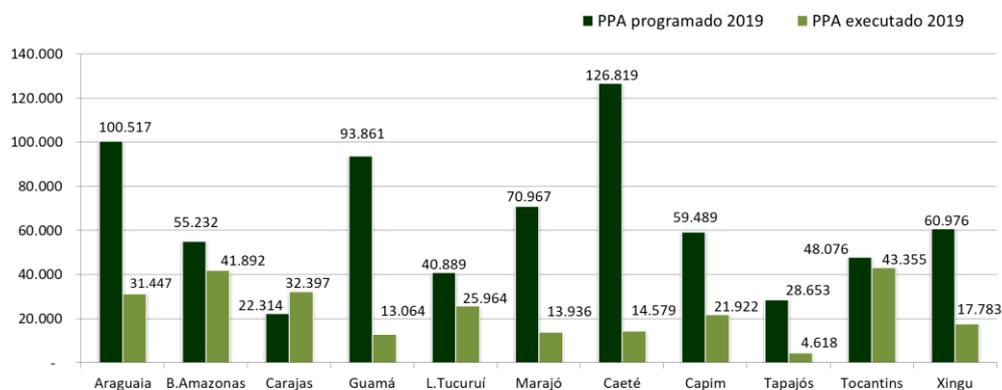
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 2: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN, por Região de Integração em 2019. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 3: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN, por Região de Integração em 2019. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

As capacitações realizadas pelo U.O FEAS estão discriminadas conforme segue abaixo: **Operadores do SUAS:** a SEASTER realizou curso de capacitação sobre a Política de Assistência Social aos trabalhadores dos municípios de forma regionalizada. Foram 06 cursos de capacitação de nivelamento sobre a Política de Assistência Social com carga horária de 20 horas a 40 horas, atendendo trabalhadores nas seguintes regiões: Araguaia, Capim, Guajará, Guamá, Marajó e Tocantins. Os trabalhadores do SUAS foram capacitados e certificadores como multiplicadores da referida Política. Os municípios atendidos por este programa foram: Benevides, Marituba, Santa Barbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Ananindeua, Belém, Colares, Cachoeira do Arari, Vigia, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Breves, Curalinho, Gurupá, Portel, Garrafão do Norte, Igarapé Açu, Inhangapi, Irituia, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá, Muaná, Terra Alta, Limoeiro do Ajuru, Paragominas, Redenção. **Ciranda do Saber:** qualifica os servidores da SEASTER, abordando temas transversais à política de Assistência Social. Realização do primeiro Encontro intitulado “Transtorno do Espectro Autista: História, Conceitos e Direitos – Conhecendo para incluir”, com duração de 04 horas. O evento qualificou servidores/multiplicadores da SEASTER que realizam monitoramento, assessoramento e apoio técnico nos municípios do Estado do Pará. **Compartilhando Saberes:** esta capacitação objetiva fazer a socialização de conhecimentos e informações adquiridos em capacitações promovidas pelo Ministério da Cidadania. Realização de dois encontros para socialização de conhecimento aos servidores desta Secretaria. O primeiro encontro foi sobre “Os serviços de Alta Complexidade direcionados aos povos refugiados do país da Venezuela, povos indígenas da etnia Warao”. O segundo momento foi sobre o Programa Primeira Infância no SUAS. **Capacita SUAS:** Foram realizados três cursos de capacitação sobre “Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS”, com carga horária de 40 horas sobre a política de Assistência Social, atendendo os municípios das seguintes regiões: Baixo Amazonas e Carajás – Pólo Santarém e Marabá. **Formação Específica:** Realização de qualificação sobre “Construção do Plano Municipal de Assistência Social”, com carga horária de 08 horas, atendendo 08 municípios da Região do Baixo Tocantins: Abaetetuba, Acará, Baião, Cametá, Igarapé

Açu, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará. **Programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz:** O programa visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais. A ideia é fortalecer os vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. Foram realizadas 05 capacitações nos Métodos de Guia de Visita Domiciliar - GVD e no Método de Cuidados do Desenvolvimento da Criança - CDC, destinados a supervisores e visitadores. Foram 20 municípios representados por trabalhadores que foram certificados. As capacitações foram nos municípios polos de: Itupiranga, Mãe do Rio, Vitoria do Xingu, Agua azul do Norte e Santarém. **SIPIA:** realização de dois cursos de capacitação para operar o Sistema de informação para Infância e Adolescência, com carga horária de 32 horas, atendendo 07 municípios do baixo Amazonas. Os conselheiros tutelares foram capacitados e certificados. Os municípios atendidos foram: Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém, Juruti e Placas. **Capacitação de gestores e trabalhadores do SUAS para implantação de CREAS municipais:** Foram realizadas capacitações para 04 municípios que solicitaram diretamente ao Governo Federal a implantação de CREAS municipal: Bagre (Marajó), Rurópolis (Tapajós), Juruti (Baixo Amazonas) e Cachoeira do Arari (Marajó). Nesses municípios o Estado cumpriu com a sua prerrogativa que é desenvolver capacitações aos profissionais que executarão os serviços tipificados e ofertados nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social. **Capacitação da Vigilância Socioassistencial:** A SEASTER ofertou capacitação sobre Indicadores Sociais para a Vigilância Socioassistencial, técnicos do CRAS, CREAS, Unidade de Acolhimento e Cadúnico da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Parauapebas/PA, no período de 21 a 25 de Outubro de 2019. **Formação Continuada do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e Benefícios Assistenciais:** Foram capacitados mais de 600 gestores, coordenadores, técnicos e entrevistadores municipais do Cadastro Único nas 12 regiões de integração do Estado.

Alguns Registros Fotográficos – Capacitações de Trabalhadores do SUAS



Foto 01: Capacitação de Operadores do SUAS.
Programa TERPAZ: Região do Guajará.



Foto 02: Capacitação de Gestores do Cadastro
Único e Progr. Bolsa Família. Capanema.



Foto 03: Capacitação do Programa CRIANÇA FELIZ.
Município de Água Azul do Norte.



Foto 04: Capacitação da equipe técnica da CEPGT
na Sede da SEASTER – Belém.



Foto 05: Programa CRIANÇA FELIZ– Seminário
sobre Intersetorialidade. M. de Santarém.

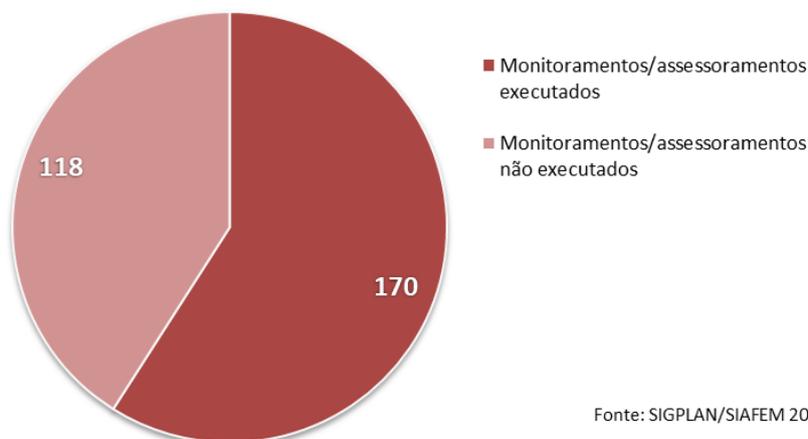


Foto 06: Prog. 1ª INFÂNCIA – Capac. Método Guia
de Visita Domiciliar. M. de Santarém Novo.

3.2.2. REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA SOCIAL DO TRABALHO

No geral, para 2019 foram programados nas Unidades Orçamentárias FEAS e SEASTER o montante de R\$ 210.084,00 para executar 02 monitoramentos/assessoramento em cada município do Estado do Pará. Seriam, então, 288 monitoramentos/assessoramentos técnicos a serem realizados nos 144 municípios das 12 regiões de integração do Estado do Pará. Foram executados, no entanto, 170 monitoramentos/assessoramentos que alcançaram os 144 municípios do Estado a um custo de R\$ 450.228,69. Isto é, ainda foi necessário exceder a meta orçamentária em 214% para realizar 60% da meta física programada. Apesar da meta física não ter sido atingida, a SEASTER possibilitou a presença efetiva do Estado em 100% dos municípios, garantindo assim o apoio continuado às gestões municipais de assistência Social. O **Gráfico 04** ilustra o avanço geral das metas físicas em 2019.

Gráfico 04: Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Ação de Monitoramento e Vigilância Social do Trabalho** em 2019



Ao se analisar a execução da referida ação por Unidades Orçamentárias, verifica-se que os 288 monitoramentos/assessoramentos divididos igualmente entre as U.O.FEAS e U.O SEASTER tiveram metas orçamentárias desiguais, sendo respectivamente R\$160.084,00 para se executar na primeira e R\$ 50.000,00 para se executar na segunda unidade.

Pela U.O.FEAS, os 144 monitoramentos/assessoramentos previstos foram 100% executados a um custo que excedeu 278% da meta orçamentária prevista, ou R\$444.468,81. Os outros 144 monitoramentos/assessoramentos previstos para serem executados pela U.O.SEASTER, apenas 26 foram realizados em municípios das regiões do Carajás, Guajará, Guamá, Marajó, Caeté, Capim Tocantins e Xingu, a um custo de R\$ 5.759,88. O baixo desempenho da ação na U.O.SEASTER mais uma vez se deve ao corte orçamentário substancial dos recursos federais que custeavam o Programa PAA. Esse corte retirou do programa grande parte dos municípios que seriam contemplados com as ações do PAA, os quais seriam posteriormente monitorados/assessorados pela ação Monitoramento e Vigilância Social.

Além das demandas do Programa PPA que restaram após o corte do Governo Federal, outros monitoramentos/assessoramentos foram realizados na U.O.SEASTER referentes à Inclusão Produtiva e sua disseminação nos municípios, como também os monitoramentos do Projeto Cisternas. Este último efetivado por solicitação do Ministério da Cidadania para finalização de prestação de contas da SEASTER.

A Tabela 2 e os **Gráficos 05 e 06** mostram o **número de monitoramentos** por região e demonstram a consolidação das metas executadas nas duas unidades orçamentárias e seu avanço por região de integração. Em relação às metas físicas, verifica-se que apenas a região do Caeté teve um desempenho positivo, alcançando 90% dos monitoramentos programados, o restante oscilou entre 50% e 60%. Em relação à meta orçamentária apenas as regiões do Baixo Amazonas, Guamá e Lago Tucuruí não tiveram o desempenho esperado, o restante se aproximou ou extrapolou as suas metas previstas. A região do Guajará não está representada no gráfico 06, visto sua meta orçamentária ter extrapolado, consideravelmente de R\$ 7.125,00 para R\$ 249.925,00. Este excedente financeiro se deve ao substancial aumento das demandas de monitoramentos/assessoramentos nos territórios de pacificação do TERPAZ que aumentaram de 05 para 40 monitoramentos/assessoramentos, sobretudo, nos municípios de Ananindeua, Marituba e Belém. Bem como, o cumprimento de demandas oriundas do Convênio 07/2012 com a Fábrica Esperança – Polo Produtivo.

Tabela 02: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Monitoramento e Vigilância Social do Trabalho em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	30	15	50%	26.366	26.681	101%
B.Amazonas	26	13	50%	22.366	9.253	41%
Carajas	24	14	58%	18.366	24.813	135%
Guajará	10	6	60%	7.125	249.925	3508%
Guamá	36	20	56%	27.617	19.020	69%
L.Tucuruí	14	7	50%	11.058	6.370	58%
Marajó	32	18	56%	22.448	36.487	163%
Caeté	30	27	90%	19.299	23.129	120%
Capim	32	19	59%	19.517	22.310	114%
Tapajós	12	6	50%	8.832	8.906	101%
Tocantins	22	14	64%	16.900	14.877	88%
Xingu	20	11	55%	10.190	8.459	83%
Total	288	170	59%	210.084,00	450.228,69	214%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 5: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Monitoramento e Vigilância Social do Trabalho, por Região de Integração. Execução de METAS FÍSICAS

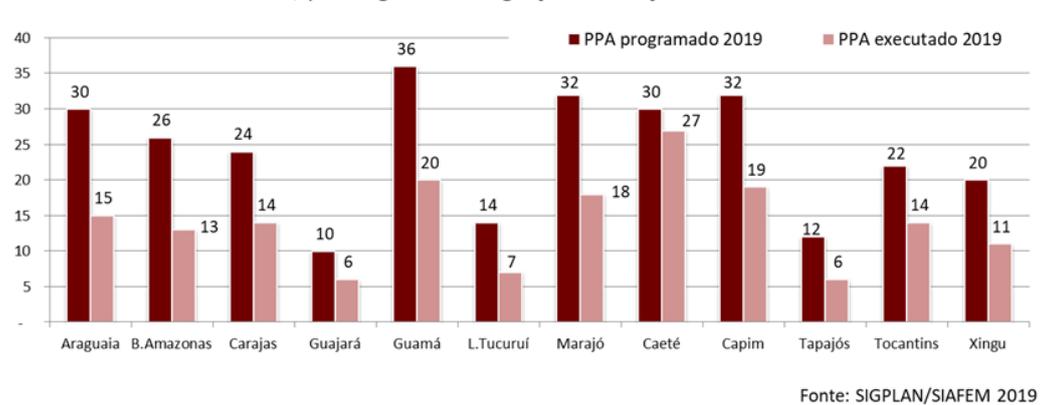
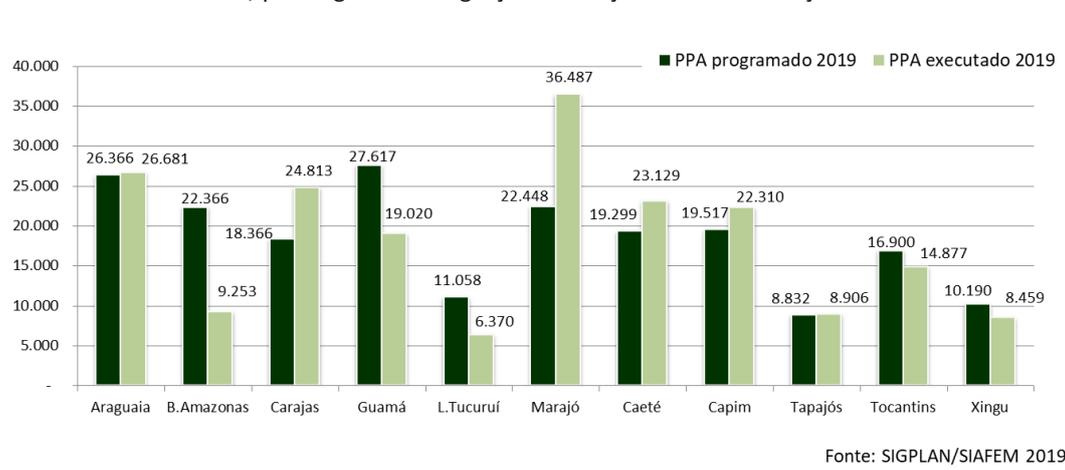


Gráfico 6: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Monitoramento e Vigilância Social do Trabalho, por Região de Integração. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Importante salientar que os monitoramentos/assessoramentos podem ser executados simultaneamente e até mais de uma vez no mesmo município ao longo do ano. Tanto, que são feitos de forma continuada presencial, via telefone, vídeo conferência ou em reuniões com os gestores municipais na sede da SEATER em Belém. Outra forma de assessoramento é o apoio técnico intersetorial aos municípios com fragilidade de gestão. Em 2019, contudo, essa ação foi executada em sua grande maioria de forma mais presencial, devido às demandas locais exigirem uma intervenção mais aproximada do Estado, como no caso de Belém devido ao TERPAZ.

As atividades desenvolvidas compreendem as ações de reuniões ampliadas com os gestores municipais e equipes técnicas, orientações técnicas sobre os serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais, registros de dados e elaboração de relatórios técnicos. Os assessoramentos feitos na Sede da SEASTER priorizaram esclarecimentos sobre a Política de senha, sistema da Rede SUAS como: SAA, CADSUAS, Plano de Ação, Demonstrativo e Prontuário SUAS. A ação conseguiu, também, que os municípios preenchessem os Planos de Ação do governo federal, o demonstrativo físico-sintético, descentralização das senhas dos gestores, para que os técnicos municipais tivessem acesso aos sistemas do Ministério da Cidadania.

Pelo Projeto de Apoio Técnico Integrado (PROATEI), elaborado no ano de 2011 com o objetivo de prestar apoio técnico integrado as Gestões municipais que apresentam índices de gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa família (PBF) inferiores aos estabelecidos pelo Ministério da Cidadania, assessoramentos foram executados nos 144 municípios em 2019. No PROATEI são realizadas visitas técnicas aos municípios com a participação das seguintes secretarias estaduais: Assistência Social (SEASTER), Saúde (SESPA) e Educação (SEDUC), buscando o fortalecimento da intersetorialidade, bem como, a elaboração de estratégias de superação das dificuldades no processo de operacionalidade da gestão do PBF, tais como: cumprimento das condicionalidades, acompanhamento familiar, atualização cadastral, realização de busca ativa e inserção das famílias na rede socioassistencial.

Alguns registros fotográficos – Assessoramento/Monitor. Vigilância Social do Trabalho

	
<p>Foto 07: Assessoramento: Orientações sobre o Programa Acessuas Trabalho. Pacajá.</p>	<p>Foto 08: Reunião de Monitoramento com os técnicos do município de Oeiras do Pará.</p>
	
<p>Foto 09: Monitoramento do Prog. Acessuas Trabalho. Município de Muaná</p>	<p>Foto 10: Assessoramento sobre o cofinanciamento. Município de Medicilândia. Sede SEASTER.</p>
	
<p>Foto 11: Monitoramento: 1º Reunião de Trabalho com os técnicos da FUNPAPA.</p>	<p>Foto 12: Assessoramento: Orientações sobre os recursos do CRES. Floresta do Araguaia.</p>

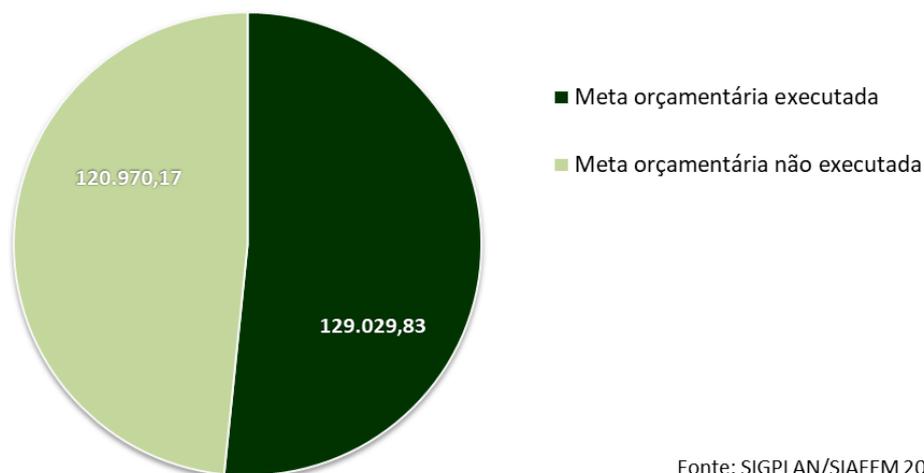
3.2.3. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL E TRABALHO INFANTIL

Em 2019, as ações de enfrentamento à violência sexual e Trabalho Infantil foram programadas para serem executadas apenas na U.O. FEAS, objetivando atender 171 pessoas nas regiões do Marajó e Xingu, a um custo de R\$ 250.000,00.

Foram atendidas, no entanto, 12% da meta prevista ou 20 pessoas, 16 na região do Marajó e 06 na região do Xingu. Atendimentos que custaram R\$ 2.565,00 ou 2% da meta orçamentária programada. Contudo, ao longo de 2019 foram demandados eventos importantes que atenderam outras 242 pessoas em regiões não programadas pelo PPA 2019: 229 pessoas na região do Guajará, 07 pessoas na região do Baixo Amazonas e 06 pessoas na região do Tapajós, mediante um custo geral da ordem de R\$ 126.464,83.

Consolidando os números acima contabilizados, registra-se a meta física de 262 pessoas atendidas, um excedente de 153% da meta oficialmente programada. Assim como, um custo de R\$ 129.029,83 ou 52% da meta orçamentária programada. **O Gráfico 07** ilustra o avanço da meta orçamentária no ano de 2019.

Gráfico 07 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Ação de Enfrentamento à Violência Sexual e ao Trabalho Infantil** em 2019



A **Tabela 03** mostra as **pessoas atendidas** e demonstra que na região do Marajó e Xingu foram atendidas 20 pessoas. Sendo que 16 foram atendidas na região do Marajó, nos municípios de Anajás, Bagre e Cachoeira do Arari. São trabalhadores dos CRAS e CRES, Cadastro Único e da Rede Intersetorial que foram atendidos com esclarecimentos técnicos acerca das distintas formas de trabalho infantil. Na região do Xingu, foram atendidos outros 04 trabalhadores do setor com os mesmos esclarecimentos.

Tabela 03: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Enfrentamento à Violência Sexual e ao Trabalho Infantil** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
Baixo Amazonas	-	7	-	-	8.771,97	-
Carajas	-	-	-	-	-	-
Guajará	-	229	-	-	116.477,86	-
Guamá	-	-	-	-	-	-
Lago Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	96	16	17%	144.000,00	2.565,00	2%
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	6	-	-	1.215,00	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	75	4	5%	106.000,00	-	0%
Total	171	262	153%	250.000,00	129.029,83	52%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Por solicitação demandada do ente federativo municipal foram executados atendimentos não programados pelo PPA 2019 *in loco* na região do Baixo Amazonas nos municípios de Belterra, Juriti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Oriximiná e Santarém. Os trabalhadores do CRAS e CRES desses municípios receberam capacitações, apoio técnico na execução de suas ações de atendimento às vítimas de exploração sexual, bem como, esclarecimentos técnicos sobre o fluxo de atendimento das situações de violação de direitos identificadas e atendidas por seus equipamentos de assistência.

A região do Tapajós também recebeu atendimento não programado *in loco* nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão por

solicitação municipal, os quais receberam o mesmo apoio técnico realizado nos municípios do Baixo Amazonas.

Apesar de não estar programada no PPA 2019, foram realizados eventos na região do Guajará para otimizar os recursos disponíveis, conforme exigia a Política de Contenção de Despesas 2019. Foram eventos que envolveram outras regiões não programadas, mas também as regiões programadas no referido PPA, como a região do Marajó, registrando as maiores metas físicas e orçamentárias executadas por esta ação no Estado. Foram 229 pessoas atendidas a um custo de R\$ 116.477,86. Entre os eventos, destacamos as campanhas temáticas, seminário Estadual de enfrentamento a violência sexual e trabalho infantil que ocorreram no município de Belém. Este último evento foi denominado de *“I Colóquio do Comitê Estadual de Enfrentamento À Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Pará – Tema: A proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na Amazônia”*. Participaram 112 municípios das 12 regiões de integração, sobretudo a região do Marajó. O objetivo do evento foi discutir sobre novas óticas na pauta da infância e da adolescência, bem como fortalecer e articular a rede de proteção, consolidando o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A SEASTER foi parceria com o Ministério Público do Estado do Pará e Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do qual a Secretaria é membro efetivo. Nesta parceria foram realizados eventos importantes também, como à mobilização de público para o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A SEASTER também garantiu sua representatividade nas reuniões ordinárias do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente. Em 2019 o grande desafio do comitê foi o lançamento do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente, pois está pendente a revisão e a avaliação final das ações propostas pelos órgãos integrantes.

As atividades desta ação são de execução compartilhada entre o poder executivo estadual e as instâncias de debate e deliberação como o Comitê Estadual de

Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA) e o Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (FPETIPA). Neste sentido, a SEASTER por intermédio da CPSE-MC, manteve a secretaria executiva do Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (FPETIPA), e garantiu ao longo de 2019 as Reuniões Ordinárias do fórum, com o objetivo de discutir e avaliar as ações integradas de combate e prevenção ao trabalho infantil, assim como o monitoramento do Plano Estadual. Anteriormente, as reuniões ocorriam de forma esporádica, em 2019 ficou fixada como data, toda segunda terça-feira de cada mês.

Alguns registros fotográficos – Enfrentamento à Violência Sexual e ao Trabalho Infantil

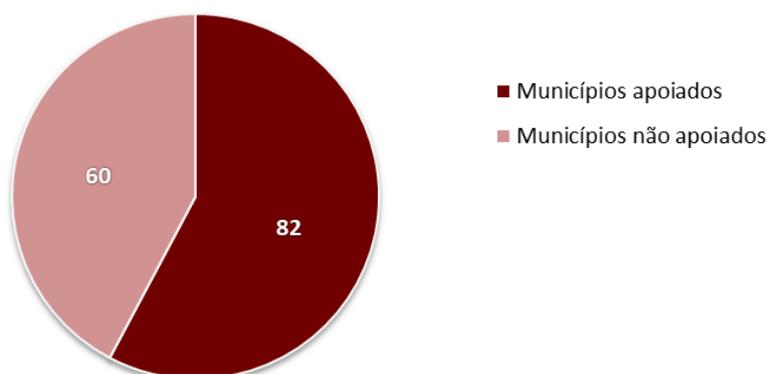
	
<p>Foto 13: Reunião técnica: Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente- FPETIPA.</p>	<p>Foto 14: Reunião técnica: Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes- CEEVSCA.</p>
	
<p>Foto 15: I Colóquio: Palestra do Ministério da Cidadania. Município de Belém.</p>	<p>Foto 16: Reunião Ordinária: Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil - FPETIPA.</p>

3.2.4. APOIO AOS MUNIC. NA INCLUSÃO AOS SERV. BENEF. PROGR.

SOCIOASSISTENCIAIS

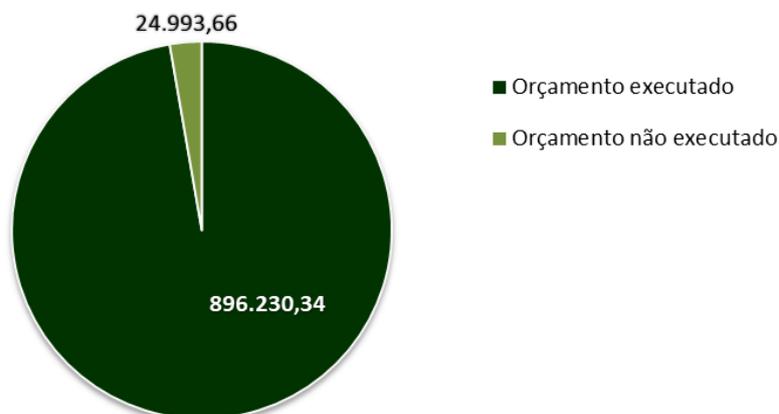
Foram programadas pelas Unidades Orçamentárias FEAS E SEASTER o montante de R\$ 921.224,00 para dar apoio técnico em 142 municípios do Estado do Pará em 2019. Foram executados, contudo, apoio a 82 municípios a um custo total de R\$ 896.230,34. Ou seja, a meta física executada foi de 58% da meta prevista e a meta orçamentária executada foi de 97% do orçamento programada. Os **Gráficos 08** e **09** ilustram o avanço geral das metas físicas e orçamentárias.

Gráfico 08: Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Ação de Apoio aos Municípios na Inclusão aos Serviços e Benefícios e Programas Socioassistenciais** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 09: Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Ação de Apoio aos Municípios na Inclusão aos Serviços e Benefícios e Programas Socioassistenciais** em 2019



Analisando-se os recursos por unidades orçamentárias, verifica-se que do montante de 142 apoios programados aos municípios do Estado, a SEASTER programou apoiar 137 municípios pela U.O. FEAS a um custo de R\$ 650.000,00 e 05 pela U.O. SEASTER. Foram apoiados pela U.O. FEAS, no entanto, 76 municípios ou 55% da meta programada a um custo de 90% do orçamento previsto ou R\$ 896.230,34. Desse montante, R\$ 758.768,02 foram relocados para a região do Guajará, onde foram realizados a maioria dos apoios programados, sobretudo os demandados pelas ações de governo do programa TERPAZ que exigiu tal deslocamento. Belém, Ananindeua e Marituba, onde se encontram os territórios de pacificação, agregaram 81% das atividades desta ação que viabiliza apoios técnicos aos municípios.

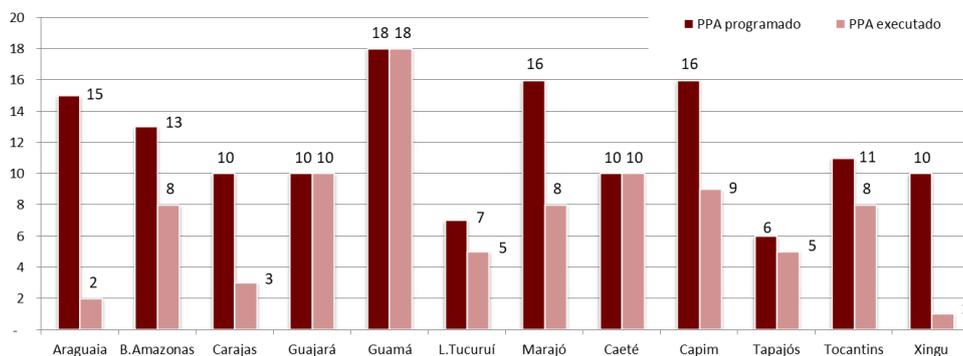
Salienta-se que dentro desta ação, estavam programadas desde 2015 as construções de 02 CRAS no município de Chaves e Palestina do Pará, por meio da Emenda Parlamentar nº 20910010. Programação esta redimensionada em 2016 para a construção somente do CRAS de Chaves, devido ao corte orçamentário do Governo Federal. Após 04 anos de entraves administrativos, em 2019 foi liberada a Ordem de Serviço nº 01/2019 do Contrato nº 58/2018 que estipula o prazo final de 22/09/2020 para a finalização da obra. No momento a empresa contratada está nos serviços preliminares de locação da obra. Para a U.O. SEASTER foram programados 05 apoios na região do Guajará a um custo orçado da ordem de R\$ 271.224,00. Contudo, não foram realizados no ano de 2019. **A Tabela 04** e os **Gráficos 09 e 10** mostram os **municípios apoiados** e demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias por região de integração nas duas U.O. Observa-se que 04 regiões de integração se aproximaram ou alcançaram a meta física em 100% do programado, 05 variaram entre 50% e 80% da meta programada e 03 não executaram 30% do previsto. Na região do Tapajós, apesar de executadas metas físicas, não foram registrados execução orçamentária. Isso se deve ao fato deste apoio não ter sido presencial nos municípios, mas realizado por via telefônica ou em reuniões na sede da SEASTER. As regiões do Xingu e Araguaia foram as que menos receberam apoios aos seus municípios, sendo que no Xingu apenas 01 foi apoiado e no Araguaia 02.

Tabela 04: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Apoio aos Municípios na Inclusão aos Serviços e Benefícios e Programas Socioassistenciais** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	15	2	13%	91.666	5.130	6%
B.Amazonas	13	8	62%	91.666	12.959	14%
Carajas	10	3	30%	57.666	18.652	32%
Guajará	10	10	100%	311.224	758.768	244%
Guamá	18	18	100%	91.666	14.241	16%
L.Tucuruí	7	5	71%	24.351	10.365	43%
Marajó	16	8	50%	14.666	17.564	120%
Caeté	10	10	100%	75.666	5.293	7%
Capim	16	9	56%	24.351	14.742	61%
Tapajós	6	5	83%	24.351	-	0%
Tocantins	11	8	73%	24.352	33.759	139%
Xingu	10	1	10%	89.599	4.758	5%
Total	142	87	61%	921.224,00	896.230,34	97%

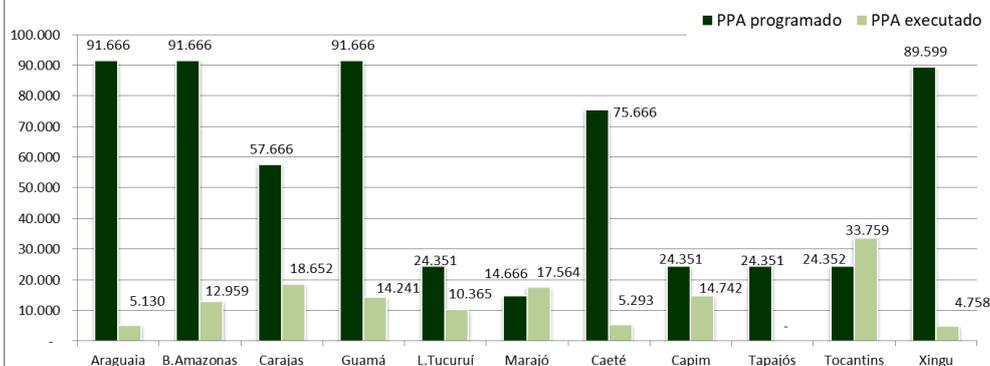
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 10: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Apoio aos Municípios na Inclusão aos Serviços e Benefícios e Programas Socioassistenciais, por Região de Integração. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 11: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Apoio aos Municípios na Inclusão aos Serviços e Benefícios e Programas Socioassistenciais, por Região de Integração. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Alguns registros Fotográficos – Ação de Apoio aos Municípios na Inclusão dos Serviços e Benefícios e Programas Sociais



Foto 17: Serviço itinerante “Meu Registro” TERPAZ. Cabanagem– Município de Belém.



Foto 18: Serviço itinerante “Meu Registro” TERPAZ. Nova União – Município de Marituba.



Foto 19: Serviço de apoio ação Integrada de Cidadania da Polícia Civil. TERPAZ. Marituba.



Foto 20: Serviço itinerante “Meu Registro” TERPAZ. Icuí-Guajará – Município de Ananindeua.



Foto 21: Dialogando sobre a Comunidade. TERPAZ. Terra Firme – Município de Belém.

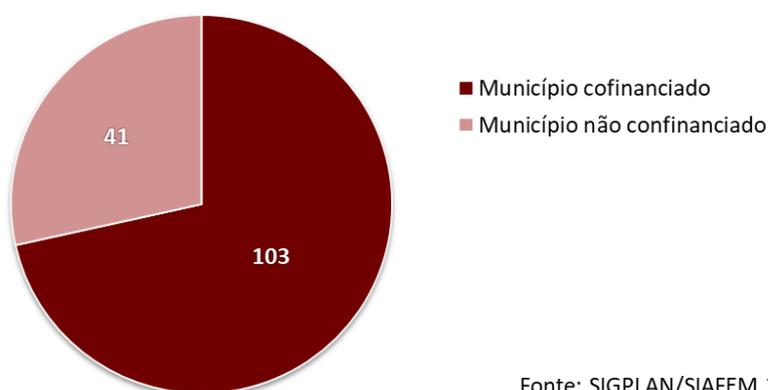


Foto 22: Dialogando sobre a Comunidade. TERPAZ. Icuí-Guajará – Município de Ananindeua.

3.2.5. COFINANCIAMENTO DA GESTÃO E DE SERVIÇO SOCIASSISTENCIAL

Foi programada apenas na Unidade Orçamentária FEAS o montante de R\$ 3.150.000,00 para cofinanciar os 144 municípios do Estado do Pará. Sendo que no ano de 2019 foram cofinanciados 103 municípios em todas as regiões de integração de Estado ou 72% dos municípios programados. O Custo liquidado excedeu o programado em cerca de 130%. O Gráfico 12 ilustra o avanço geral da meta física.

Gráfico 12: Desempenho Geral da SEASTER na execução de Cofinanciamento da Gestão e de Serviços Sociassistenciais em 2019



A **Tabela 05** e os **Gráficos 13** e **14** mostram os **municípios cofinanciados**. Apesar da SEASTER não ter alcançado 100% da meta, possibilitou o repasse do cofinanciamento para todas as 12 regiões do Estado. Marajó e Tapajós tiveram 50% de seus municípios cadastrados contemplados. O restante das regiões teve entre 60% e 90% de seus municípios contemplados e metade das regiões recebeu cofinanciamentos que excederam a meta orçamentária programada, resultando num acréscimo de R\$ 854.933,18.

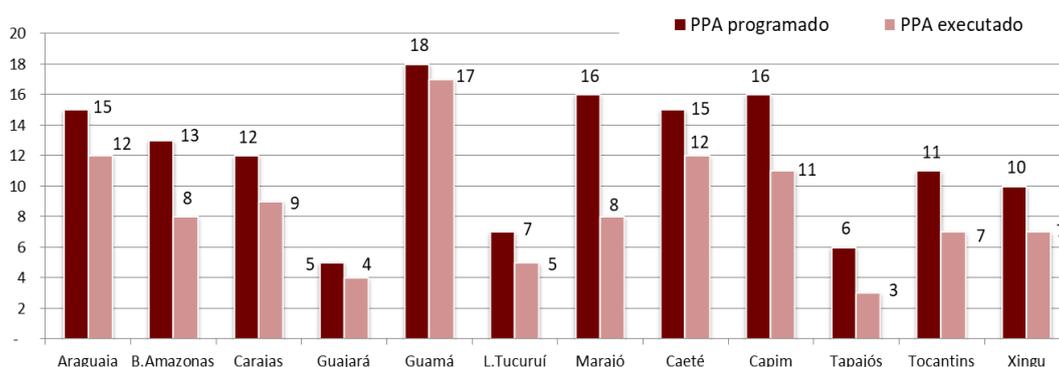
Importante salientar que a Vigilância Socioassistencial da SEASTER realizou contato com os 144 municípios, por meio de e-mail, telefone e mensagens em rede social para a solicitação da documentação necessária à habilitação ao cofinanciamento estadual de 2019. Salienta-se que na 1ª etapa de seleção, 103 se habilitaram para receber 06 meses de recursos do cofinanciamento estadual e outros 15 se habilitaram para receber 03 meses, totalizando 118 municípios cadastrados.

Tabela 05: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Cofinanciamento da Gestão e de Serviços Socioassistenciais em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	15	12	80%	291.666,00	407.808,29	140%
Baixo Amazonas	13	8	62%	266.666,00	291.410,30	109%
Carajas	12	9	75%	305.363,00	239.492,24	78%
Guajará	5	4	80%	56.674,00	196.226,73	346%
Guamá	18	17	94%	298.666,00	562.104,29	188%
Lago Tucuruí	7	5	71%	272.135,00	133.119,37	49%
Marajó	16	8	50%	293.500,00	238.543,82	81%
Caeté	15	12	80%	298.666,00	387.161,64	130%
Capim	16	11	69%	266.666,00	970.798,15	364%
Tapajós	6	3	50%	266.666,00	113.057,65	42%
Tocantins	11	7	64%	266.666,00	210.616,19	79%
Xingu	10	7	70%	266.666,00	254.594,51	95%
Total	144	103	72%	3.150.000,00	4.004.933,18	127%

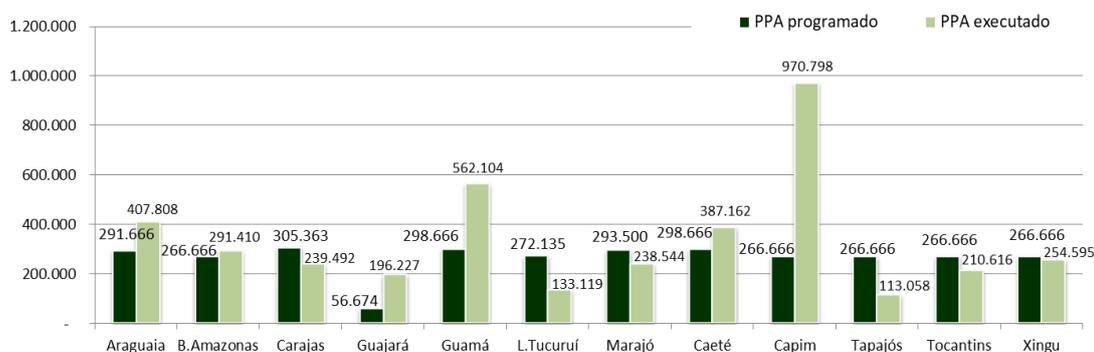
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 12: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Cofinanciamento da Gestão e de Serviços Socioassistenciais, por Região de Integração. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 13: Desempenho da SEASTER na execução da Ação de Cofinanciamento da Gestão e de Serviços Socioassistenciais, por Região de Integração. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Ficaram de fora do cofinanciamento 26 municípios que não conseguiram atualizar seus Planos de Assistência Social ou ainda não os havia elaborado. A Vigilância, então, orientou os municípios a elaborá-los ou atualizá-los, sempre conscientizando os gestores da importância do planejamento nas ações da assistência social. Mesmo assim, esses municípios não conseguiram ficar em dia com suas prestações de contas de cofinanciamentos anteriores, reduzindo assim a cobertura do cofinanciamento para os 144 municípios do Estado. O repasse deste cofinanciamento é oriundo exclusivamente do Tesouro Estadual e foi realizado por transferência de recurso regular e automática, na modalidade fundo a fundo. A SEASTER assegurou, ainda, recursos da ordem de R\$100.000,00 referentes à contrapartida do Estado no Cofinanciamento Federal de 2019, quantia que compõe o montante financeiro acima contabilizado.

As etapas para habilitação dos municípios foram as seguintes: realizar a prestação de contas dos cofinanciamentos estaduais anteriores (2013 a 2017); terem o seu Plano Municipal de Assistência Social em vigor (2018 a 2021) e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, bem como, preencher o Plano de Ação 2019 do Governo Estadual e submeterem a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social. Os municípios deveriam protocolar a documentação na SEASTER ou enviar pelo correio, pactuação feita na CIB.

Alguns registros fotográficos – Cofinanciamento da Gestão e de Ser. Socioassistenciais

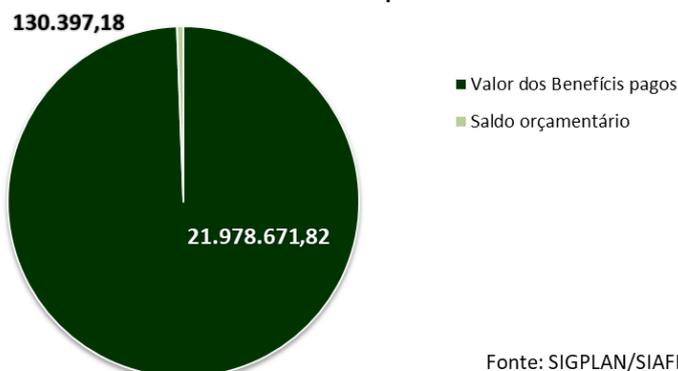
	
<p>Foto 23: Repasse da documentação para o cofinanciamento de São João do Araguaia. Sede SEASTER.</p>	<p>Foto 24: Município de Augusto Corrêa, habilitando-se ao cofinanciamento.</p>

3.2.6. BENEF. À PESSOA COM HANSENÍASE E PES./FAM. SIT. VULN. TEMPORÁRIA

Com base na Lei Complementar 05/90, o Estado do Pará concede auxílio Estadual ao hanseniano reconhecidamente pobre e incapaz para o trabalho, é um direito garantido no Art. 318, da Constituição Estadual, e consiste no pagamento correspondente a 90% do menor salário atribuído ao servidor público do Estado.

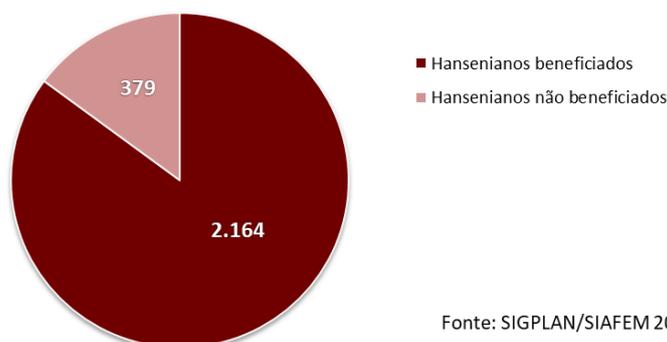
Em 2019 foram programados para serem executados na U.O. FEAS 2.543 benefícios a um custo orçado de R\$ 22.109.069,00. Sendo que foram efetivamente pagos 85% ou 2.164 benefícios do BEPAH a um custo liquidado da ordem de R\$ 21.978.671,82. Cabe salientar que o objetivo do BEPAH é DIMINUIR os beneficiários em função da resposta positiva da saúde: tratamento menos incapacidade. A **Tabela 06** e os **Gráficos 14, 15, 16 e 17** ilustram o avanço geral das metas físicas e orçamentárias.

Gráfico 14: Desempenho Geral da SEASTER na execução dos **Benefícios à Pessoa com Hanseníase e Pessoa/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 15: Desempenho Geral da SEASTER na execução dos **Benefícios à Pessoa com Hanseníase e Pessoa/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária** em 2019



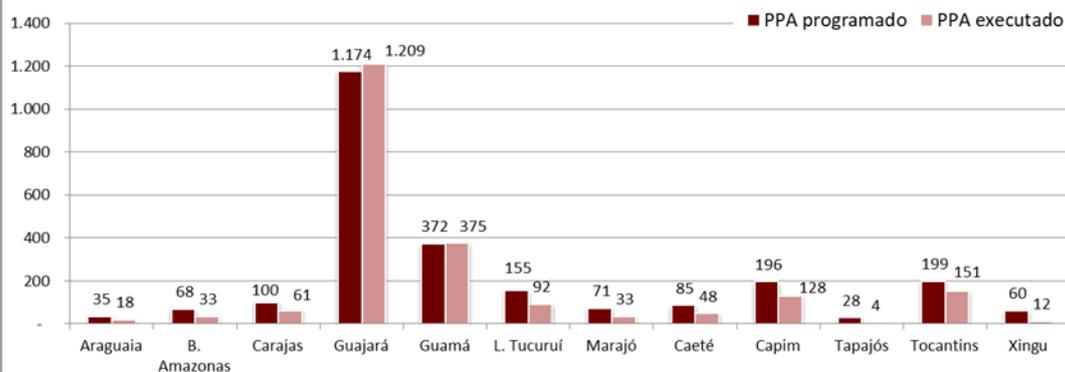
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 06: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias do repasse de Benefícios à Pessoa com Hanseníase e Pessoa/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária, em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGF	EXEC.	% EXEC	PPA/OGF	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	35	18	51%	2.074.561,00	176.690,20	9%
Baixo Amazonas	68	33	49%	2.074.561,00	365.716,80	18%
Carajas	100	61	61%	2.074.561,00	668.901,60	32%
Guajará	1.174	1.209	103%	1.731.898,00	12.136.606,02	701%
Guamá	372	375	101%	2.074.561,00	3.642.989,40	176%
Lago Tucuruí	155	92	59%	2.074.561,00	978.796,80	47%
Marajó	71	33	46%	2.074.561,00	365.289,00	18%
Caeté	85	54	64%	2.074.561,00	513.194,40	25%
Capim	196	128	65%	2.074.561,00	1.359.320,40	66%
Tapajós	28	4	14%	1.074.561,00	38.887,20	4%
Tocantins	199	151	76%	1.631.561,00	1.598.711,00	98%
Xingu	60	12	20%	1.074.561,00	133.569,00	12%
Total	2.543	2.170	85%	22.109.069,00	21.978.671,82	99%

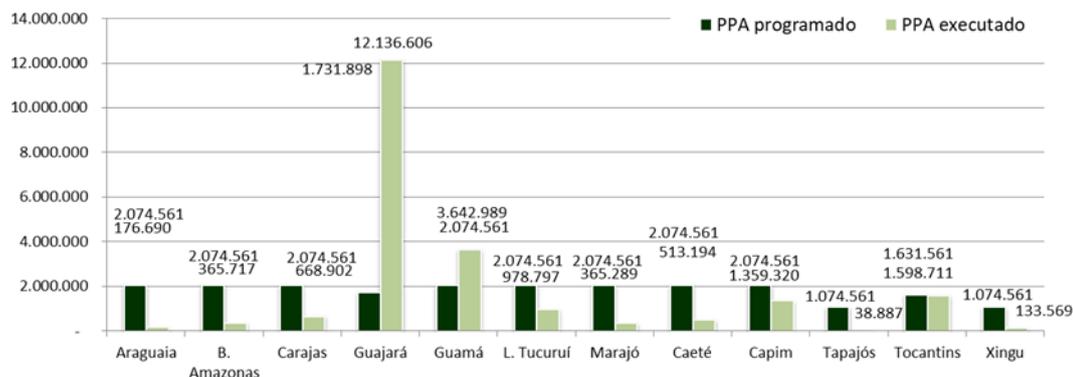
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 16: Desempenho da SEASTER na execução da Ação Benefícios à Pessoa com Hanseníase e Pessoa/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária, por Região de Integração. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 17: Desempenho da SEASTER na execução da Ação Benefícios à Pessoa com Hanseníase e Pessoa/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária, por Região de Integração. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

A **Tabela 06** e os **Gráficos 16 e 17** acima demonstram o avanço da ação por região de integração do Estado, mostrando a quantidade de pessoas beneficiadas em 2019. Observa-se que as regiões do Guajará e Guamá tiveram suas metas físicas e orçamentárias excedidas. Guajará excedeu sua meta física em 103% e a meta orçamentária executada em 701%, com Ananindeua demandando 234 benefícios, Belém 685 e Marituba 284. A região do Guamá excedeu a sua meta orçamentária executada em 176% para suplantar a demanda de 101% benefícios a mais. O município que mais demandou foi Igarapé-Açu com 202 benefícios. A região do Tapajós e Xingu foram as que tiveram os menores números de metas físicas alcançadas não chegando nem a 20% do programado, com Tapajós executando só 14% de sua meta e Xingu 19%. Os municípios que receberam um benefício foram: Magalhães Barata, Nova Ipixuna, Muaná, Portel, Bonito, Cachoeira do Piriá, Primavera, Salinópolis, Ipixuna do Pará, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Trairão, Oeiras do Pará, Medicilândia e Pacajá.

Salienta-se que a SEASTER, em parceria com a SESPÁ e com as secretarias municipais de saúde e assistência social, através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS realizaram o acompanhamento e atualização cadastral dos beneficiários do BEPAH, com a inclusão dos beneficiários e suas famílias no Cadastro Único para inserção nos programas sociais, e na rede de proteção básica promovendo o protagonismo social. Daí a atualização dos números de beneficiários.

As ações de operacionalização do benefício segundo a Lei 05/90 e a Instrução Operacional Nº01/2011-SEAS/DRCCP prevê que sejam feitas anualmente a Avaliação Médica dos beneficiários e a Revisão Social respectivamente. Os dados coletados servem de base para alimentar o Sistema de Concessão de Benefícios - COBEN.

Foram pagos benefícios para 131 municípios das 12 regiões de integração, mas só 80% (104) desses municípios receberam o benefício nas 12 regiões. A região do Guajará foi à com maior número de benefícios pagos, cerca de 1.209 benefícios a um custo de R\$ 12.136.606,02 seguida da região do Guamá com 375 benefícios a um custo de R\$ 3.642.989,40; região do Tocantins com 199 benefícios a um custo de R\$ 1.598.711,00 e região do Capim com 196 benefícios a um custo de R\$ 1.359.320,40.

Além do pagamento do BEPAH, o Governo preocupado com as famílias vitimadas por incêndios, enchentes ou alagamentos e em conformidade com a Lei Estadual nº 7.789/2014, de 09 de janeiro de 2014, realizou a regularização dos pagamentos em atraso dos **Benefícios Eventuais** ocorridos em 2018, correspondendo ao valor de R\$ 998,00 para cada família envolvida nessas situações. Os municípios atendidos foram: Belém com 66 famílias atendidas a um custo de R\$ 197.604,00 reais; 04 famílias de Chaves a um custo de R\$ 11.976,00; 13 famílias em Redenção a um custo de R\$ 38.922,00 e 01 família em Igarapé-Açu a um custo de R\$2.994,00.

Além dessas famílias vitimadas em 2018, outras famílias vítimas de eventos semelhantes em 2019 também tiveram o amparo do Estado com recebimento dos benefícios previsto em lei. Sendo que os municípios afetados foram: Belém, nos bairros de Canudos com 74 famílias a um custo de R\$ 211.576,00, Pedreira com 67 famílias a um custo de R\$ 168.662,00 e 03 famílias no Cabanagem a um custo de R\$8.982,00. Bem como, 50 famílias no Município de São Domingos do Capim a um custo da ordem de R\$ 149.700, 00.

Com o repasse desses benefícios diretamente ao cidadão ou famílias afetadas, a SEASTER conseguiu mitigar os impactos causados por essas catástrofes.

Alguns registros fotográficos – Benéficos à pessoa com hanseníase e pessoa/família em situação de vulnerabilidade temporária – Benefício Eventual

	
<p>Foto 25: Município do Rondon do Pará: acomp. socioassistencial ao beneficiado BEPAH.</p>	<p>Foto 26: Município do Acará: acompanhamento socioassistencial ao beneficiado BEPAH.</p>



Foto 27: Benefício Eventual: Pago às Famílias vítimas de enchentes na região do Capim.



Foto 28: Benefício Eventual: Pago às Famílias vítimas de incêndios em bairros de Belém.



Foto 29: Município do Moju: acompanhamento socioassistencial ao beneficiado BEPAH.



Foto 30: Município do Dom Eliseu: acomp. socioassistencial ao beneficiado BEPAH.



Foto 31: Governador Helder Barbalho entrega os benefícios eventuais a 55 famílias do bairro da Pedreira.



Foto 32: Governador Helder Barbalho entrega benefícios às famílias vítimas de incêndios em Belém.

3.2.7. IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Objetivo desta ação do PPA 2019, pela qual o Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC) responde, é promover a habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência e a promoção de sua inclusão à vida comunitária, à proteção social, à defesa e garantia dos direitos, articulando-se às políticas públicas de âmbito nacional, estadual e municipal e movimentos organizativos da sociedade civil.

O PPA 2019 programou o atendimento de 350 pessoas com deficiência apenas na região do Guajará, município de Belém, a um custo anual de R\$ 100.000,00. Foram atendidas, contudo, um total de 784 pessoas, excedente da ordem de 224% da meta programada a um custo de R\$ 24.329,26 ou 24% do orçamento previsto.

Importante justificar que a meta física para 2019 foi subestimada, dado não ter sido previstos eventos além das demandas rotineiras mensais de atendimento das pessoas com deficiência que procuram o CIIC. Isto é, a atual gestão realizou e participou de eventos que reuniram a sociedade civil organizada, específica deste setor, bem como, colaboradores e empresas privadas. O propósito foi alcançar um número maior de atendimentos além dos rotineiros e sensibilizar outros setores da sociedade para a realidade da pessoa com deficiência. Os eventos foram:

- ✓ A participação do CIIC no Dia “D” Dia Nacional de Inclusão Social e Profissional das Pessoas com deficiência e dos Beneficiários Reabilitados do INSS.
- ✓ A SESTER realizou evento denominado “CÍRCULO SENTINDO NA PELE”, alusivo ao dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.
- ✓ A SEASTER participou do Encontro com Instituições Governamentais e Não Governamentais para Discussão e Parceria sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho - Foram realizados dois encontros no 1º semestre, com a presença de representantes da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Ordem dos Advogados do Brasil; Instituto Nacional de Seguridade Social – Setor de Reabilitação Profissional e BPC; CEEJA/SEDUC; Ministério Público do Trabalho, SECTET, DTE/SEASTER, DQP/SEASTER, Coordenação/CIIC.

- ✓ A SEASTER participou da Oficina Sobre Lei De Cotas e Inclusão da Pessoa com Deficiência No Mercado de Trabalho.

Salienta-se que dentre as pessoas atendidas, muitas são de Belém, mas de outros municípios da região do Guajará, como também provenientes de regiões vizinhas, como Tocantins e Caeté. Os principais municípios atendidos foram: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, St^a Bárbara do Pará, Acará, Bonito e Bragança.

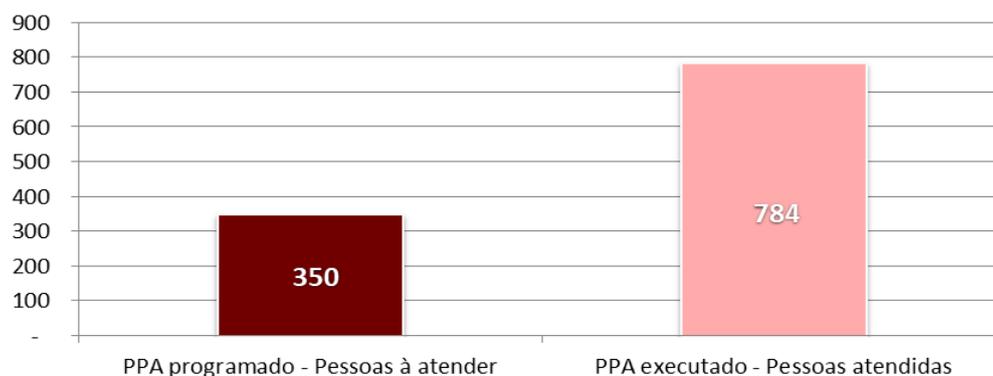
O CIIC oferta Acolhimento Psicossocial, benefícios do Cheque Moradia, serviço especializado por meio da Tradução e Interpretação de LIBRAS, Serviços odontológicos da SESP, cursos básicos de informática e encaminhamentos da PcD ao mercado de trabalho por meio do posto do SINE na sede do CIIC. Em relação a este último serviço ofertado pelo CIIC, apesar do volumoso número de atendimentos, cerca 784 atendidos no CIIC e eventos realizados, o número de colocados no mercado de trabalho foi ainda praticamente igual ao de 2018, cerca de 309 trabalhadores com deficiência. Isso ocorre pelo fato dos candidatos não terem preenchidos os requisitos básicos exigidos pelas empresas, cada vez mais rigorosos, especialmente por falta de qualificação profissional, somada a diminuição de vagas ofertadas pelas empresas em 23%, no ano de 2019, em relação ao ano anterior. A **Tabela 07** e os **Gráficos 19** e **20** mostram o número de **pessoas com deficiência atendidas** em 2019.

Tabela 07: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência**, em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGÉ	EXEC.	% EXEC	PPA/OGÉ	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajas	-	-	-	-	-	-
Guajará	350	784	224%	100.000,00	24.329,26	24%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	-	-
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	350	784	224%	100.000,00	24.329,26	24%

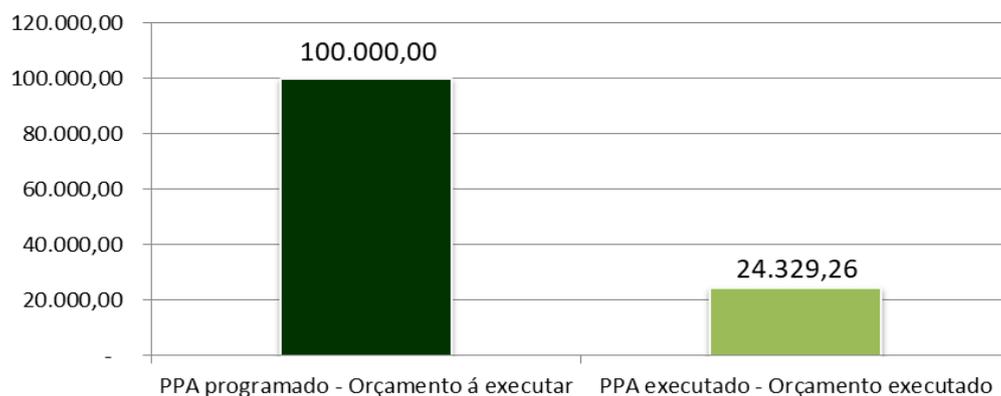
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 19: Desempenho da SEASTER **Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência** na região do Guajará. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 20: Desempenho da SEASTER **Implementação de Ações Integradas à Pessoa com Deficiência** na região do Guajará. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

O ACOLHIMENTO PISCICOSSOCIAL é o setor do CIIC que conta com uma equipe técnica multiprofissional que realiza o primeiro atendimento à pessoa com deficiência (PcD), cuidadores, familiares e comunidade em geral. A partir daí, são levantadas as expectativas e demandas do usuário, realizado seu cadastro e posteriormente o encaminhamento aos serviços internos e à rede de serviços externa, que são:

a) Cheque Moradia: É um programa eminentemente social que visa à melhoria e adequação habitacional para PcD. Foi criado para possibilitar às famílias com renda de

até três salários mínimos construir, ampliar e reformar suas casas. A contratação e pagamento da mão-de-obra ficam sob a responsabilidade do beneficiário.

b) CILPA: central de atendimento em LIBRAS busca garantir serviço especializado por meio da Tradução e Interpretação de LIBRAS para intermediação de prestação de serviços públicos à pessoa surda nas áreas de saúde, justiça e cidadania.

c) SINE: único posto do SINE que tem como público alvo a PcD. Este posto está lotado na sede do CIIC e é o responsável por monitorar a intermediação desta mão-de-obra. A foto 32 mostra uma das atividades com as PcD sobre emprego.

d) SESPA: encaminhamento da PcD para tratamento odontologia especial, ofertado pela SESPA.

e) INFOCENTRO: Serviços eu ofertam cursos básicos de informática à pessoa com deficiência, bem como, acesso a recursos de tecnologia assistiva.

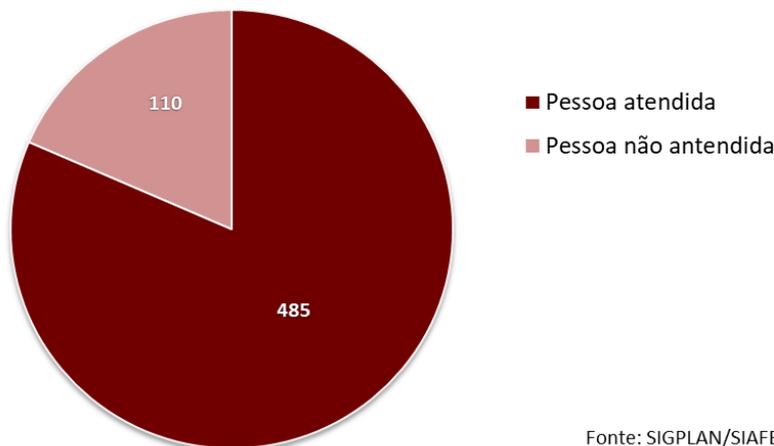
Alguns registros fotográficos – Implementação de Ações Integradas à PcD.

	
<p>Foto 33: I Oficina de Conhecimento Básico de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.</p>	<p>Foto 34: Projeto Movimento do Bem. Palestra de abertura sobre entrevista de emprego. CIIC.</p>

3.2.8. IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE

Em 2019 foi programado apenas na Unidade Orçamentária FEAS recursos da ordem de R\$ 3.259.000,00 para atender 595 pessoas nas regiões indicadas na **Tabela 07**. Foram atendidas, contudo, 82% da meta física programada ou 485 pessoas, a um custo excedido de 223% da meta orçada ou R\$ 7.259.921,91. O extrapolamento da meta orçamentária se deve a não liberação dos recursos do FUNEPI em tempo hábil pela SEFA, inviabilizando repasses regulares em parte do ano para o Estado custear os abrigos dos idosos. Este fato sobrecarregou os recursos orçamentários do FEAS destinados ao custeio dos abrigos das Mulheres e dos Migrantes. Ou seja, os abrigos dos idosos acabaram sendo custeados também pela FEAS e não pelo FUNEPI em 2019. O **Gráfico 21** demonstra o avanço da meta física no ano de 2019.

Gráfico 21 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Ação de Implementação de Alta Complexidade** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

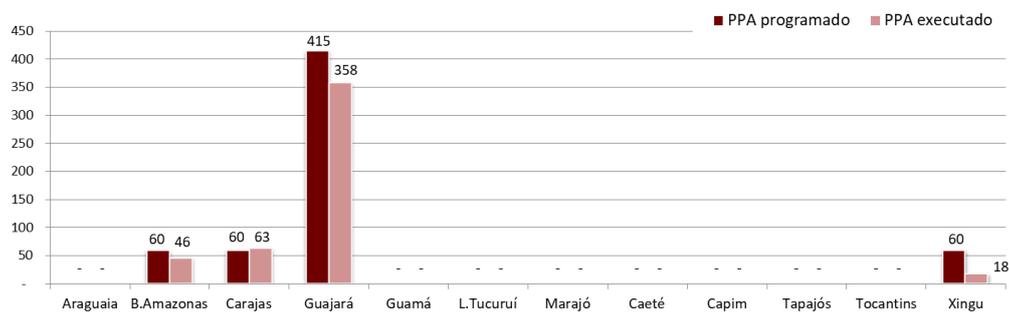
Importante salientar que o extrapolamento da meta orçamentária se deve também ao aumento circunstancial da demanda de migrantes venezuelanos para acolhimento nas 02 unidades Domingos Zahluth, localizadas em Belém. Tal situação exigiu do Estado investimentos superiores ao programado a fim de mitigar os impactos deste contingenciamento migratório que demanda serviços especializados, usualmente não praticados pelos abrigos. A **Tabela 07** e os **Gráficos 22** e **23** mostram o avanço das metas físicas e orçamentárias por região de integração no ano de 2019.

Tabela 07: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Implementação de Ações de Alta Complexidade** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B.Amazonas	60	46	77%	500.000,00	110.846,82	22%
Carajas	60	63	105%	500.000,00	47.662,28	10%
Guajará	415	358	86%	1.759.000,00	6.969.574,46	396%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	17.828,88	-
Caeté	-	-	-	-	9.426,60	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	60	18	30%	500.000,00	104.582,87	21%
Total	595	485	82%	3.259.000,00	7.259.921,91	223%

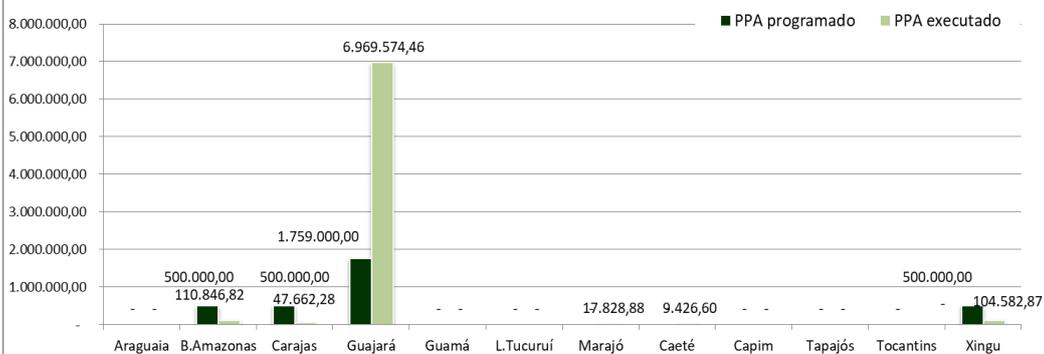
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 22: Desempenho da SEASTER na execução da **Implementação de Ações de Alta Complexidade**, por Região de Integração em 2019. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 23: Desempenho da SEASTER na execução da **Implementação de Ações de Alta Complexidade**, por Região de Integração em 2019. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Verifica-se que nas regiões do Marajó e Caeté, foram gastos recursos não programados que se devem também ao atendimento extraordinário de migrantes indígenas venezuelanos em trânsito na região do Caeté e Guamá, assim como, outras demandas extraordinárias da ação na região do Marajó. Gastos esses que totalizaram R\$ 27.255,48

Em 2019 a SEASTER manteve a oferta de serviços de proteção social especial de alta complexidade na modalidade Acolhimento Institucional, investindo montante de R\$ 7.259.921,91 para manter as 08 unidades de acolhimento de sua responsabilidade no Estado do Pará, um acréscimo de 223% do orçamento programado. Só com os abrigos localizados na capital Domingos Zahluth, Lar Socorro Gabriel, Lar da Providência e o abrigo de mulheres, foram investidos recursos da ordem de R\$ 6.969.574,46 ou cerca de 396% do orçamento previsto.

Os abrigos Domingos Zahluth atendem e acolhem hoje, cerca de 170 refugiados, na sua maioria, indígenas venezuelanos da etnia Warao. Assim como, o abrigo de mulheres de Belém atendeu por mês sua capacidade total de atendimento, cerca de 20 mulheres vítimas de abuso e violência doméstica. Os abrigos de idosos acolhem cerca de 50 indivíduos sem vínculo familiar em cada uma das duas unidades. São idosos sem condições do próprio sustento ou de permanência em convívio familiar. Este abrigo oferece atendimento integral com equipes multiprofissionais, necessárias para atender as demandas peculiares à pessoa idosa, garantindo um atendimento humanizado.

Há ainda mais 03 unidades de acolhimentos de mulheres custeadas pelo Estado nos municípios de Santarém, Marabá e Altamira, que receberam em 2019 recursos no valor de R\$ 263.091,97 para atender cerca de 20 mulheres ao mês, de acordo com a capacidade mensal de cada unidade. Os custos de atendimento equivaleram a 18% do montante programado de R\$1.500.000,00 para acolher de 46 mulheres na região do Baixo Amazonas, 63 na região do Carajás e 18 na região do Xingu.

Alguns registros fotográficos – Implementação de Ações de Alta Complexidade.



Foto 35: Reunião de trabalho: Servidores unidade de acolhimento de Mulheres. Santarém.



Foto 36: Abrigo dos Imigrantes em Transito. Workshop Trabalho Social com Famílias Indígenas. Santarém.



Foto 37: Desfile de 07 de setembro com crianças Warao. Unidade de Migrantes D. Zahluth.



Foto 38: Reunião da Rede Intersectorial de Políticas Públicas envolvida no atendimento aos indígenas waraos.



Foto 39: Lazer com as crianças e adolescentes Warao da unidade Domingos Zahluth.

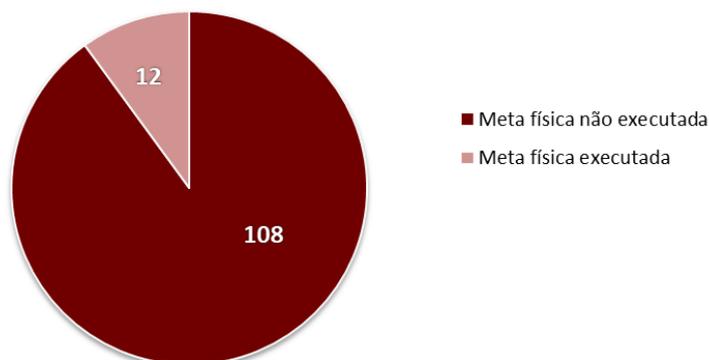


Foto 40: Atividade recreativa com as acolhidas e seus filhos. Abrigo de Mulheres de Marabá.

3.2.9.ATENÇÃO À PESSOA IDOSA E SUAS FAMÍLIAS

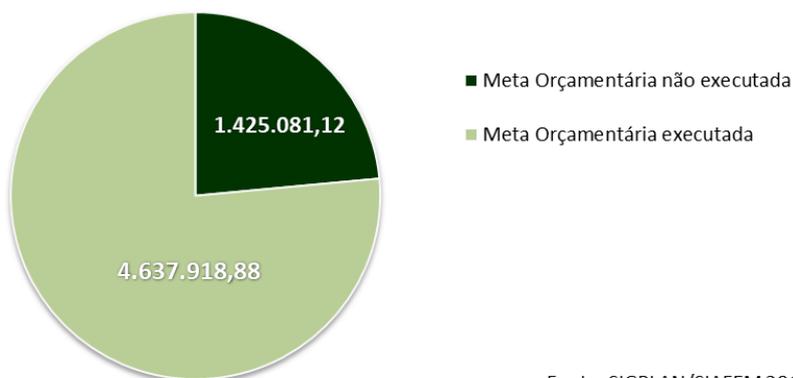
Em 2019 foi programado pelas Unidades Orçamentárias FEAS e SEASTER recursos da ordem de R\$ 6.063.000,00 para atender 120 idosos apenas na região do Guajará. Segundo os números, foram atendidas 86% da meta física programada ou 103 idosos, a um custo excedido de 76% da meta orçada ou R\$ 4.637.918,88. A meta orçamentária se executa pelo FUNEPI, entretanto, por dificuldade na liberação regular dos recursos pela SEFA não foi executado todo o orçamento programado no ano de 2019. O **Gráfico 24** e **25** demonstra os avanços da meta física e orçamentária no ano de 2019.

Gráfico 24 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 25 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Importante esclarecer que a meta física programada se refere ao acolhimento de novos idosos que por ventura entrassem nos abrigos no ano de 2019 e não aos idosos que estão em acolhimento permanente. Este fato justifica a meta física e também a orçamentária executada direcionada para a manutenção dos 02 abrigos de idosos existentes em Belém. O abrigo Socorro Gabriel acolheu em caráter permanente 43 idosos, assim como, o abrigo Lar da Providencia acolhe 48 idosos. Ambos os abrigos fecharam o ano com 91 idosos em acolhimento permanente na região do Guajará, fora os 12 idosos em atendimento rotativo durante o ano 2019. São indivíduos sem vínculo familiar que não tem condições de sustento ou de permanência em convívio familiar.

Os abrigos oferecem atendimento integral com equipes multiprofissionais, necessárias para atender as demandas peculiares à pessoa idosa, garantindo-lhes um atendimento humanizado. São assistentes sociais, sociólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, sociólogos, técnica em educação, enfermeiros, odontólogos, técnicos de enfermagem, cuidadores, equipe de cozinha, equipe de limpeza e equipe de segurança.

O atendimento nas unidades de acolhimento está em conformidade com os preceitos da Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS que define as diretrizes de atenção de Alta Complexidade e de acordo com a resolução da Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA, Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005.

Ao ser acolhido, o idoso passa a receber atendimentos iniciais para diagnóstico de seu quadro de saúde e situação familiar. A partir daí são dados encaminhamentos específicos por meio de parcerias com políticas públicas setoriais, como educação, saúde e assistência social, bem como, demais membros da rede de serviços e garantia de direitos, tanto governamentais quanto não governamentais.

Internamente são ofertadas atividades para o idoso, programações lúdicas de lazer, recreação, bem como atendimentos por fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, enfermeiros com vistas ao seu bem estar físico e emocional. Os registros fotográficos a seguir ilustram estas atividades que se mantém ao longo dos meses.

Alguns registros fotográficos – Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias.



Foto 41: Abrigo Socorro Gabriel - Coral da Escola Ida Oliveira formado pelos idosos.



Foto 42: Abrigo Socorro Gabriel - Realização de passeio com grupos de idosos no Shopping.



Foto 43: Abrigo Socorro Gabriel – Realiza o “Dia da Beleza” na Semana do Idoso.



Foto 44: Abrigo Socorro Gabriel – Realiza o “Passeio Miriti” na Semana do Idoso..



Foto 45: Técnicos dos Abrigos participam da Conferência Estadual da Pessoa Idosa.



Foto 46: Abrigo Socorro Gabriel – Realiza o “Passeio Miriti” na Semana do Idoso.

3.2.10. IMP. DO OBSERVATÓRIO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL

A ação **Implementação do Observatório de Vulnerabilidade e Risco Social**, tem como objetivo disseminar informações das situações de vulnerabilidade e risco no âmbito da assistência social. No ano de 2019, foram produzidos 02 (dois) relatórios relevantes para o monitoramento da SEASTER, conforme programado na referida ação. No entanto mesmo sendo produzidos os relatórios previstos e atendido a meta proposta no PPA 2019, a execução da ação não foi informada em tempo hábil, haja vista a mudança de gestão e o reordenamento do Plano de Trabalho da equipe responsável pela ação. Tal situação já foi informada à SEPLAD para atualização do SIGPLAN. Os relatórios estão descritos abaixo:

- ✓ Descrição e Análise dos Casos de Violência Sexual-Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Registrados no Sistema de Registro Mensal de Atendimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (RMA-CREAS), no Janeiro a Dezembro 2016.
- ✓ O Foco em Casos de Violência Sexual Contra Crianças de 0 a 6 anos – SUAS e a Rede de Saúde, Educação e Responsabilização.

3.2.11. APOIO ÀS ORG. NÃO GOV. INTEGRANTES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

A ação de **Apoio as Organizações Não Governamentais Integrantes da Rede Socioassistencial** está relacionada ao Programa “CONQUISTANDO A VIDA”, oriundo de uma parceria entre Governo do Estado, Prefeitura de Belém e sociedade Civil. Seu objetivo era a defesa e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Nesta parceria, cabia ao Estado por meio da SEASTER o repasse de recursos financeiros às organizações não governamentais, que realizavam trabalhos com crianças e adolescentes, focando as garantias de seus direitos.

No decorrer dos anos, contudo, a SEASTER precisou ir se adequando às novas diretrizes da Política de Assistência Social que se iniciava e, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145/2004-CNAS/MDS), iniciou no ano de 2013 o cofinanciamento da Política de Assistência Social no Estado do Pará de forma regular e automática, fundo a fundo. Isto é, quando o Estado começou a repassar recursos para os fundos municipais de assistência social, devidamente regularizados, não mais repassou recursos para as entidades não governamentais por meio de Convênio, ficando tal competência a cargo dos municípios. Ressalta-se ainda que o SUAS organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais, cabendo aos municípios que aderiram o sistema sua execução, os serviços socioassistenciais são tipificados através da resolução nº 109/2009-CNAS/MDS, qual os municípios do Estado estão todos adequados.

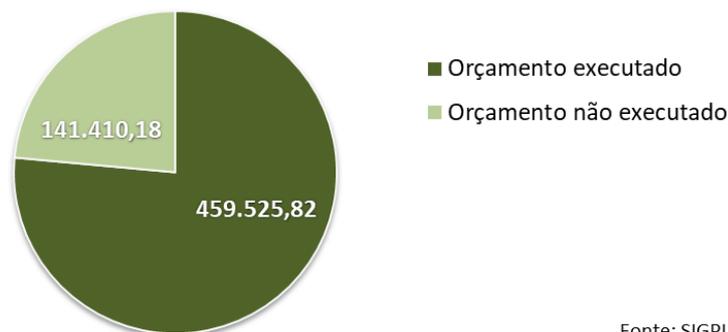
Importante salientar que a Política Nacional de Assistência Social materializa a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/93) e estrutura o Sistema Único de Assistência Social, pressupondo o cofinanciamento da política de Assistência Social nas 03 (três) esferas de governo. Bem como, define as competências técnico políticas de cada ente federativo. Portanto SEASTER passou a cofinanciar fundo a fundo seguindo o marco legal do SUAS, repassando recurso para o município de Belém que executa ações de defesa e de promoção dos direitos de crianças e adolescente.

3.2.12. APOIO AOS ORGANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

Foi programada pelas nas Unidades Orçamentárias FEAS e SEASTER o montante de R\$ 600.936,00 para apoiar 05 organismos de controle social na região do Guajará. Sendo que no ano de 2019 foram apoiados 100% dos organismos a um orçamento executado de R\$459.525,82 ou 76%% da meta orçamentária programada, devido a Política de Contenção de Despesas 2019.

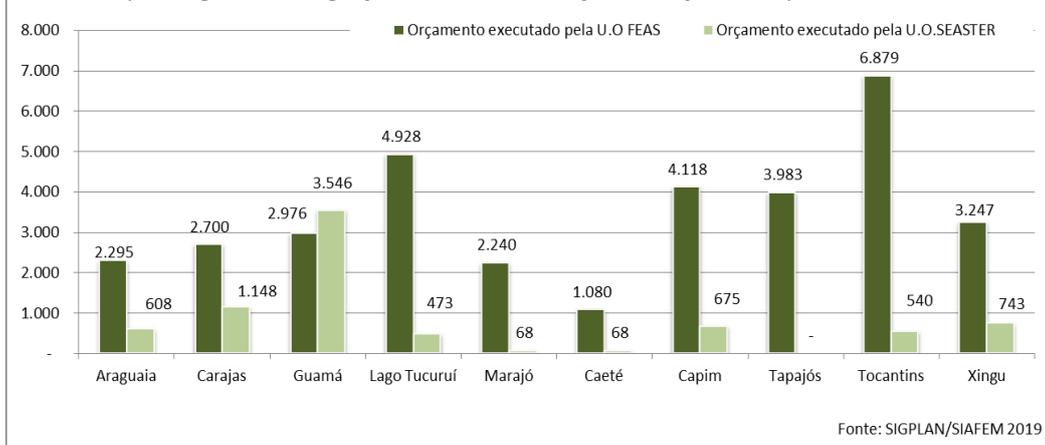
A **Tabela 08** e o **Gráfico 27** demonstram o avanço das metas orçamentárias e no ano de 2019. Importantes salientar, que foram apoiados os 05 conselhos, sendo 02 conselhos pela U.O. FEAS e 03 pela U.O SEASTER.

Gráfico 26 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio aos Organismos de Controle** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 27: Desempenho da SEASTER na execução da **Apoio aos Organismos de Controle Social**, por Região de Integração em 2019. Execução do orçamento pelo FEAS e SEASTER



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 08: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Apoio aos Organismos de Controle Social** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	2.903	-
B.Amazonas	-	-	-	-	36.203	-
Carajas	-	-	-	-	3.848	-
Guajará	5	5	100%	600.936	381.012	63%
Guamá	-	-	-	-	6.522	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	5.400	-
Marajó	-	-	-	-	2.308	-
Caeté	-	-	-	-	1.148	-
Capim	-	-	-	-	4.793	-
Tapajós	-	-	-	-	3.983	-
Tocantins	-	-	-	-	7.419	-
Xingu	-	-	-	-	3.989	-
Total	5	5	100%	600.936,00	459.525,82	76%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Também é importante deixar claro que ao se analisar a tabela 08 e o gráfico 27 acima, verifica-se que os custos orçamentários realizados nas outras 11 regiões de integração não programadas pelo PPA 2019, devem-se ao fato da liquidação orçamentárias ter sido realizada no município beneficiado por ações desenvolvidas pelos conselhos. Os conselhos apoiados pela U.O. FEAS são Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CPcD). Já pela U.O. SEASTER são o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual da Pessoa Idoso (CEDPI) e o Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEANS). Em 2019, as principais atividades dos conselhos foram:

✓ **Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCA**

a) **09 assembleias mensais Ordinárias:** entre os temas principais destaca-se: Apresentação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e adolescentes; Deliberação sobre ações efetivas dos órgãos públicos para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes migrantes da etnia Warao; Normatização do horário

da Jornada de trabalho Jovem Aprendiz que culminou com o advento e publicitação de uma Resolução deste CEDCA, dentre outras.

b) **II Encontro Estadual do CEDCA com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o processo de escolha de conselheiros tutelares.** O Encontro ocorreu de forma estratégica, dividido em três polos de regiões diferentes com a finalidade de melhor unificar os municípios, facilitando a participação de um número considerável de conselhos municipais.

c) **X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Teve a participação de 10 regiões de Integração.

✓ **Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEDPI**

a) Realização das **Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa nos municípios:** Castanhal, Conceição do Araguaia, Eldorado do Carajás, Redenção, Augusto Correa, Parauapebas, Alenquer, Belém, São Geraldo do Araguaia, Alenquer, Bragança, Marituba e Mãe do Rio.

b) **V Conferência Estadual dos Direitos Da Pessoa Idosa** – Belém.

c) **I Fórum Municipal da Pessoa Idosa** – Igarapé Açu.

d) **V Simpósio do Projeto Idoso Saudável / UFPA** – Belém.

e) **Dia Internacional da mulher** Tema “Mulher Idosa e os desafios no Processo de Envelhecimento” – Marabá.

f) **Seminário de Prevenção de Quedas**, CESUPA - Belém.

g) **Audiência Pública Sobre a Reforma da Previdência**, CIIC – Belém.

h) **Caminhada em alusão ao dia Mundial de Conscientização do Autismo** – Belém.

i) **99 ° Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa** – Brasília.

j) **Congresso Internacional de Envelhecimento Humano** – Campina Grande.

k) **III Semana Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa** – Belém.

l) **Encontro de Direitos Humanos e Pessoa Idosa**, SESC – Belém.

m) **IX Congresso Brasileiro de Alzheimer** – São Paulo.

n) **VII Congresso Brasileiro de Neuropsiquiatria Geriátrica** – São Paulo.

✓ **Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS**

- a) **Realização de 10 reuniões extraordinárias do CEAS** ao longo de 2019.
- b) Reuniões da Comissão de financiamento com a participação.
- c) **1ª Reunião Trimestral do CNAS** em Brasília/DF com o vice-presidente do CEAS.
- d) Realização de **03 Capacitações** para conselheiros municipais de Assistência Social.
- e) **Oficina de nivelamento** para as conferências municipais, regionais e estadual.
- f) **Oficina de Nivelamento** como preparatória para as conferências municipais.
- g) **2ª Reunião Trimestral do CNAS** em Brasília/DF, com o vice-presidente do CEAS.
- h) **Reunião do Fórum Nacional dos Conselhos** Estadual de Assistência Social, realizada em Porto Alegre.
- i) **Conferências municipais de Assistência social:** O Conselho esteve presente em 40 municípios nas conferências Municipais.
- j) **Conferências Regionais de Assistência Social** - Foram realizadas 12 Conferências Regionais, sendo que o CEAS e a SEASTER trabalharam em conjunto para a realização das referidas Conferências do Estado.

✓ **Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência – CEDPD**

O CEDPD em 2019 esteve sem composição e está aguardando decisão judicial conforme processo nº 0875433-53.2018.8.14.0301 do dia 10/12/2018, que interrompeu as atividades do conselho e impediu a realização de novas eleições, plenos e conferências. Todavia, a equipe técnica está trabalhando e fazendo atendimentos e encaminhamentos para o ministério público do estado que auxiliam nos cumprimentos das leis com relação às vagas em escolas, atendimentos médicos e transporte público.

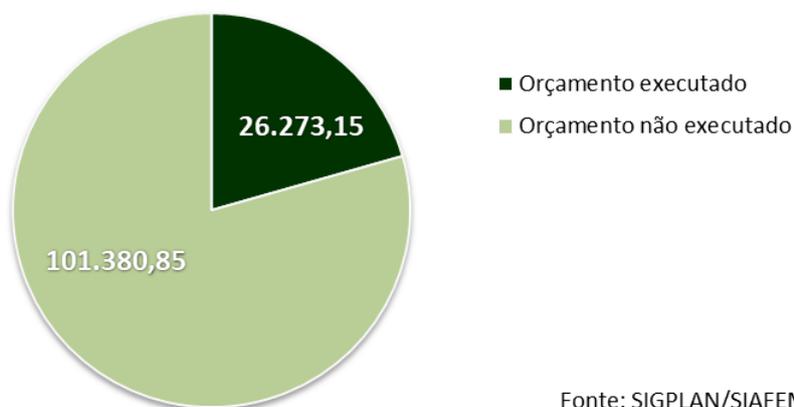
✓ **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEANS**

O CONSEANS, em 2019 não realizou ações ordinárias, haja vista, que o processo para eleição dos novos Conselheiros foi iniciado em abril e se estendeu até novembro, quando estes tomaram posse. Todavia, a secretaria executiva do Conselho funcionou normalmente atendendo as demandas a ela inerentes. Com isso o apoio a este organismo de controle social foi garantido normalmente pelo Estado.

3.2.13. EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 2019, a SEATER programou na U.O SEASTER atender 288 pessoas nos 144 municípios das 12 regiões de integração do Estado, a um custo orçado de R\$ 127.654,00. Foram atendidas, no entanto, 1.739 pessoas em 15 municípios de 09 regiões: Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Marajó, Caeté, Capim, Tocantins e Xingu. A um custo de R\$ 26.273,15. O **Gráfico 28** demonstra as meta orçamentária executada.

Gráfico 28 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Ao analisar a **Tabela 09** e os **Gráficos 29** e **30**, observa-se que as metas programadas para as regiões do Araguaia e Tapajós não foram executadas, mas reprogramadas para a região do Guajará em função da ação de governo TERPAZ. Já as metas programadas para as regiões do Guamá, Xingu e Capim além de terem sido executadas, excederam os 100% das metas previstas a custo zero. Isso se deve ao fato dos atendimentos a esses municípios terem sido realizados na própria sede da Seaster ao longo de 2019. Foram reuniões técnicas com gestores municipais e técnicos sobre o fortalecimento do SISAN e orientações sobre educação alimentar e nutricional.

O restante das regiões não só alcançaram como superaram suas metas físicas programadas. A região do Guajará não está representada nos gráficos, devido sua meta física ter sido consideravelmente superada ao que foi planejado, destoando muito para ser graficada junto com as outras metas. Este excedente se deve em grande parte as

ações do TERPAZ que demandou palestras e orientações em educação e segurança nutricional, sobretudo em escolas de todos os territórios de pacificação.

No geral, com exceção do Araguaia e Tapajós, todas as outras regiões superaram suas metas físicas. Não acontecendo o mesmo, contudo, com suas metas orçamentárias que, com exceção da região do Guajará, ficaram abaixo do esperado.

Foram realizadas palestras e orientações sobre educação em segurança alimentar e nutricional, bem como, a integração efetiva do SUAS e SISAN em 07 regiões de integração que envolveu gestores e técnicos dos equipamentos do SUAS Abrigo Lar das Providência, Abrigo Socorro Gabriel, Abrigo Domingos Zahlut e equipes técnicas de CRAS e CREAS. Foram feitos, ainda, treinamentos constantes para manipuladores de alimentos e palestras direcionadas ao público frequentador do Restaurante Parto Popular sobre o aproveitamento de alimentos.

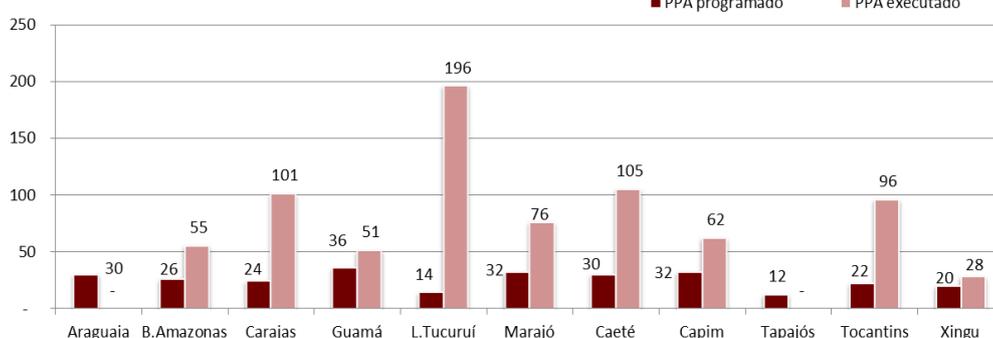
A Secretaria também se fez presente em agenda de trabalho nacional, como a de Brasília para acompanhar a reunião da CAISAN nacional e apresentar os resultados preliminares do PAA 2019. Na ocasião, também o Convênio do SISAN do Estado do Pará foi pauta de reunião com os técnicos do ministério.

Tabela 09: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	30	-	0%	10.128	-	0%
B.Amazonas	26	55	212%	11.110	675	6%
Carajas	24	101	421%	8.584	1.755	20%
Guajará	10	969	9690%	14.334	16.594	116%
Guamá	36	51	142%	11.866	-	0%
L.Tucuruí	14	196	1400%	7.722	4.117	53%
Marajó	32	76	238%	12.695	743	6%
Caeté	30	105	350%	11.586	1.013	9%
Capim	32	62	194%	10.034	-	0%
Tapajós	12	-	0%	6.345	-	0%
Tocantins	22	96	436%	4.229	1.377	33%
Xingu	20	28	140%	19.021	-	0%
Total	288	1.739	604%	127.654,00	26.273,15	21%

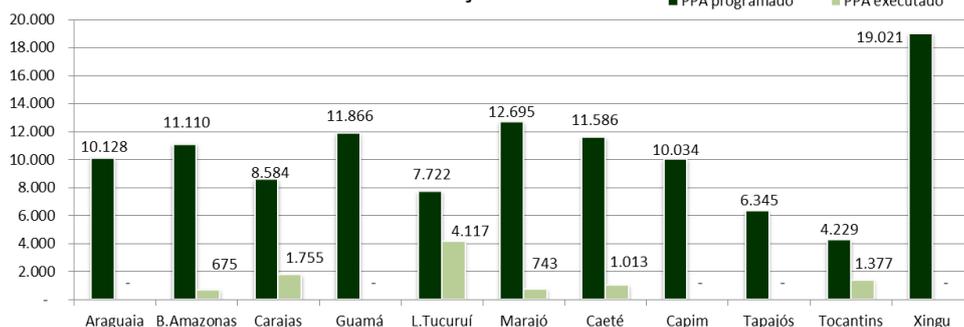
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 29: Desempenho da SEASTER na execução da Educação em Segurança Alimentar e Nutricional, por Região de Integração em 2019. Execução de METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 30: Desempenho da SEASTER na execução da Educação em Segurança Alimentar e Nutricional, por Região de Integração em 2019. Execução de METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Alguns registros fotográficos – Educação em Segurança Alimentar e Nutricional.



Foto 47: Atendimento Nutricional no TERPAZ- Bairro Nova União.



Foto 48: Atendimento Nutricional no TERPAZ- Bairro da Cabanagem.



Foto 49: Atendimento Nutricional - Restaurante Comunitário Prato Popular. Belém



Foto 50: Atendimento Nutricional no TERPAZ – Bairro do Icuí - Guajará.



Foto 51: Implantação dos componentes do SISAN. Município de Brasil Novo.



Foto 52: Reunião Ampliada de Educação e orientação em Segurança Alimentar e Nutricional - Eldorado dos Carajás.



Foto 53: Atendimento Nutricional no TERPAZ – Bairro da Cabanagem.



Foto 54: Atendimento Nutricional. Restaurante Comunitário Prato Popular.

3.2.14. IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIP. PÚBLICOS DE SEG. ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 2019, a SEATER programou na U.O SEASTER o montante de R\$ R\$ 328.503,18 para garantiu a manutenção e o funcionamento do Restaurante Comunitário Prato Popular (RCPP) na região do Guajará, município de Belém. Contudo, houve a necessidade de relocar recursos para otimizar o término das obras das cozinhas comunitárias de Xinguara e Ulianópolis, cujo montante foi da ordem de R\$ 351.794,90. No geral, os recursos aplicados nesta ação somaram R\$ 745.000,00, sendo que foram executados R\$ 680.298,08 ou 90% da meta orçamentária programada.

A **Tabela 10** e os **Gráficos 31 e 32** demonstram a contabilização dessas cifras descritas acima, destacando os avanços das metas físicas e orçamentárias por região de integração do Estado.

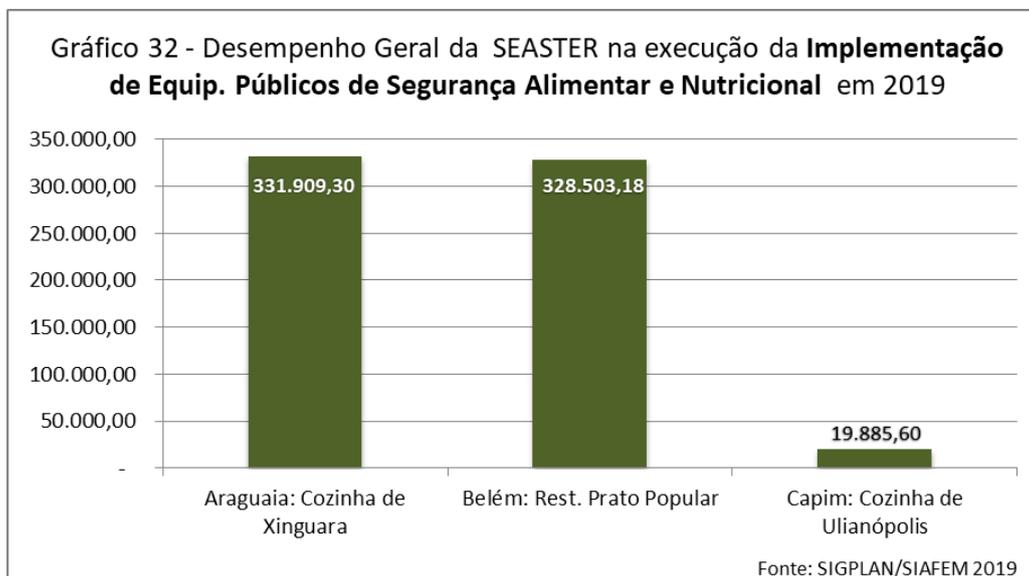
Tabela 10: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Implementação de Equip. Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	331.909,30	-
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajas	-	-	-	-	-	-
Guajará	1	1	100%	745.000,00	328.503,18	44%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	-	-
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	19.885,60	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	1	1	100%	745.000,00	680.298,08	91%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Ressalta-se que parte dos recursos locados na região do Guajará, destinados ao Restaurante Comunitário Prato Popular para garantir a conservação do prédio, onde o equipamento está instalado, e viabilizar as 300 refeições diárias, foi otimizada para

ajudar a garantir também a finalização das cozinhas comunitárias de Xinguara e Ulianópolis.



Ao se detalhar as despesas na U.O. SEASTER, concluímos que o montante de recursos da ordem de R\$ 331.909,30 investidos na região do Araguaia condensam despesas para otimizar a finalização das cozinhas comunitárias de Xinguara e Ulianópolis. Isto é, condensam os repasses de 0297642-27/2009/MDS/CAIXA, oriundos do Convênio 706092/2009, CT. 34/2018/SEASTER e CT. 26/2018/SEASTER. Bem como, as despesas de fiscalização e monitoramento *in loco* das obras pelos técnicos da SEATER. Na região do Guajará, os recursos de R\$ 328.503,18 custearam, além do pagamento de aluguel, manutenção e despesas afins inerentes ao restaurante Prato Popular, incluem também parte do ressarcimento do Convênio 706092/2009 da CAIXA – Cozinhas Comunitárias. Na região do Capim, as cifras de R\$19.885,60 se referem ao pagamento de medição das obras de finalização da Cozinha Comunitária de Ulianópolis, repasse 0297642/2009MDS/CAIXA. CT. 26/2018/SEASTER e despesas com a fiscalização das obras *in loco* pelos técnicos da SEASTER.

As cozinhas comunitárias dos municípios do Xinguara e Ulianópolis são fruto do Convênio entre a SEASTER e o Ministério da Cidadania que continuaram na atual gestão depois de sanado seus entraves administrativos. Segundo as últimas informações de

dezembro, as cozinhas de Xinguara e Ulianópolis estavam com suas obras semiconcluídas. Em 2020, as empresas Lemes e Lemes Construtora LTDA e Peres Henrique Clemente e Cia LTDA ganharam a nova licitação e estão agora responsáveis pelos términos das cozinhas comunitárias. A primeira com um montante contratado de R\$ 436.071,42 para concluir a cozinha de Ulianópolis que já se encontra com 97,66% de suas obras concluídas; e a segundo com o montante de R\$ 335.652,87 para finalizar as obras da cozinha de Xinguara que já se encontram com 78,23% de suas obras concluídas. Caso não haja mais entraves administrativos, a previsão de término das duas obras e serviços esta afixada para março de 2020, quando serão entregues definitivamente à população.

Importante salientar, ainda, que em 2019 foram suplementado recursos federais da ordem de R\$10.388.510,00 oriundos dos seguintes Convênios: Convênio nº 813520/2014 no valor de R\$8.791.817,80, referentes à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e Convênio nº 706092/2009 no valor de R\$1.350.000,00 referentes à Elaboração de Projeto Básico e Executivo para finalizar e equipar as cozinhas comunitárias e o Módulo Auxiliar. Este suplemento não foi executado devido à necessidade de ajustes no Plano de Trabalho das referidas Centras, junto ao Ministério da Cidadania, em virtude da defasagem de preços dos equipamentos. Como também, pelos entraves de execução das obras das cozinhas de Xinguara e Ulianópolis.

Alguns registros fotográficos – Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.



Foto 55: Cozinha de Ulianópolis - Capim.

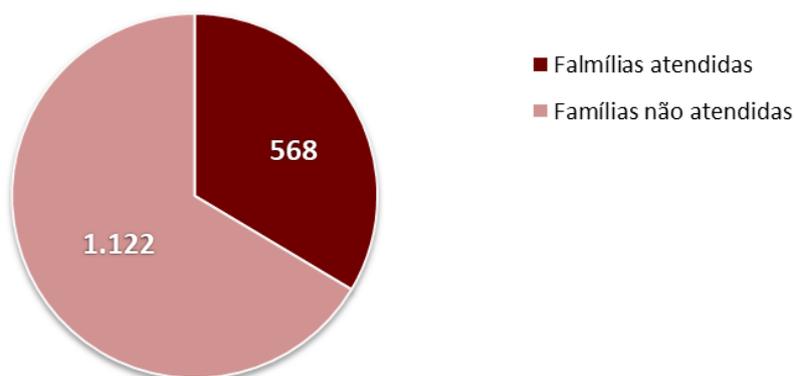


Foto 56: Cozinha de Xinguara - Araguaia.

3.2.15. APOIO À PROD. FAMILIAR, AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E CONS. INCLUSIVO

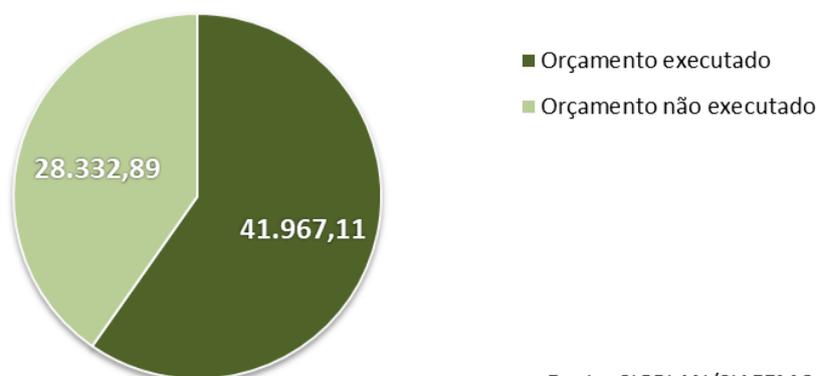
Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER atender 1.690 famílias em 60 municípios de 08 regiões de integração do Estado, a um custo orçado de R\$ 70.300,00. Foram atendidas, no entanto, 568 famílias em 16 municípios de 07 regiões. Isto é, a SEASTER garantiu atendimento a 34% das famílias previstas a um custo de R\$ 41.967,11 ou 60% do orçamento programado. O Gráfico 33 e 34 demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação em 2019.

Gráfico 33 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 34 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Importante ressaltar, que o Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato cancelou o atendimento na maioria dos municípios programados.

O programa PAA tem como finalidade o Incentivo à agricultura familiar, promovendo inclusão econômica e social às famílias cadastradas, assim como, estimula o consumo e valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Dessa maneira permite o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária às famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Entre as principais atividades do Programa destacamos a orientação técnica ao agricultor desde a orientação nutricional até a o acesso de dados eletrônicos para a emissão de Nota Fiscal do agricultor fornecedor de produtos do PAA. Encontros de Gestores Municipais também são promovidos para a apresentação da execução do Programa PAA junto aos municípios. Sua execução em 2019 se deu conforme estabelecido pelo programa no sistema “SISPAA” com amparo nos documentos: Notas fiscais emitidas pela SEFA, comprovantes de Entrega em nome do agricultor e Termo de Recebimento da entidade receptora dos alimentos, em parceria com as coordenações municipais que enviam na medida em que executam a “ação de venda e doação” no município.

O PAA é um programa que oportuniza os agricultores escoarem seus produtos e também beneficiam entidades que recebem as doações e implementam ações de segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários da assistência social em estado de vulnerabilidade social e insegurança alimentar nos municípios.

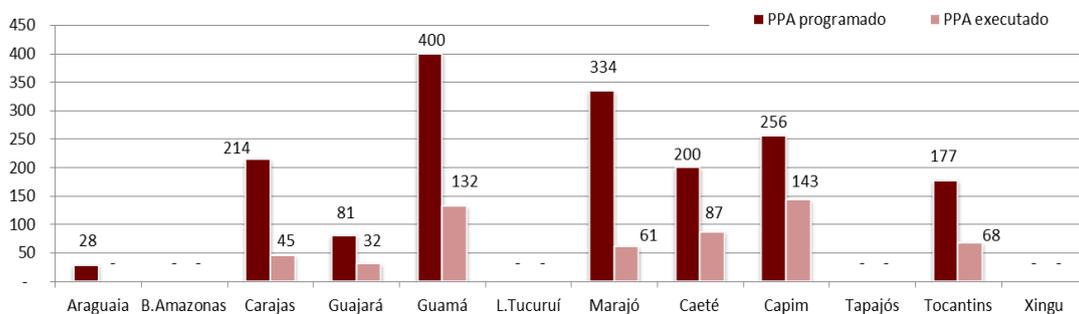
A **Tabela 11** e os **Gráficos 35 e 36** demonstram os avanços das metas físicas e orçamentárias por região de integração do Estado executadas no ano de 2019.

Tabela 11: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	28	-	0%	2.898	-	0%
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajas	214	45	21%	6.796	4.241	62%
Guajará	81	32	40%	2.964	2.375	80%
Guamá	400	132	33%	16.798	8.884	53%
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	334	61	18%	13.558	3.617	27%
Caeté	200	87	44%	8.728	10.220	117%
Capim	256	143	56%	11.796	5.984	51%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	177	68	38%	6.762	3.638	54%
Xingu	-	-	-	-	3.010	-
Total	1.690	568	34%	70.300,00	41.967,11	60%

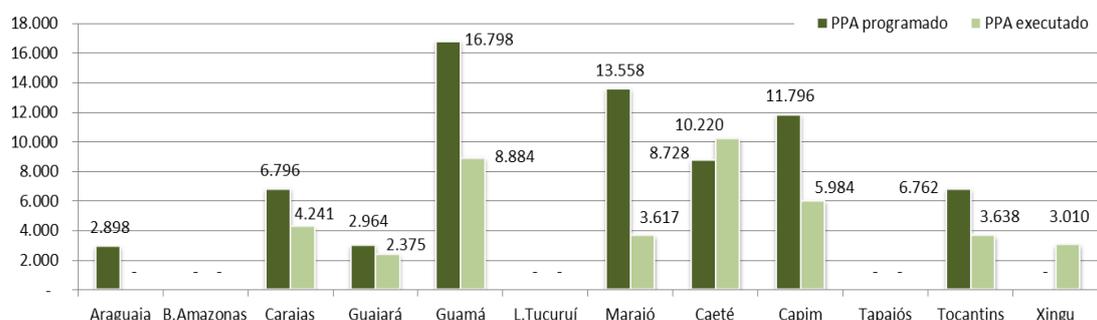
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 35 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo, por região em 2019 - METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 36 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo, por região em 2019 - METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Alguns registros fotográficos – Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo.



Foto 57: Palestra Inclusão Socioprodutiva.
Gestores municipais - Bragança



Foto 58: Palestra sobre Inclusão Socioprodutiva.
Famílias da Agricultura Familiar – Bragança.



Foto 59: Palestra Inclusão Socioprodutiva.
Gestores municipais –Augusto Correa.



Foto 60: Oficina de Elaboração de Projetos.
Agricultura Familiar - Limoeiro do Ajuru.



Foto 61: Visita a empreendimento de produção
familiar – Brasil Novo.



Foto 62: Visita a empreendimento de produção
familiar - Tracuateua.

3.3. PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA

No que coube à SEASTER, em 2019, foram investidos recursos da ordem de R\$ 3.627.419,41 no Programa Trabalho Emprego e Renda, cerca de 3.30% do montante empenhado pela Secretaria no referido ano.

No âmbito do Programa Trabalho, Emprego e Renda, distintas ações foram agrupadas mediante dois grandes objetivos: fomentar a economia solidária e de empreendedorismo e promover a inserção e reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho. Este último construído em consonância com a Lei Estadual 8.096/15 que estabelece a execução de ações, programas e projetos relativos à Intermediação de mão-de-obra (IMO), acesso ao Seguro Desemprego (SD), pesquisas gerais sobre o mundo do trabalho, emissões de documentos para o trabalhador, informações da área do trabalho e apoio as estratégias de financiamento empreendedor. Diretrizes que, entre tantas outras funções, se concentram em serviços prestados pelo Estado, por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), tanto no posto da capital Belém, quanto nos mais de 40 postos distribuídos em 32 municípios do Estado do Pará. O SINE, neste sentido, constitui-se como a “porta de entrada” para toda e qualquer política pública do mundo do trabalho, associado à efetiva promoção social.

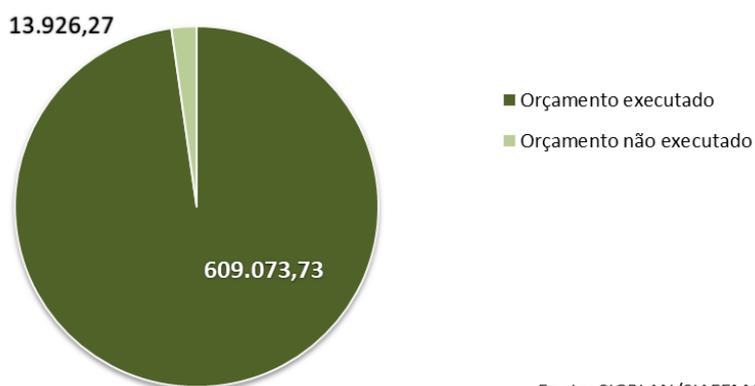
O setor de fomento da economia solidária e do empreendedorismo também vem sendo fortalecido pelas ações da Área Trabalho. A Secretaria avalia que o conjunto de ações específicas do Programa Trabalho, Emprego e Renda para esse setor promoveram avanços significativos, sobretudo, na Economia Solidária, promovendo a inclusão de empreendedores artesãos no mercado a partir do apoio na comercialização de seus produtos. A SEASTER viabilizou oportunidades de comercialização de produtos tanto no segmento da gastronomia, quanto na do artesanato, em diversas feiras no Estado, na região do Guajará e foram do Estado, como o relatório mostrará a seguir.

Investindo nesses dois setores da Área Trabalho, a SEASTER estima que o programa Trabalho, Emprego e Renda vêm conseguindo cumprir seu papel na parte que lhe cabe ao enfrentamento das flutuações de emprego que concorrem para o desequilíbrio da empregabilidade no Estado do Para.

3.3.1. APOIO ÀS UNIDADES PRODUTIVAS

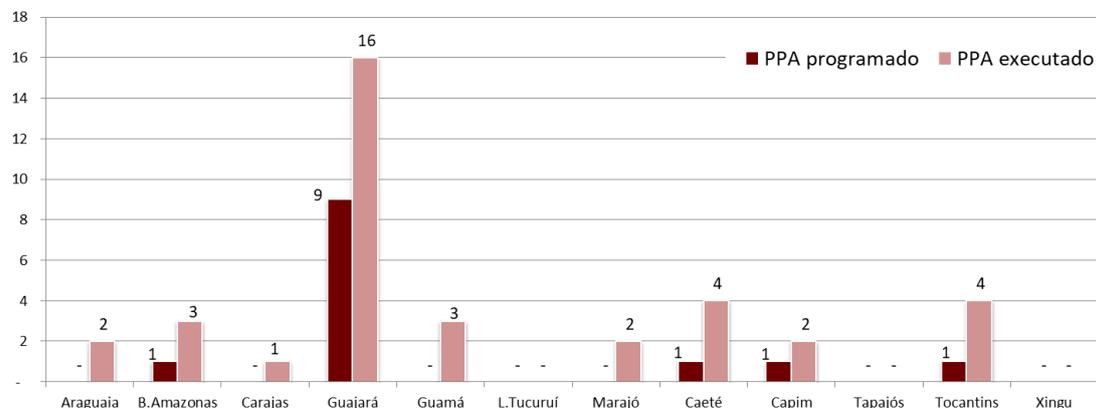
Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER atender 13 unidades produtivas em 08 municípios de 05 regiões de integração do Estado, a um custo orçado de R\$ 623.000,00. Foram atendidas, no entanto, 37 unidades produtivas em 20 municípios de 09 regiões. Isto é, a SEASTER extrapolou a meta física programada em 285% do previsto a um custo de quase 100% do programado ou R\$ 609.073,73. **A Tabela 12 e os Gráficos 37 e 38** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região de integração do Estado no ano de 2019.

Gráfico 37 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio às Unidades Produtivas** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 38 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio às Unidades Produtivas** em 2019 - METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 12: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio as Unidades Produtivas em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGF	EXEC.	% EXEC	PPA/OGF	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	2	-	-	3.037,50	-
B.Amazonas	1	3	300%	50.200,00	-	0%
Carajas	-	1	-	-	R\$ 150,00	-
Guajará	9	16	178%	422.200,00	585.299,47	139%
Guamá	-	3	-	-	2.089,05	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	2	-	-	2.492,49	-
Caeté	1	4	400%	50.200,00	5.085,10	10%
Capim	1	2	200%	50.200,00	5.697,12	11%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	1	4	400%	50.200,00	5.223,00	10%
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	13	37	285%	623.000,00	609.073,73	98%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Salienta-se que as metas físicas dessa ação, foram lançadas equivocadamente no SIGPLAN, resultando em dados irreais que já estão sendo corrigidos no sistema. Os dados da tabela 12 são os corretos e já foram analisados.

Observa-se que a tabela e os gráficos mostram que foi programado apoio para 13 unidades produtivas, tendo como estratégia de articulação e parcerias, o Comitê Interinstitucional para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis – CIISC.

As crescentes demandas locais em regiões programadas, e nas regiões não programadas para 2019, exigiram da SEASTER um redimensionamento necessário no planejamento das metas físicas estabelecidas sem, contudo, alterar o orçamento programado. Nas regiões onde foi programada a ação, todas tiveram suas metas físicas não só cumpridas em 100% mas também extrapoladas. Assim como, demandas foram atendidas nas regiões não programadas do Araguaia, Carajás, Guamá e Marajó. As regiões de maiores demandas foram Rio Caeté e Tocantins.

Ressalta-se, ainda, que o acréscimo de 285% das metas físicas foi executado com 100% do orçamento programado, isto é, não causando acréscimo de custos.

O **Quadro 07** abaixo detalha as regiões, municípios e as unidades produtivas apoiadas no ano de 2019.

Quadro 07 - Unidades Produtivas apoiadas no ano de 2019 no Estado do Pará			
09 Regiões	20 Municípios	37	Unidades Produtivas
Araguaia	Ourilândia do Norte	1	Recicla Ourilândia
	Xinguara	1	Cooperativa dos Trabalhadores de Reciclagem do Sul e Sudeste do Pará – COOPERLIMPA
Baixo Amazonas	Santarém	3	COOPRESAN - Cooperativa de Reciclagem de Santarém
			COOPERE
			COOPERCAT
Carajás	Canaã dos Carajás	1	Cooperativa de Trabalhadores dos Catadores de Materiais Recicláveis - COOLETAR
Guajará	Ananindeua	3	CATAURBE - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Urbanos do Pará
			Associação Cidadania para Todos
			COOTPA - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá
	Belém	10	CATAMOSQUEIRO - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Mosqueiro
			Cocavip- cooperativa de catadores de material reciclável visão pioneira de Icoaraci
			ASCA
			CONCAVES
			ASCADOUT
			COOPALIX - Cooperativa de Trabalho Amigo do Lix
			Central de Icoaraci
			ACCSB - Associação de Catadores de Coleta Seletiva de Belém
ARAL- Associação dos Catadores do Aurá			
Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Filhos do Sol			
Benevides	1	Recicla Bem	
Marituba	2	ACAREMA - Associação dos Catadores e Recicladores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis	
Guamá	Curuça	1	ACAMARI
	São Miguel do Guamá	1	ATTMRBMC
	Vigia	1	Associação dos catadores de São Miguel do Guamá
Marajó	Portel	1	RECICROM RECICLÁGEM
	Salvaterra	1	Cooperativa de Trabalha de Catadores e Catadoras do Lixão de Portel – CATAPORTEL
Rio Caeté	Bragança	2	Cooperativa de Catadores de Salvaterra
			COOMARCA - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis dos Caetés
	Primavera	1	ASCAB - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Bragança
São João Pirabas	1	Cooperativa de Materiais Recicláveis de Primavera	
Rio Capim	Paragominas	2	COOPECAPI - Cooperativa de Catadores de São João de Pirabas
			Coopercamare - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis
Tocantins	Abaetetuba	2	Cooperativa de Trabalho de Compostagem de Paragominas - COOMPAG
			coocamara-cooperativa de trabalho d e catadores e catadoras de materiais recicláveis
	Limoeiro do Ajuru	1	Associação de Moradores Urubuela Cabeceira
	Tailândia	1	Cooperativa de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de Limoeiro do Ajuru
			Associação de acatadores de Tailândia

Fonte: Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo - 2019 SEASTER.

As atividades desta ação visam dar continuidade à execução do projeto Pró-Catador Ativação Pará, que objetiva à melhoria das condições de vida e trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Este projeto foi concebido em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos que busca a superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. Essas diretrizes foram estabelecidas no Convênio nº 086/2012/ MTE/SENAES - SICONV 778.652/2012 com termino previsto em 31/12/2020.

Entre as principais atividades realizadas junto às Unidades Produtivas listadas acima, destaca-se a capacitação, formação e assessoria técnica às unidades produtivas; a incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuam na reciclagem; Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem.

É dado destaque a continuidade da distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tendo sido entregues 1.206 equipamentos e assessorados 2.442 catadores conforme a demanda do projeto PRÓ-CATADOR. Assim como, o cuidado ao Projeto Pró Catador-Diagnósticos, referente à situação dos lixões, aspectos socioeconômicos, mapeamentos mercadológico e da situação dos Planos Municipais de Gestão dos Resíduos Sólidos.

Houve também avanços nas realizações das oficinas de planejamento e avaliação do processo de implantação da PNRS, ministradas a gestores municipais e catadores de resíduos sólidos das seguintes regiões e municípios: região do Tapajós, município de Itaituba; Região do Baixo Amazonas, município de Santarém; Região do Tocantins, município Abaetetuba; Região Carajás, Região do Lago do Tucuruí, Região do Marajó, Região do Tocantins, Região do Xingu, Região Araguaia.

No momento estão em andamento reuniões de nivelamento para a realização das ações com as entidades executoras do Projeto PQSP e PERNOH.

Alguns registros fotográficos – Apoio às Unidades Produtivas



Foto 63: Projeto Pró Catador. Oficina Planej. e Avaliação do Processo de Implantação da PNRS



Foto 64: Projeto Pró Catador – Visita aos catadores em Breves.



Foto 65: Oficina de Planejamento e Avaliação do Processo de Implantação da PNRS - MARABÁ



Foto 66: Certificados da Oficina de Planej. e Avaliação do Processo de Impl. PNRS - MARABÁ.



Foto 67: Oficina de Planejamento e Avaliação do Processo de Implantação da PNRS - Xinguara

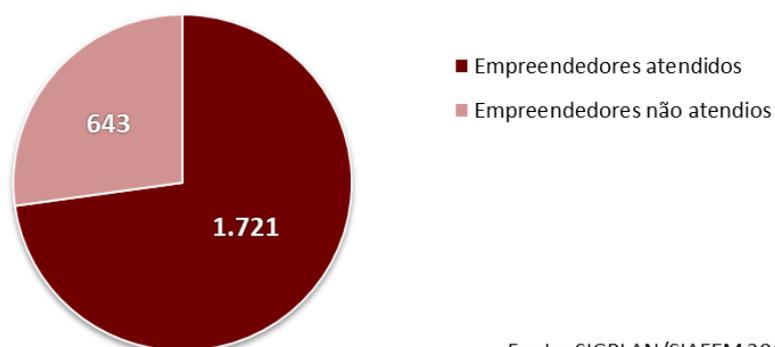


Foto 68: Oficina de Planejamento e Avaliação do Processo de Implantação da PNRS - Breves.

3.3.2. ASSESSORAMENTO TÉCNICO E MONITORAMENTO DE EMPREENDIMENTOS

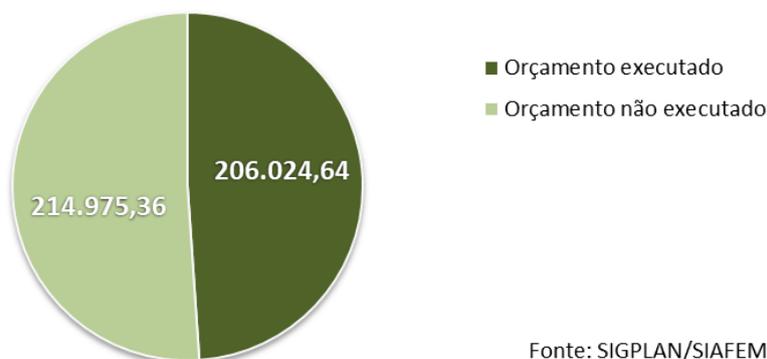
Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER atender 2.364 empreendedores em 106 municípios das 12 regiões de integração do Estado, a um custo orçado de R\$ 421.000,00. Foram atendidas, no entanto, 1.721 empreendedores em 57 municípios de 10 regiões a um custo de R\$ 206.024,64. Isto é, a SEASTER atingiu 73% da meta física programada com 49% da meta orçada executada. **A Tabela 13** e os **Gráficos 39, 40, 41 e 42** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região de integração do Estado no ano de 2019.

Gráfico 39 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 40 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos em 2019



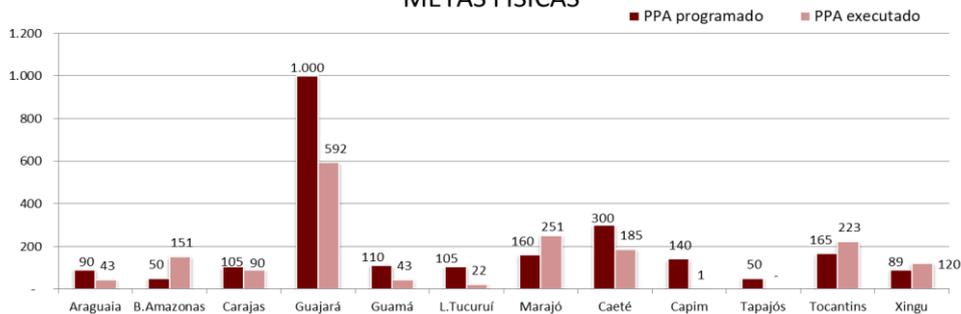
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 13: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGF	EXEC.	% EXEC	PPA/OGF	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	90	43	48%	22.000	4.845	22%
B.Amazonas	50	151	302%	22.000	3.308	15%
Carajas	105	90	86%	22.000	13.112	60%
Guajará	1.000	592	59%	55.000	133.420	243%
Guamá	110	43	39%	50.000	3.393	7%
L.Tucuruí	105	22	21%	36.000	7.545	21%
Marajó	160	251	157%	38.000	6.278	17%
Caeté	300	185	62%	72.000	7.539	10%
Capim	140	1	1%	26.000	3.622	14%
Tapajós	50	-	0%	22.000	1.823	8%
Tocantins	165	223	135%	34.000	11.135	33%
Xingu	89	120	135%	22.000	10.008	45%
Total	2.364	1.721	73%	421.000,00	206.024,64	49%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 41 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos em 2019 - METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 42 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos em 2019 - METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Importante destacar que por recomendação da Política de Contenção de Despesas 2019 e pela alta demanda espontânea oriunda de municípios não programados pelo PPA, foi necessário rever o Plano de Trabalho das atividades da ação, inviabilizando o alcance da meta física e orçamentária programada. Foram feitas visitas nesses municípios e assessoramento técnico na Sede da SEASTER, de modo a viabilizar o atendimento e o cadastro sem despesas financeiras. As principais atividades realizadas neste contexto foram: a realização de Palestras e Oficinas de Planejamento e Avaliação do Processo de Implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), inclusive, para municípios do Pró Catador Atividade Pará. No Tapajós foram feitas apenas reuniões no município de Itaituba sobre o PNRS sem execução de meta física. Outras atividades foram o cadastro de artesãos e trabalhadores manuais no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB, para acesso as ações do programa de artesanato; emissão da Carteira Nacional do Artesão e a Curadoria para análise e seleção dos produtos com finalidade também de cadastro no SICAB, entre outras atividades técnicas.

Ressalta-se que essas atividades também foram direcionadas para o TERPAZ, aplicando, inclusive, orientações e cadastro de demandas dos empreendedores. Dentre as principais realizações destacamos:

Alguns registros fotográficos – Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos

	
<p>Foto 69: Cadastro de Artesão - Município de Moju.</p>	<p>Foto 70: Oficina sobre Cooperativismo –Município de Brasil Novo.</p>



Foto 71: Cadastramento de empreendedores- Programa TERPAZ Terra Firme.



Foto 72: Cadastro e orientações para artesãos. Participação na Feira do Círio de Nazaré.



Foto 73: Palestra e Cadastro de empreendedores mulheres - Programa TERPAZ Marituba.



Foto 74: Cadastramento de artesãos. Programa TERPAZ. Marituba.



Foto 75: Palestra e aplicação do questionário de demandas dos empreendedores. Programa TERPAZ Cabanagem.

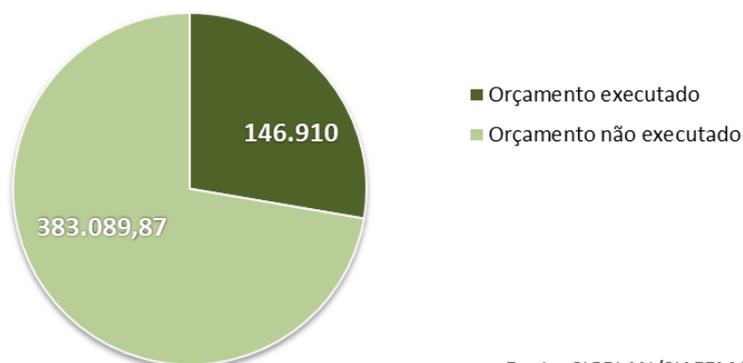


Foto 76: Palestra e aplicação de questionário de demandas dos empreendedores. Programa TERPAZ Marituba.

3.3.3. APOIO A ABERTURA E FORTALECIMENTO DE MERCADOS

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER atender 400 empreendimentos apenas na região do Guajará, a um custo orçado de R\$ 530.000,00. Foram atendidas, no entanto, 423 empreendimentos a um custo de R\$ 146.100,13. Isto é, a SEASTER atingiu e extrapolou a meta física em 106% a um orçamento executado de 28% do programado. Tabela 14 e os Gráficos 43 demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação no Guajará no ano de 2019.

Gráfico 43 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 14: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajas	-	-	-	-	-	-
Guajará	400	423	106%	530.000,00	146.100,13	28%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	-	-
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	810,00	-
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	400	423	106%	530.000,00	146.910,13	28%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Esta ação incentiva o empreendedorismo e a economia solidária, apoiando os empreendimentos a participarem de eventos, como feiras de comercialização e produtos para atendimento individual e coletivo. O apoio se dá, entre outros, na seleção e organização das peças que serão comercializadas nos eventos e transporte das mesmas por meio do caminhão do artesanato.

Dentre as principais feiras realizadas em 2019 destacamos: Realizada a **Feira do Artesanato Paraense - FESARTE** em parceria com a CHARPH Eventos, com o tema foi “A Arte e o Cheiro do Pará”. Esta feira foi considerada a “Feira da Inclusão” por ter dado oportunidade as minorias como: pessoas Autistas, LGBT, Movimento Negro, Mulheres a sua massiva participação no evento que se desdobrou entre a comercialização de produtos de artesanato dos empreendedores/artesão do estado do Pará a atração Cultural e Serviços ofertados pela Seaster/CEES. Os dados mostram a importância do Evento: Público 68 mil, média de 8.500 por dia. A comercialização rendeu R\$ 238 mil, com encomendas de 359, valores de encomenda R\$ 21.970,00. Foram 52 estandes e 302 expositores, sendo que 11 municípios foram contemplados, 08 do Coletivo da Economia Solidária, grupos especiais: COOSTAFE, Autismo e LGBT, MEI e Individuais. **Feira da Criatividade do Círio e da Sustentabilidade**, no período de 05 a 11 de outubro, no Parque da Residência. Visou estimular a economia criativa local, contando com espaços voltados para a comercialização de produtos artesanais, como: miriti, crochê e cerâmica, além de empreendimentos de gastronomia. A Feira atendeu 17 artesãos. O faturamento com as vendas foi de R\$ 16.229,00. Todos os artesãos são da Região Guajará. Realizado Chamamento Público Nº 003/2019/SEASTER, para participação de artesãos paraenses no **13º Salão do Artesanato**, realizado em São Paulo. Foram avaliados produtos de 11 artesãos, selecionando e organizando entidades representativas, artesãos individuais ou artesãos/Trabalhadores Manuais MEI dos municípios de Belém, Barcarena e Santarém. Os produtos comercializados destacaram-se em acessórios, utilitários, decorativos. O número de peças vendidas e encomendadas foi de 4.415 e o faturamento foi R\$ 103.904,00. Assim como, a comercialização dos produtos de 13 artesãos que participaram do Congresso Internacional de Autismo da

Região Norte, realizado em Belém. Realização da **VII FESARTE: Feira Estadual do Artesanato Paraense**, que contou com a participação de 302 expositores que comercializaram um total de R\$ 238.000,00 em produtos artesanais. 20ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato Brasileiro (FENEARTE). Feira realizada em Olinda/Pernambuco. Foram 23 artesãos participantes credenciados que também colaboraram indiretamente com ganhos para outros 39 artesãos que tiveram seus produtos comercializados. O lucro total foi de R\$ 170.747,00 com 12.752 peças vendidas. 13º Salão do Artesanato de São Paulo. Participação 11 artesãos/empreendedores na **23ª Feira Pan Amazônica do Livro**. Foram comercializados produtos como instrumentos, marchetaria, cheiros do Pará, quadros em pirografia com artes regionais, bombons regionais e comidas regionais. A comercialização do artesanato rendeu R\$ 26.850,00. **12ª Edição do Salão do Artesanato Raízes Brasileiras**, Feira realizada em Brasília/DF. Foram 46 artesãos que comercializaram 8.518 peças, resultando no valor comercializado de R\$ 128.954,00.

Apesar de todas as metas físicas corresponderem ao município de Belém, região do Guajará, 21 artesões do município de Ananindeua, participaram das feiras realizadas em Belém. Em Capitão Poço e Abaetetuba houve execução orçamentária, mas não física porque as atividades, apesar de relevantes para a execução do produto, não geraram meta física, são elas: apoio ao artesão na 12ª Salão do artesanato em Brasília e locomoção de material para a 3ª Feira Estadual de Reforma Agrária.

Na área da Gastronomia o rendimento para os participantes foi de R\$ 37.510,00 e se deu na realização da FIAPs (Feira Itinerante de Artesanato Paraense). Foram realizadas em órgãos institucionais do Estado: A 1ª FIAP foi realizada na Secretaria de Estado de Administração (SEAD) com 21 expositores que comercializaram R\$ 5.168,00 vendendo 162 peças. Depois na IOEPA, sendo 11 artesões que comercializaram cerca de R\$ 1.253,00 e no CONGEMAS com 08 artesãos que tiveram oportunidades de comercializar R\$ 28.240,00 com a venda de seus produtos.

Alguns registros fotográficos – Apoio à Abertura e Fortalecimento de Mercados



Foto 77: 30ª Feira Nacional de Artesanato Belo Horizonte/ MG.



Foto 78: VII FESARTE Visita do diretor da feira nos estandes. Município de Belém.



Foto 79: Congresso Internacional de Autismo. Município de Belém



Foto 80: VII FESARTE Atração cultural. Município de Belém.



Foto 81: Peças artesanais comercializadas nas feiras apoiados pela SEASTER.

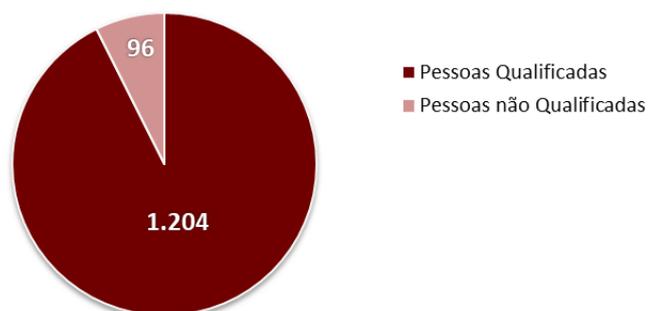


Foto 82: Peças artesanais comercializadas nas feiras apoiados pela SEASTER.

3.3.4. QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER qualificar 1.300 pessoas em 20 municípios de 09 regiões de integração do Estado do Pará, a um custo orçado da ordem de R\$ 1.400.000,00. Foram qualificadas, no entanto, 1.204 pessoas nas 09 regiões previstas a um orçamento executada de R\$ 2.156.985,27. Isto é, foram executados 93% das qualificações a um custo extrapolado da ordem de 154%. **A Tabela 15** e os **Gráficos 44 e 45** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região de integração do Estado no ano de 2019.

Gráfico 44 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Qualificação Social e Profissional** em 2019

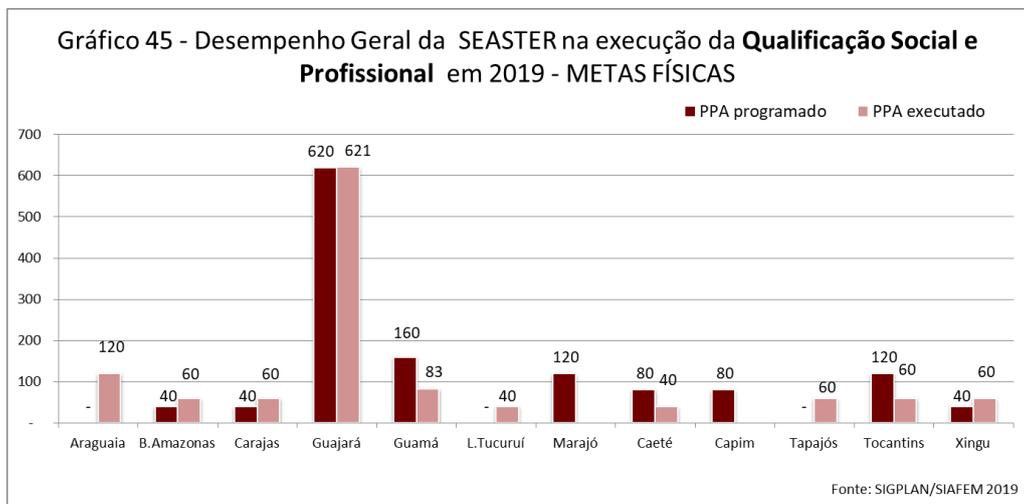


Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 15: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Qualificação Social e Profissional** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	120	-	-	4.252,50	-
B.Amazonas	40	60	150%	50.000,00	235,50	0%
Carajas	40	60	150%	50.000,00	3.552,68	7%
Guajará	620	621	100%	550.000,00	2.140.767,13	389%
Guamá	160	83	52%	200.000,00	417,62	0%
L.Tucuruí	-	40	-	-	4.252,50	-
Marajó	120		0%	150.000,00	-	0%
Caeté	80	40	50%	100.000,00	2.282,50	2%
Capim	80		0%	100.000,00	-	0%
Tapajós	-	60	-	-	337,50	-
Tocantins	120	60	50%	150.000,00	742,50	0%
Xingu	40	60	150%	50.000,00	144,84	0%
Total	1.300	1.204	93%	1.400.000,00	2.156.985,27	154%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019



A Qualificação Social e Profissional visa executar cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), vinculados às principais necessidades do mundo do trabalho e voltados prioritariamente às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Destacam-se as ações do Plano Estadual de Qualificação-PQSP/Pará que são desenvolvidas de acordo com a vocação econômica de cada município.

Entre o público alvo da ação de qualificação destacamos: Os Trabalhadores (as) sem ocupação, cadastrados nas agências do Sistema Nacional de Emprego/SINE, pessoas que trabalham em condições autônomas, trabalhadores (as) referentes à política de inclusão social, trabalhadores (as) domésticos, trabalhadores (as) em situação especial (egressos do sistema penal, jovens de medida socioeducativas, PCD, outros), trabalhadores (as) para o desenvolvimento e geração de emprego e renda, trabalhadores (as) rurais e agricultores familiares e da pesca.

Salienta-se que nos municípios de Oriximiná, Piçarra, São Domingos do Araguaia, Itupiranga, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Capanema, Baião, Mocajuba e Brasil Novo, não houve qualificação em 2019 devido ao atraso na finalização da licitação e consequentemente a não contratação das entidades executoras. Somente em 2020 serão executadas as metas previstas no PPA 2019. Quanto à meta orçamentária executada de R\$ 2.140.767,13, cabe registrar que R\$854.543,97 corresponde à devolução de recursos referente à CRU 28895-0 para devolução de recurso de Convênio Federal 33/2008/MTE SICONV701597/2008. O restante foi liquidado com serviços de

Instrução, orientação profissional e treinamento, atividades inerentes à ação de Qualificação. Ressaltando que dentro deste restante de recursos está incluído R\$600.000,00 do passivo ALEPA.

Apesar dos entraves referidos acima, a SEATER garantiu a aprovação de 03 Termos de Referências para execução das qualificações, 02 referentes ao **Projeto Qualifica Pará 2019** e 01 do **Projeto Escrevendo e Reescrevendo a Nossa História** (PERNOR) do Ministério Público do Trabalho. Este último visa preencher a necessidade de socialização de jovens e adultos residentes em áreas de risco ou de elevada criminalidade, denominadas Áreas Vermelhas. Bem como, a ressocialização de jovens e adultos internos e egressos das unidades socioeducativas do sistema penitenciário. O projeto visou qualificar 529 educandos, sendo 249 do sistema penal e jovens em medidas socioeducativas e 280 para as entidades parceiras do projeto PERNOH. Essas capacitações iniciaram em 11/11/2019 e está em andamento na região do Guajará nos municípios de Ananindeua (125 alunos em 07 turmas pelo contrato nº 021/2019), Belém (155 alunos em 08 turmas pelo contrato nº 022/2019 e Qualificação Profissional Vitória Régia que agrupa os municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Izabel em 19 turmas com 249 trabalhadores pelo Contrato nº 023/2019).

Resíduos de qualificações oriundas de contratos celebrados em 2018 pelo Projeto Qualifica Pará de 2018, referente ao Plano Estadual de Qualificação Profissional do Pará (PQSP/PA), e que iniciou em 05/11/2018 e finalizou em 06/05/2019, também tiveram que ser executadas em 2019. As atividades alcançaram 08 regiões de integração, qualificando cerca de 670 trabalhadores em 11 municípios.

Foram realizadas ações em todos os Territórios de Pacificação (TERPAZ) como: Palestras, oficinas, cadastramento da comunidade e levantamento de demandas acerca de principais cursos de qualificação: Vendedor de comércio e varejista, Culinária Básica, Mecânica de motos, Panificação, Horticultura Orgânica, Assistente Administrativo, Almoxarifado, Encanador Hidráulico, Pedreiro, Operador de Caixa, Informática Básica, Cabeleireiro, artesanato em cerâmica, cozinheiro, produtor de eventos, Corte e Costura, Manipulação, Beneficiamento e Conservação do Pescado.

Alguns registros fotográficos – Qualificação Social e Profissional



Foto 83: Qualificação PERNOH. Executora Efraim Leão – Município de Belém.



Foto 84: Qualificação PERNOH. Executora Vitória Régia e SUSUPE – Município Stª Izabel.



Foto 85: Qualificação PERNOH. Executora ABRADESA – Município de Belém.



Foto 86: Fábrica Esperança e SUSIPE. Entrega de Certificados – Município Belém.



Foto 87: Cadastro e levantamento de demandas de qualificação. TERPAZ Icuí-Guajará.



Foto 88: Fábrica Esperança e SUSIPE. Cerimônia da entrega de Certificados – Município Belém.

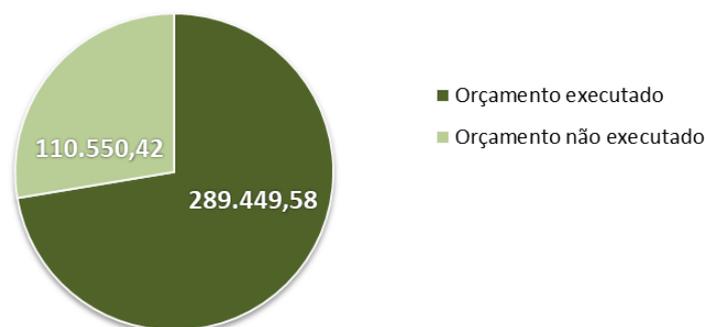
3.3.5. APOIO ÀS INST. DE CONT. SOCIAL POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A meta não foi realizada devido à nova sistemática referente à área trabalho exigir a criação do seu CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO EMPREGO E RENDA. Salienta-se, contudo, que o projeto de lei de criação do referido conselho tramitou na assembleia legislativa, até que foi considerado inadequado por não garantir a paridade entre trabalhadores, empregadores e governo. A divergência sobre as entidades que comporiam o Conselho durou todo o ano de 2019, com a sanção da nova lei executada apenas no fim do referido ano, dezembro/2019. Tal fato resultou na reprogramação da referida ação para o ano de 2020.

3.3.6. IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DO TRABALHADOR

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER atender 165.296 trabalhadores em 28 municípios de 11 regiões de integração do Estado do Pará, a um custo orçado da ordem de R\$ 361.677,00. Foram atendidos, no entanto, 393.584 trabalhadores nas 28 regiões previstas a um orçamento executada de R\$ 289.449,58. Isto é, foram atendidos 238% de trabalhadores, extrapolando a meta física programada, a um custo de 80% do orçamento executado ou 289.449,58. **A Tabela 17** e os **Gráficos 46, 47 e 48** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região de integração do Estado no ano de 2019.

Gráfico 46 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da
Implementação da Casa do Trabalhador em 2019

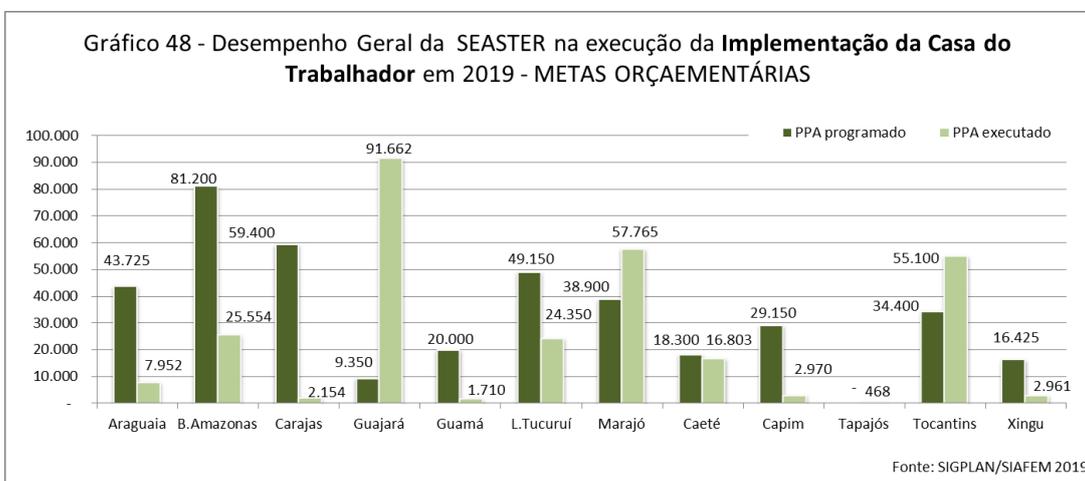
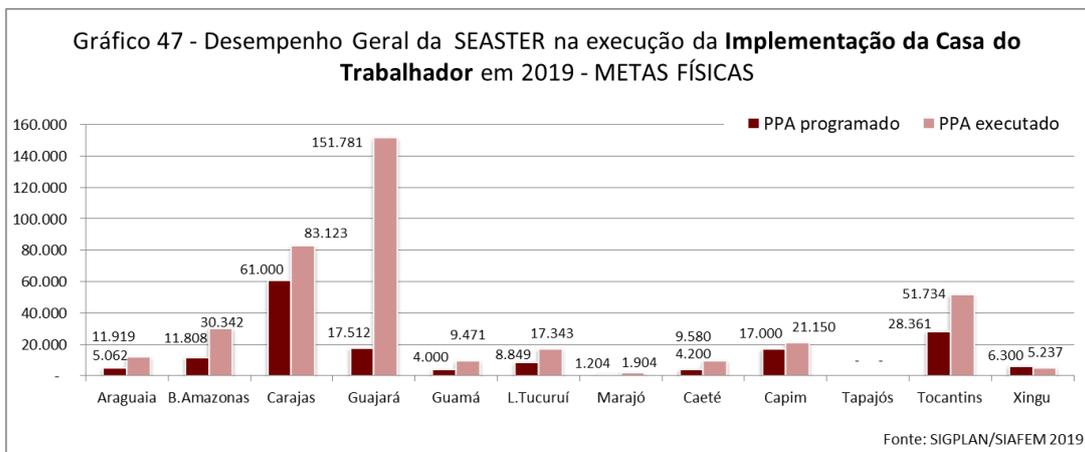


Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

**Tabela 17: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de
Implementação da Casa do Trabalhador em 2019**

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	5.062	11.919	235%	43.725	7.952	18%
B.Amazonas	11.808	30.342	257%	81.200	25.554	31%
Carajas	61.000	83.123	136%	59.400	2.154	4%
Guajará	17.512	151.781	867%	9.350	91.662	980%
Guamá	4.000	9.471	237%	20.000	1.710	9%
L.Tucuruí	8.849	17.343	196%	49.150	24.350	50%
Marajó	1.204	1.904	158%	38.900	57.765	148%
Caeté	4.200	9.580	228%	18.300	16.803	92%
Capim	17.000	21.150	124%	29.150	2.970	10%
Tapajós	-	-	-	-	468	-
Tocantins	28.361	51.734	182%	34.400	55.100	160%
Xingu	6.300	5.237	83%	16.425	2.961	18%
Total	165.296	393.584	238%	400.000,00	289.449,58	72%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019



Ao analisar o gráfico a cima, percebe-se que Marajó, Tocantins e Guajará, extrapolaram suas metas em 2019, sendo que Guajará foi a que mais atendeu trabalhadores no ano. Capim, Guamá e Araguaia foram às casas menos procuradas. Dentre as atividades da SEASTER nesta ação, destacamos a realização de visitas técnicas em 26 Municípios, dos que compõe a rede SINE, para efetuar orientações sobre o novo Sistema Nacional de Emprego (SINE), em consonância à promulgação da Lei 13.667/2018 e a necessidade de adesão à rede SINE. Na ocasião foram feitas, ainda, reuniões com gestores municipais para discutir a nova Política de Trabalho e Emprego, além de realizar orientações sobre a Lei 13.667. Nos postos do SINE foram feitas fiscalização e o acompanhamento das rotinas da IMO e SD, bem como, o levantamento da situação patrimonial desses postos. Na oportunidade, a SEASTER orientou as Equipe Técnica sobre as mudanças que estão sendo realizadas no Sistema SINE. Importante

salientar que na região do Guajará pelo Programa TERPAZ e nos municípios localizados na área de abrangência dos SINEs ou da Casa do Trabalhador a SEASTER, em parceria com os municípios, executaram diversas atividades itinerantes para atender esses trabalhadores nas variadas áreas dos serviços disponibilizados pelo SINE. Atendimentos esses que foram computados nos SINEs oficialmente localizados nos polos dessas regiões. Só na região do Guajará, nos sete territórios de pacificação, em diferentes períodos e de forma continuada, foram atendidos em torno de 660 pessoas. No total, foram cerca de 590 cadastros de emprego, visita de captação de vagas de trabalho em mais de 67 empresas distribuídos nesses territórios e palestra sobre orientação, apresentação e vocação para o trabalho.

A SEASTER elaborou e conseguiu aprovar e regulamentar a Política do 1º Ofício, que possibilita a discussão mediadora do poder público com empresários e trabalhadores jovens entre 14 e 24 anos. Faixa etária, onde os números do CAGED apresentam em nosso Estado, perda em série histórica de vagas admissionais relativas ao primeiro emprego. O programa está lançado e em andamento no TERPAZ. Até dezembro de 2019, já havia recolocado 20 jovens no mercado de trabalho.

Os Postos dos municípios de Conceição do Araguaia e Redenção continuam fechados, devido operação da Polícia Federal, os agentes encontram-se descredenciados para operar o Sistema Mais Emprego - MTE02/04/2019. O Posto do Tapajós está em processo inicial de municipalização, junto ao município.

Alguns registros fotográficos – Implementação da Casa do Trabalhador



Foto 89: Supervisão do Posto do SINE: Barcarena.

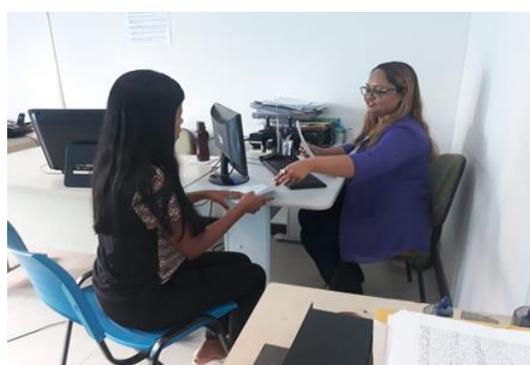
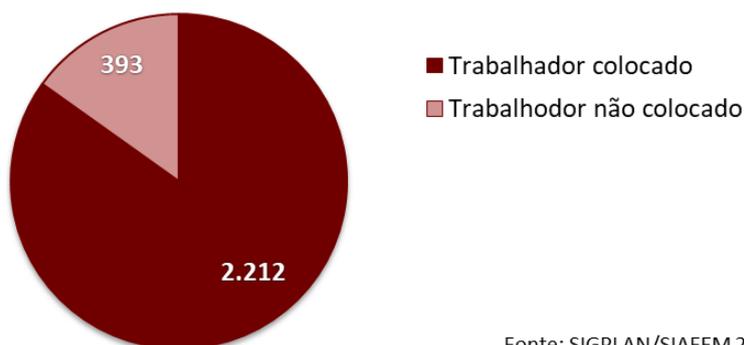


Foto 90: Atend. do Seguro Desemprego: Breves.

3.3.7. INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER recolocar no mercado 2.605 trabalhadores em 20 municípios de 10 regiões de integração do Estado do Pará, a um custo orçado da ordem de R\$ 71.000,00. Foram colocados, no entanto, 2.212 trabalhadores em 18 municípios de 09 regiões, a um orçamento executada de R\$ 89.523,07. Isto é, foram colocados 85% de trabalhadores previstos, a um custo executado que extrapolou o previsto em 126%. **A Tabela 18** e os **Gráficos 49** e **50** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região.

Gráfico 49 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Intermediação de Mão de Obra em 2019

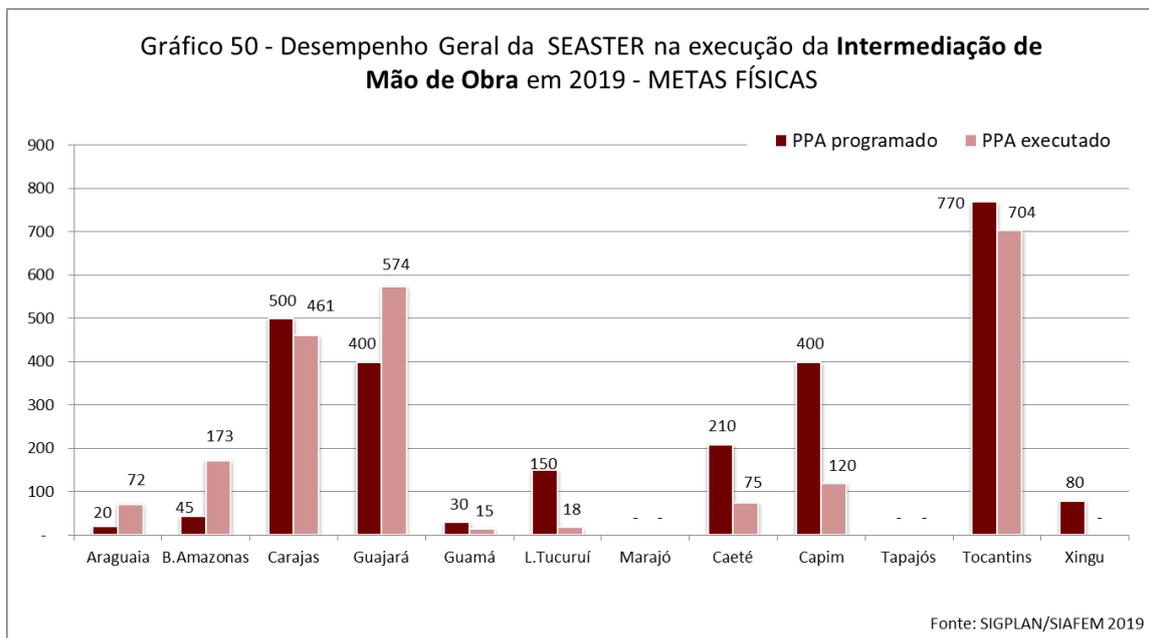


Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 18: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Intermediação de Mão de Obra em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	20	72	360%	2.000	2.228	111%
B.Amazonas	45	173	384%	10.000	-	0%
Carajas	500	461	92%	10.500	2.633	25%
Guajará	400	574	144%	6.000,00	80.613	1344%
Guamá	30	15	50%	3.243	-	0%
L.Tucuruí	150	18	12%	7.000	-	0%
Marajó	-	-	-	-	1.823	-
Caeté	210	75	36%	8.757	2.228	25%
Capim	400	120	30%	6.000	-	0%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	770	704	91%	13.500,00	-	0%
Xingu	80	-	0%	4.000	-	0%
Total	2.605	2.212	85%	71.000,00	89.523,07	126%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019



Observando o gráfico 50 acima, percebe-se que a recolocação de mão-de-obra no mercado de trabalho superou a meta nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas e Guajará, sendo que nas regiões do Carajás e Tocantins se aproximaram, consideravelmente, dos 100% da meta programada. Inclusive Tocantins aparece como a região que mais recolocou trabalhadores no mercado, superando inclusive a região do Guajará, onde se localiza a Região Metropolitana de Belém e a capital do Estado. Já o restante das regiões não teve um bom desempenho. Sendo que a região do Xingu não executou suas metas e as regiões do Tapajós e Marajó não tiveram meta prevista. Salienta-se que no Marajó a meta orçamentária se deve ao serviço itinerante para atendimento dos trabalhadores, assim como, nas outras regiões registradas na tabela 18 acima. Sendo que o produto desses serviços é computado nos SINEs dos municípios polos das respectivas regiões, por isso, não geram meta física nos municípios alvo do serviço itinerante.

Importante salientar que não fazem parte destes números os municípios de Conceição do Araguaia e Redenção, cujo SINEs estão sob intervenção federal devido a denúncias de fraude no seguro desemprego. Assim como, os municípios de Monte Alegre e Itaituba, cujos SINEs estão fechados desde janeiro por motivos de gestão.

Situação que está sendo pauta de diversas reuniões junto aos gestores municipais, a fim de otimizar a transição do sistema fundo a fundo. Salienta-se ainda que, apesar de se tratar de metas não programadas pelo PPA, a SEASTER ainda atendeu e recolocou no mercado cerca de 235 trabalhadores pelo SINE de Ananindeua.

Destaca-se que, segundo o cálculo do índice de eficácia do serviço de intermediação de mão-de-obra (IMO), suas variáveis mostram que alguns vetores de desenvolvimento e seguridade da empregabilidade já apresentam indicadores de eficácia maiores que os programados, variando positivamente entre 2,43 e 3,18. Tal crescimento dos vetores de empregabilidade é resultado da curva ascendente discreta da recuperação do “saldo positivo” de vagas de trabalho formal registradas no último biênio. As vagas de trabalho formal continuam a decrescer deste 2014 e mantem a tendência de queda, porém, Brasil e Pará apresentam “saldo positivo” em relação a 2018.

Cabe salientar, que dentro das projeções esperadas, as admissões em nosso Estado superaram os números absolutos do ano passado, conforme demonstra o CAGED 2019. Ainda segundo o mesmo, existe concentração de vagas geradas nos setores comércio & serviços. Tanto, que em 2019 se teve a perspectiva de saldo positivo de vagas geradas no Pará, com concentração nestes setores e recuperação de todas as áreas produtivas, de construção civil; vendedores e operadores de caixa na área comercial.

Salienta-se também que, O maior índice de desemprego no Brasil, assim como no Estado do Pará entre todas as faixas etárias é de jovens até 25 anos (IBGE 2018) e, se fizermos um recorte de raça, gênero e classe social, o jovem negro e pobre é aquele que possui a menor possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e o que amarga o maior índice de desemprego. Considerando que emprego é a grande base da dignidade, para o jovem a cidadania é algo que parece distante e seu ingresso, enquanto sujeito produtivo fica seriamente prejudicado.

Diante dessa realidade é que o Governo por todo o Pará, lançou no final do ano de 2019 a **Política Primeiro Ofício**, destinado a jovens de 14 a 24 anos, oriundos de

famílias beneficiárias de programas sociais, estudantes de escolas públicas, jovens oriundos de medidas socioeducativas e que estejam em situação de vulnerabilidade socioassistencial, com meta inicialmente prevista de qualificação profissional e inserção ao mercado de trabalho formal de dois mil jovens ao ano.

A **Política Primeiro Ofício** é uma parceria entre o governo do estado, através da SEASTER e de empresas formadoras em qualificação profissional e empresas empregadoras, que visam qualificar mão de obra para o mercado formal de trabalho. Visa também desenvolver ações e formações voltadas ao fortalecimento do Empreendedorismo e da Economia Solidária, como forma de estimular novas habilidades aos jovens, possibilitando a criação de alternativas econômicas que contribua na geração de novas oportunidades, fazendo com que possa ser superada essa situação de vulnerabilidade social por que passa a juventude, garantindo com isso bem estar aos jovens e suas famílias, proporcionando assim, um pleno desenvolvimento econômico e social a todo esse segmento no Estado do Pará.

Essa política vai ser desenvolvida através da plataforma Emprega Mais do Sistema Nacional de Emprego – SINE, ficando a seleção dos jovens aprendizes a cargo da SEASTER em conjunto com as empresas envolvidas, conforme as diretrizes da Política Primeiro Ofício.

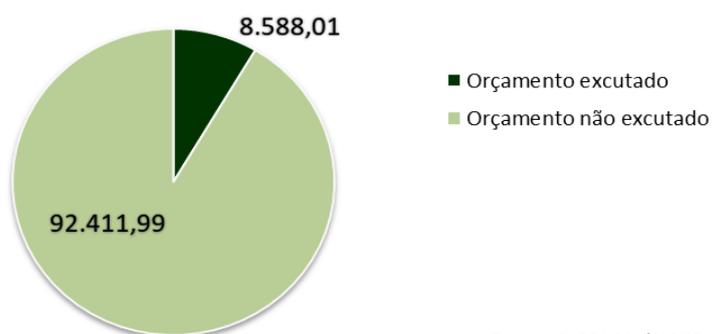
Alguns registros fotográficos – Intermediação de Mão de Obra

	
<p>Foto 91: Intermediação de Mão-de-Obra. Posto do SINE – Município Barcarena.</p>	<p>Foto 92: Intermediação de Mão-de-Obra. Posto do SINE – Município de Breves.</p>

3.3.8. OPERACIONALIZAÇÃO DO SEGURO DESEMPREGO

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER beneficiar com seguro desemprego 101.060 trabalhadores em 31 municípios de 11 regiões de integração do Estado do Pará, a um custo orçado da ordem de R\$ 101.000,00. Foram beneficiados, no entanto, 141.477 trabalhadores em 27 municípios das 11 regiões, a um orçamento executado de R\$ 8.588,01. Isto é, foram beneficiados 140% de trabalhadores, extrapolando a meta física prevista, a um custo 09% do previsto. **A Tabela 19** e os **Gráficos 51** e **52** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região.

Gráfico 51 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da Operacionalização do Seguro Desemprego em 2019

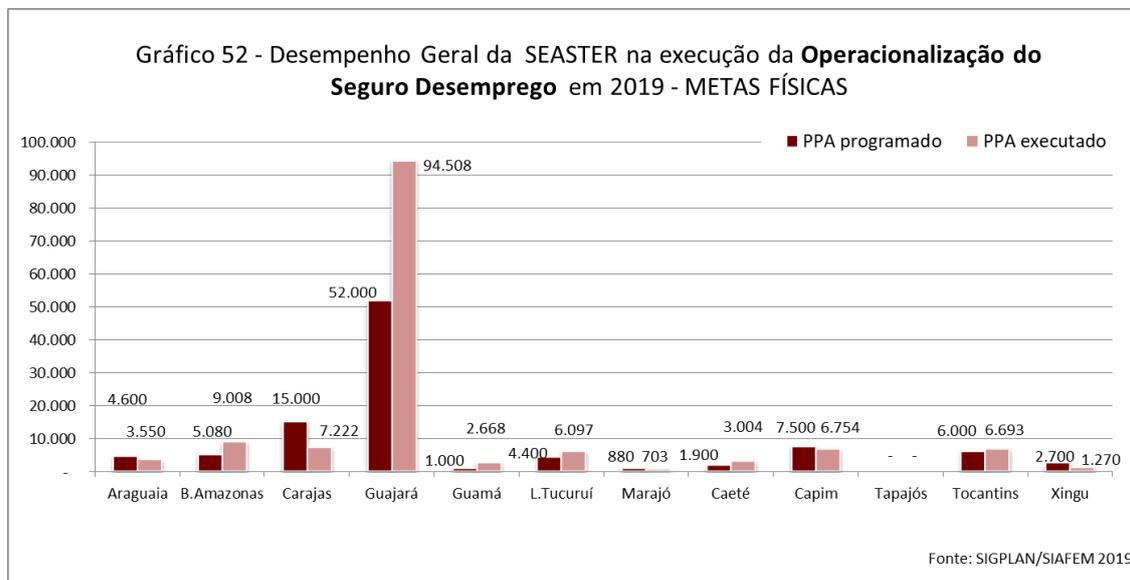


Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 19: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Operacionalização do Seguro Desemprego em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	4.600	3.550	77%	4.600,00	-	0%
B. Amazonas	5.080	9.008	177%	5.080,00	-	0%
Carajas	15.000	7.222	48%	15.000,00	4.247,49	28%
Guajará	52.000	94.508	182%	52.000,00	-	0%
Guamá	1.000	2.668	267%	1.000,00	-	0%
L. Tucuruí	4.400	6.097	139%	4.400,00	2.841,78	65%
Marajó	880	703	80%	880,00	-	0%
Caeté	1.900	3.004	158%	1.900,00	-	0%
Capim	7.500	6.754	90%	7.500,00	-	0%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	6.000	6.693	112%	5.940,00	1.498,74	25%
Xingu	2.700	1.270	47%	2.700,00	-	0%
Total	101.060	141.477	140%	101.000,00	8.588,01	9%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019



Observando-se o gráfico acima, nota-se que Guajará, Lago Tucuruí e Baixo Amazonas superaram suas metas programadas, sendo que a região do Guajará foi a que mais concedeu o benefício ao trabalhador. Já as outras regiões, com exceção de Carajás e Xingu, se aproximaram dos 100% da meta programada. Para a região do Tapajós não houve meta física, visto seus postos estarem interditados pela Polícia Federal.

Apenas em São Miguel do Guamá foi realizado meta física não programada pelo PPA, equivalente a 224 trabalhadores beneficiados, por meio de uma unidade de atendimento ligada ao SINE do município de Castanhal.

Alguns registros fotográficos – Intermediação de Mão de Obra

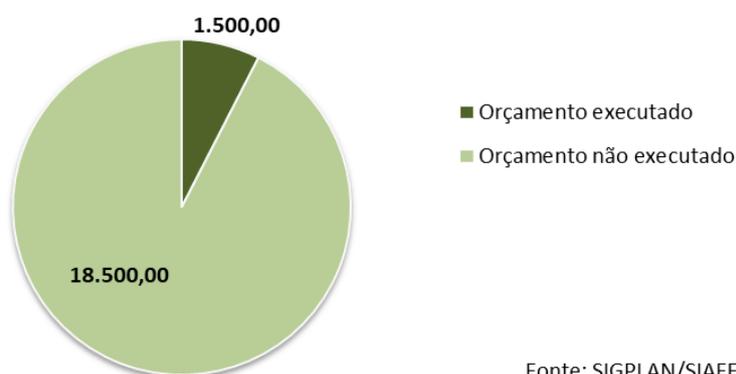


3.3.9. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER colocar 220 pessoas com deficiência no mundo do trabalho, a um custo de R\$20.000,00 apenas na região o Guajará, por meio dos serviços do SIIC/SINE. Foram colocadas, no entanto, 262 pessoas com deficiência no mercado, a um custo de R\$ 1.500,00 ou 08% da meta programada.

A **Tabela 20** e os **Gráficos 53** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região.

Gráfico 53 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho** em 2019



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 20: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajas	-	-	-	-	-	-
Guajará	220	262	119%	20.000,00	1.500,00	8%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	-	-
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	220	262	119%	20.000,00	1.500,00	8%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

O intuito desta ação é promover a habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência e a promoção de sua inclusão à vida comunitária, à proteção social, à defesa e garantia dos direitos, articulando-se às políticas públicas de âmbito nacional, estadual e municipal e movimentos organizativos da sociedade civil.

Observa-se que foi superada a meta física dessa ação em 119% pra a região do Guajará, contribuindo para a eficácia no desempenho da ação por meio de suas atividades que inclusão da pessoa com deficiência no Estado do Pará. No Marajó, município de Breves, alguns técnicos da SEATER participaram do Seminário sobre Inclusão do PCD na Região do Marajó. O evento foi realizado entre os dias 22 e 26 de agosto. Esta ação foi importante para fomentar o processo de inclusão da pessoa com deficiência na ilha do Marajó, contudo não computa meta física.

Dentre essas principais atividades, destacamos o Dia da Inclusão Social e Profissional das Pessoas com Deficiência e dos Beneficiários e Reabilitados do INSS, o chamado Dia “D” e o Feirão do Emprego, realizado na sede do CIIC (Centro Integrado de Cidadania). Neste evento, foram realizadas palestras, reuniões com empresários para conscientização e participação da campanha de vagas para as pessoas com deficiência e, posteriormente, colocação de trabalhadores no mercado, por meio do Feirão de Contratação Imediata.

Foram também realizados diversos processos seletivos com novos empreendedores no Estado do Pará, onde destacamos a seleção do Magazine Luiza e do Centauro, com suporte de cadastro para seleção realizado no auditório do SINE em parceria com o CIIC. A atividade de cadastro, também foi estendida para os municípios de Moju, Acará, Tomé Açu e Concordia do Pará por meio de ação itinerante com posterior seleção da Biopalma.

A deficiência física foi a mais absorvida pelo mercado de trabalho formal, com 176 colocados. Na sequência temos a deficiência auditiva (parcial ou total), deficiência visual (baixa visão ou visual monocular), a deficiência intelectual e não houve contratação da pessoa com deficiência múltipla.

Alguns registros fotográficos – Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho.



Foto 95: Feirão do Emprego. Candidatos aguardando o processo seletivo no dia “D”.



Foto 96: Atendimento do SINE-CIIC no Feirão do Emprego do dia “D”.



Foto 97: Feirão do Emprego. Candidatos aguardando o processo seletivo no CIIC.



Foto 98: Atendimento da pessoa com deficiência no CIIC – Acolhimento Psicossocial.



Foto 99: Feirão do Emprego. Acolhimento Psicossocial. Hall do CIIC.



Foto 100: Atendimento da pessoa com deficiência no CIIC – Cadastro para emprego.

3.3.10. MONITORAMENTO DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO PARÁ.

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER a confecção de 02 relatórios junto ao DIEESE por meio de Convênio a um custo orçado da ordem de R\$ 150.000,00. O 1º Relatório trata de informações sobre o balanço do emprego formal nos últimos 12 meses (de agosto de 2018 a julho de 2019) e o 2º Relatório trata das informações do novo estudo com análise da trajetória do emprego no Estado do Pará e Região Norte com base na Relação Anual de Informações Sociais segundo a RAIS/2018, que foi divulgada pelo Ministério da Economia. Em 2019, foram pagos ao DIEESE cerca de 79% do orçamento ou R\$ 117.947,27. A Tabela 16 mostra a evolução das metas físicas e orçamentárias dessa ação por região de integração.

Tabela 16: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de **Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda no Pará** em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC	PPA/0GE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajas	-	-	-	-	-	-
Guajará	2	2	100%	150.000,00	117.947,27	79%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	-	-
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	2	2	100%	150.000,00	117.947,27	79%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

A grave crise política que se abateu sobre o Brasil desde 2015 tem trazido profundos reflexos sobre a economia nacional e local, com visível aumento na taxa de desemprego e subutilização da Força de Trabalho. Nesse contexto, o acompanhamento sistemático de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho torna-se de suma importância, na medida em que auxilia nas tomadas de decisão em bases mais

técnicas a partir da simulação de cenários futuros consistentes, estabelecimento de metas realistas, definição de prioridades, entre outros.

A ação de Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda no Pará, consiste na produção de estudos a partir de dados acessados em fontes oficiais como o Ministério do Trabalho, o MDS e o IBGE, os quais possibilitam a elaboração de mapas de indicadores socioeconômicos por municípios e RI bem como o acompanhamento do comportamento do mercado de trabalho local e nacional. A elaboração de Boletins Técnicos com análise mais aprofundada com base nos dados da RAIS, CAGED, PNADCT, cabendo à SEASTER a geração de 02 relatórios com análise sobre o comportamento do mercado de trabalho formal do Estado do Pará.

Ambos os relatórios de responsabilidade da SEASTER foram previstos pelo PPA 2019, cuja execução se dá pelo município de Belém a um custo orçamentário de R\$ 150.000,00. Os relatórios foram concretizados por meio de Convênio com o DIEESE dentro do Observatório do Trabalho.

Por outro lado, a SEASTER vem dando continuidade à produção e sistematização de informações próprias por meio do banco de dados Access. O objetivo é subsidiar as ações de monitoramento das ações de Economia Solidária e Empreendedorismo, bem como, da Qualificação Social e Profissional, a partir dos quais são gerados e analisados os indicadores de processo e de resultado.

Dentre os principais documentos informativos gerados pela SEASTER, destacamos: O Mapa de Informações socioeconômicas municipais que sistematiza informações socioeconômicas para o conhecimento das realidades municipais. Foram elaborados 12 mapas regionais segundo municípios que os compõem, constando dos seguintes dados: População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada, Taxa de Desocupação, Flutuação do Emprego Formal Celetista, Estoque de Empregos (Vínculos), Número de Estabelecimentos Econômicos, Produto Interno Bruto – PIB, Produto Interno Bruto Per Capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice de Progresso Social – IPS, População em situação de Extrema Pobreza, Projetos Industriais Previstos e em execução, Cadeias

Produtivas, com ênfase no Pará 2030 e Ocupações mais demandadas. Foram também arquivadas e sistematizadas informações referentes a ações de Qualificação Profissional, como: Cadastro do Educando, Acompanhamento de Turma/Instrutor, Acompanhamento de Turma/Supervisor e Acompanhamento da Ação/Curso – Educando. Assim como, sistematizados dados do CAGED, RAIS e PNAD, para o acompanhamento do mercado de trabalho paraense e informações das ações desenvolvidas pela DQPE, para elaboração final do Relatório GP Pará.

3.4. PROGRAMA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Este programa tem como um de seus objetivos assegurar os direitos humanos dos cidadãos. Em 2019, a ação de Apoio à Redução do Subregistro Civil de Nascimento, que era de responsabilidade da SEASTER, passou à competência do TJE por força de Ofício nº1742/TJPA e LEI nº 8.923 de 14 de novembro de 2019.

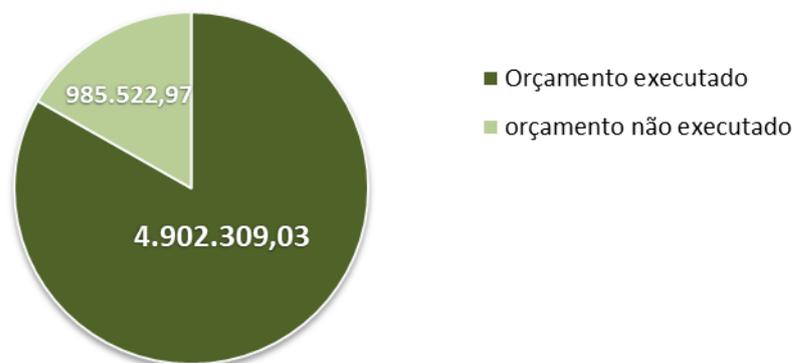
Neste último ano de gestão da ação, a SEASTER operacionalizou administrativamente o recurso do Fundo de Registro Civil de Nascimento, com o objetivo de aplicação e administração dos atos de ressarcimento. A ideia era promover a gratuidade dos atos praticados pelos registradores civis de pessoas naturais; a informatização dos cartórios; a implementação do Programa Renda Mínima e ainda realizar o ressarcimento dos atos praticados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, que além de outros propósitos, contribuiu com as ações de apoio a Erradicação do subregistro civil de nascimento no Estado do Pará.

As principais atividades que foram desenvolvidas eram direcionadas ao combate ao subregistro civil de nascimento, por meio do apoio ao acesso à documentação civil básica nas ações do Fundo do Registro Civil. Como também, ao extravio de Certidão de Nascimento, onde é assegurada a gratuidade desta documentação às pessoas em situação de vulnerabilidade social e o ressarcimento dos atos praticados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.

3.4.1. APOIO Á REDUÇÃO DO SUBREGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

Em 2019, a SEATER programou na U.O. SEASTER emitir 165.415 registros para 138 municípios das 12 regiões de integração do Estado do Pará, a um custo orçado da ordem de R\$ 5.887.832,00. Foram emitidos, no entanto, 185.600 registros trabalhadores em 140 municípios das 12 regiões, a um orçamento executada da ordem de R\$ 4.902.309,03. Isto é, foram 112% registros emitidos, extrapolando a meta física prevista, a um custo de 83% do orçamento programado. **A Tabela 21** e os **Gráficos 54, 55 e 56** demonstram o avanço das metas físicas e orçamentárias da ação, por região.

Gráfico 54 - Desempenho Geral da SEASTER na execução da **Apoio á Redução do Subregistro Civil de Nascimento em 2019**



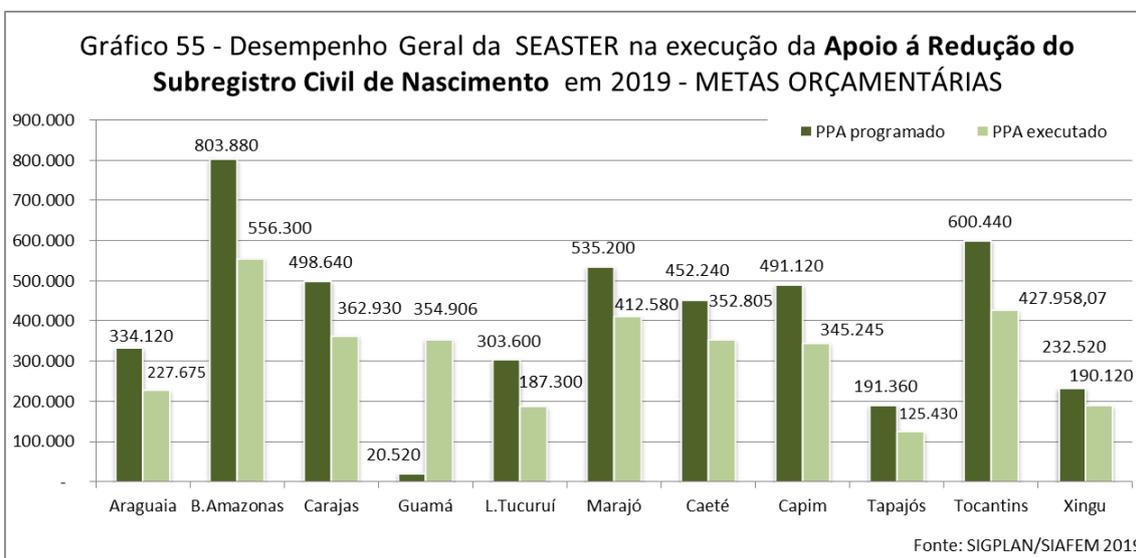
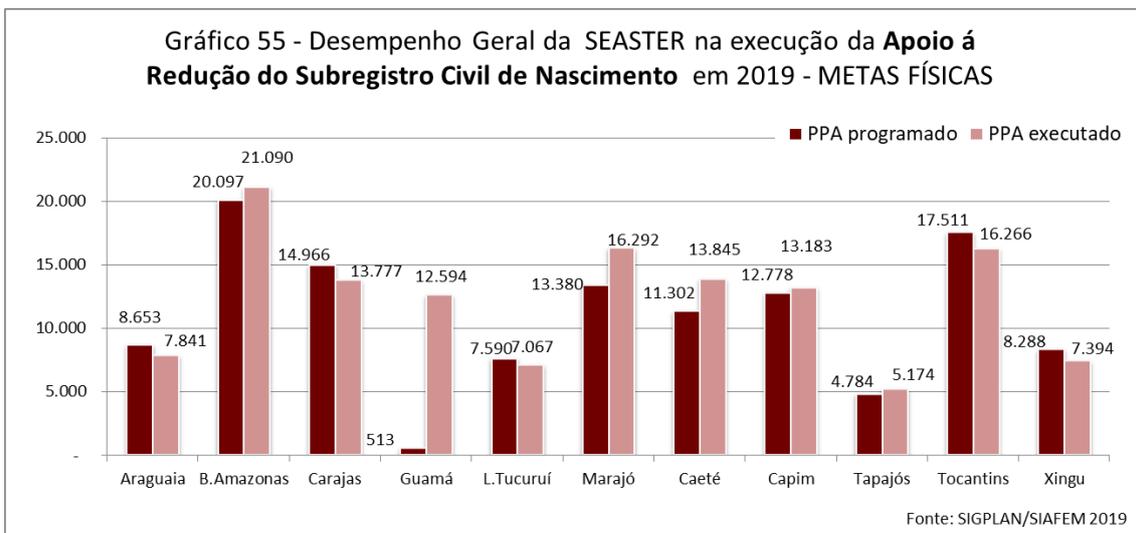
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Tabela 21: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio á Redução do Subregistro Civil de Nascimento em 2019

REGIÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Araguaia	8.653	7.841	91%	334.120	227.675	68%
B.Amazonas	20.097	21.090	105%	803.880	556.300	69%
Carajas	14.966	13.777	92%	498.640	362.930	73%
Guajará	45.553	51.077	112%	1.424.192,00	1.359.060,00	95%
Guamá	513	12.594	2455%	20.520	354.906	1730%
L.Tucuruí	7.590	7.067	93%	303.600	187.300	62%
Marajó	13.380	16.292	122%	535.200	412.580	77%
Caeté	11.302	13.845	123%	452.240	352.805	78%
Capim	12.778	13.183	103%	491.120	345.245	70%
Tapajós	4.784	5.174	108%	191.360	125.430	66%
Tocantins	17.511	16.266	93%	600.440	427.958,07	71%
Xingu	8.288	7.394	89%	232.520	190.120	82%
Total	165.415	185.600	112%	5.887.832,00	4.902.309,03	83%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Observando os gráficos, registra-se que em todas as regiões as metas físicas executadas se aproximaram dos 100% programados e outras extrapolaram esta meta, como as regiões do Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Marajó, Caeté, Capim e Tapajós. A região do Guajará não foi representada nos gráficos devido a sua meta ser consideravelmente maior que as das outras regiões o que distorceria muito os resultados na representação gráfica.



Outra atividade intrínseca a esta ação e tão importante é o monitoramento dos cartórios. A SEASTER considerou um avanço a efetivação do reconhecimento imprescindível das atividades de monitoramento dos cartórios de registro civil de Nascimento, dado que facilita a reorganização administrativa e técnica do atendimento aos beneficiários e de apoio aos municípios, inclusive com distinções por especificação de tarefas para prover a gratuidade do registro civil.

As **Ações de Cidadania** e as ações da SEASTER no **TERPAZ** também permitiram maior presença do Estado nos municípios e nas periferias da região do Guajará para combater o subregistro nos territórios de pacificação.

A SEASTER reconhece como desafios futuros nesta ação, combater o subregistro civil de nascimento em todo o Estado do Pará; diminuir os casos de extravio de certidão de nascimento e óbito; propor medidas de diminuição da limitação no fluxo postal entre SEASTER, Gestões Municipais e Cartórios, sobretudo nos cartórios de zona rurais e ribeirinhas; desenvolver propostas para solucionar a falta de mobilidade dos beneficiários em situação de vulnerabilidade sócio econômica para retirarem a certidão no cartório de origem; subsidiar os Cartórios com o kit de informática; estreitar as parcerias com a Defensoria Pública, Ministério Público e organizações populares, com vistas ao combate à pobreza por meio da documentação das pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

Alguns registros fotográficos – Apoio à Red. do Subregistro Civil de Nascimento.



Foto 101: Projeto Meu 1ª Registro. Ação conjunta com o Dep. De Polícia. TERPAZ Cabanagem.



Foto 102: Ação de Cidadania no STTRT. Município de Benevides



Foto 103: Ação de Cidadania na Câmara Municipal. Município de Ponta de Pedras.



Foto 104: Ação de Cidadania no Instituto Nossa Senhora das Graças. Município de Mocajuba.

3.5. PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

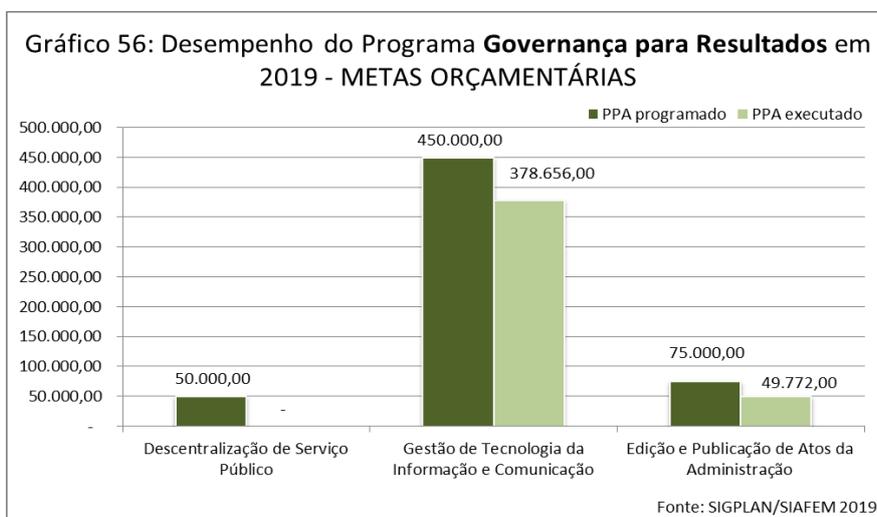
O Programa Governança para Resultados atende a 02 diretrizes: Fortalecer a Gestão e Governança com Transparência e Promover a articulação Política Institucional e Descentralização do Governo. A SEASTER executa 03 ações desse Programa dentro do objetivo, Promover a integração da gestão regionalizada.

O montante de recurso executado em 2019 foi da ordem de R\$ 428.428,00, correspondendo a 75% do valor orçado que foi de R\$ 575.000,00. A execução financeira das ações foi realizada no município de Belém, Região do Guajará. Não houve implantação de unidades descentralizadas da SEASTER nos municípios do Estado em 2019. A **Tabela 22** e **Gráfico 56** mostram a evolução das metas orçamentárias desta ação.

Tabela 22: Programa Governança para Resultados
Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias 2019

AÇÃO	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Descentralização de Serviço Público	4	-	0%	50.000,00	-	0%
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	11	-	0%	450.000,00	378.656,00	84%
Edição e Publicação de Atos da Administração	1.500	-	0%	75.000,00	49.772,00	66%
TOTAL	1.515	-	0%	575.000,00	428.428,00	75%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019



3.6. PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

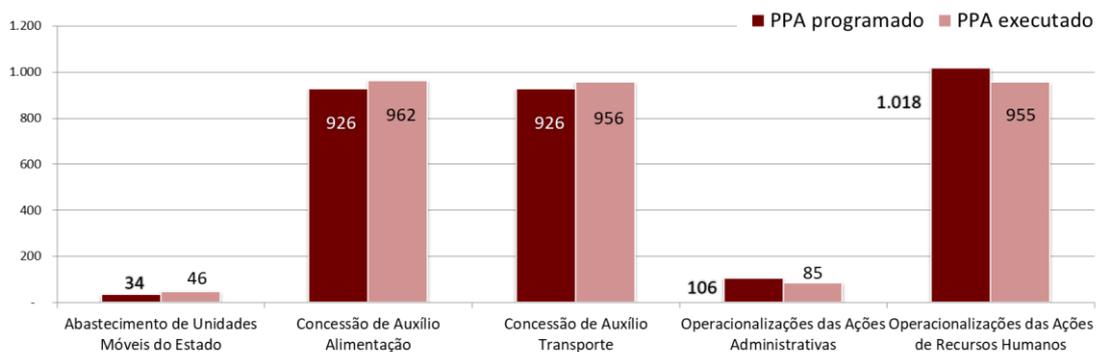
Programa executado por meio da UG SEASTER, utilizando 100% de recursos do tesouro do Estado, distribuídos nas ações: Abastecimento de unidades Móveis do Estado, Operacionalização de Ações Administrativas, Operacionalização de Ações de Recursos Humanos, Concessão de Auxílio Alimentação e Concessão de Auxílio Transporte. O montante orçado para o programa foi de R\$ 55.886.414,00, sendo suplementado em R\$ 3.367.046,00, executando o montante R\$ 59.253.460,00, correspondendo a 106%. Os dados apresentados na Tabela 23 e nos Gráfico 57 e 58 mostram que a execução das metas físicas se manteve dentro do previsto, excetuando-se a ação Abastecimento de Unidades Móveis do Estado que teve um aumento de 35%. São ações que garantiram a realização do objetivo proposto para o programa de viabilizar a gestão administrativa do Estado.

Tabela 23: Programa Manutenção da Gestão
Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias 2019

Ação	META FÍSICA			META ORÇAMENTÁRIA		
	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC	PPA/OGE	EXEC.	% EXEC.
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	34	46	135%	370.000,00	341.222,00	92%
Concessão de Auxílio Alimentação	926	962	104%	5.079.152,00	5.930.021,00	107%
Concessão de Auxílio Transporte	926	956	103%	871.865,00	1.074.386,00	123%
Operacionalizações das Ações Administrativas	106	85	80%	9.804.846,00	13.114.788,00	133%
Operacionalizações das Ações de Recursos Humanos	1.018	955	94%	39.760.551	38.793.043	98%
Total	3.010	3.004	100%	55.886.414,00	58.756.528,74	105%

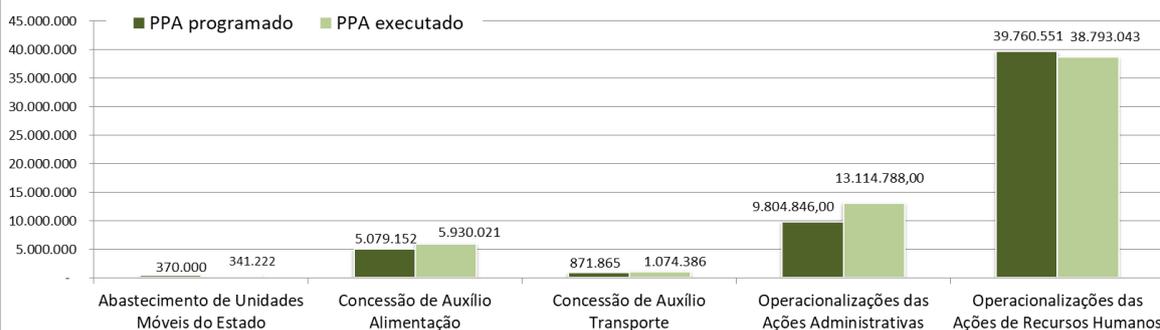
Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 57: Avanço das Ações do Programa de Manutenção da Gestão em 2019 - METAS FÍSICAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

Gráfico 58: Avanço das Ações do Programa de Manutenção da Gestão em 2019 - METAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2019

4. METAS REGIONALIZADAS

4.1. PROGRAMA TRABALHO, TRABALHO EMPREGO E RENDA

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS JUSTIFICATIVAS SOBRE A REALIZAÇÃO DAS METAS REGIONALIZADAS DO PPA 2016 - 2019

META REGIONALIZADA	ÓRGÃO	REGIÃO	2016	2017	2018	2019	STATUS	SITUAÇÃO FINAL DAS METAS REGIONALIZADAS
Realizar 4 Feiras Estaduais de Economia Solidária e Empreendedorismo (2016, 2017, 2018, 2019).	SEASTER	Guajará	1	0	1	1	75%	Em 2016, foi realizada a 1ª Feira na Praça Batista Campos em Belém. Em 2017 não foram realizadas feiras por corte de orçamento. Em 2018, foi realizada a 2ª Feira no CENTUR e em 2019 foi realizada a 3ª Feira no Hangar, todas executadas em conjunto com a FESARTE, conforme reza o Decreto nº 367 de 23 de outubro de 2019.
Elaborar o Plano Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.	SEASTER	Guajará	0	0	0	0	0%	Minuta do Plano entregue para avaliação do Conselho Estadual de Emprego, Trabalho e Renda no mês de dezembro de 2018. Em 2019 o Plano foi submetido a avaliação em outras instâncias para a sua aprovação final e criação por meio de um projeto de Lei.
Qualificar 26 Pessoas com Deficiência (PCDs) para o mercado de trabalho.	SEASTER	Guamá	0	0	0	14	54%	Foram realizadas 14 qualificações em 2016 no município de Castanhal ou 54% da meta Regionalizada. Já em 2016, 2017 e 2018 não foram realizadas qualificações por corte orçamentário.
Qualificar 20 trabalhadores de comunidades tradicionais.	SEASTER	Guamá	0	0	0	0	0%	Não foi realizado em função do corte orçamentário.
Qualificar 20 trabalhadores de comunidades tradicionais.	SEASTER	Marajó	0	0	0	0	0%	Não foi realizada devido ao corte de orçamento 2017, 2018 e 2019. Já a meta programada no PPA para 2019 será realizada em 2020. Isso se deve ao fato da demora no tramite do processo licitatório (Pregão eletrônico).
Qualificar 80 Pessoas com Deficiência (PCDs) para o mercado de trabalho.	SEASTER	Guajará	0	46	0	28	93%	Foram realizadas 74 qualificações ou 93% da meta Regionalizada, sendo 46 em Belém no ano de 2017 e 28 em Belém no ano de 2019. O restante não foi realizado por falta de recurso.
Qualificar 80 pessoas em situação de privação de liberdade para o mercado de trabalho.	SEASTER	Guajará	0	46	0	82	160%	Foram realizados 128 qualificações ou 160% da meta Regionalizada. Em 2017 foram qualificados 46 pessoas, sendo 10 em Belém e 36 em Ananindeua. Em 2019 foram realizadas outras 82 qualificações, sendo 14 em Belém e 14 em Ananindeua, somados às qualificações em parceria com PERNOH – Projeto Escrevendo e Reescrevendo nossa historia, foram: 46 qualificações em Ananindeua e 08 em Benevides.
Qualificar 40 trabalhadores de comunidades tradicionais.	SEASTER	Tocantins	0	20	0	0	50%	Foram realizadas 20 qualificações em 2017 no município de Cametá, representando 50% da meta regionalizada, os outros 50% não foram executados devido a redução orçamentária. Em 2016 e 2018, também não foram realizados por corte orçamentário. Já em 2019 não foi realizado pela Política de Contenção de Despesas 2019.
Qualificar 60 trabalhadores de comunidades tradicionais.	SEASTER	Guajará	0	0	0	20	33%	Em 2019, foram feitas em Ananindeua 20 qualificações, contudo a meta não foi alcançada por corte orçamentário.

Fonte: SEASTER/NUPLAN 2019

4.2. PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

QUADRO DEMONSTRATIVA DAS JUSTIFICATIVAS SOBRE A REALIZAÇÃO DAS METAS REGIONALIZADAS DO PPA 2016 - 2019								
META REGIONALIZADA	ÓRGÃO	REGIÃO	2016	2017	2018	2019	STATUS	SITUAÇÃO FINAL DAS METAS REGIONALIZADAS
Implantar o Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa em Belém.	SEASTER	Guajará	0	0	0	0	0%	Reiteramos que tendo em vista os avanços do processo de consolidação do Sistema Único de Assistência social (SUAS), foi proposto o reordenamento dos serviços, estabelecendo a municipalização da Proteção Social Básica. Diante desse cenário, a construção do CERPI não será realizada. Esta fato, contudo, não implica na descontinuidade dos serviços, programas e projetos socioassistenciais voltados a este segmento, haja vista, que a Secretaria de Estado de Assistência social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) realiza o apoio financeiro com o repasse fundo a fundo aos municípios para viabilização da implantação e implementação dos serviços.
Construção de 01 CRAS no Município de Chaves.	SEASTER	Marajó	0	0	0	0	0%	Considerando que entre 2016 a 2018 foi o período de tratativas burocráticas da legalização do terreno junto a União e para ajustar questões técnicas entre Caixa Econômica Federal, SEASTER e Prefeitura de Chaves para readequação e finalização do projeto executivo obedecendo as normativas do SUAS, somente em outubro de 2018, após licitação, houve a assinatura do contrato 058/2018 com a empresa Magistral Construções e serviços Eireli- ME. A Ordem de Serviço nº 001/2019 foi emitida em 03 de outubro após a autorização da Caixa. A construção prevista para iniciar no ano em curso não ocorreu em virtude da empresa ter enfrentado dificuldades na mobilização local de profissionais capacitados para contratação. A ação foi reprogramada no PPA de 2020 a 2023.
Atender 200 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos.	SEASTER	Araguaia	67	24	0	0	45%	O Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato impossibilitou substancialmente o atendimento aos municípios da região do Araguaia, impactando o complemento da meta regionalizada que era de 200 famílias a serem atendidas.
Atender 800 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos.	SEASTER	Baixo Amazonas	0	0	0	0	0%	O Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato impossibilitou substancialmente o atendimento da meta regionalizadas programada para a região do Baixo Amazonas, que era de 800 famílias a serem atendidas na região.
Atender 200 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos.	SEASTER	Guajará	8	96	12	32	74%	Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato impossibilitou a finalização da meta regionalizada na região, alcançando 74% apenas das 200 famílias programadas.

Atender 150 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos.	SEASTER	Lago Tucuruí		7		0	5%	Justificar o não alcance da meta. O Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato impossibilitou substancialmente o atendimento aos municípios da região do Lago Tucuruí, impactando a meta regionalizada que era de 150 famílias a serem atendidas na região.
Atender 150 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos.	SEASTER	Tapajós	7	0	0	0	7%	O Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato impossibilitou substancialmente o atendimento aos municípios da região do Tapajós, impactando o cumprimento da meta regionalizada que era de 150 famílias a serem atendidas na região, resultando no atendimento de apenas 7% do previsto.
Atender 100 famílias no Programa de Aquisição de Alimentos.	SEASTER	Xingu	0	0	0	0	0%	O Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA), viabilizado em 2019 por meio de Convênio entre Governo do Estado - SEASTER e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sofreu profundo corte no orçamento do Convênio, em cerca de 90%, reduzindo os recursos de R\$ 10.709.000,50 para R\$ 1.200.000,00. Este fato impossibilitou substancialmente o atendimento aos municípios da região do Xingu, impactando todo o cumprimento da meta regionalizada que foi de 100 famílias a serem atendidas na região.
Capacitar 150 profissionais na área de atendimento especializado a álcool e outras drogas.	SEASTER	-	0	0	0	0	0%	Justificativa da não execução da meta: Na revisão do PPA, exercício 2018/2019, a execução dessa meta ficou na responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH).
Capacitar 160 profissionais no atendimento especializado a álcool e outras drogas.	SEASTER	-	0	0	0	0	0%	Na revisão do PPA, exercício 2018/2019, a execução dessa meta ficou na responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH).
Capacitar 170 profissionais na área de atendimento especializado a álcool e outras drogas.	SEASTER	-	0	0	0	0	0%	Na revisão do PPA, exercício 2018/2019, a execução dessa meta ficou na responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH).
Capacitar 300 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil.	SEASTER	Tapajós	0	0	0	0	0%	A meta programada foi superestimada, não havendo deste modo a possibilidade da realização desta meta. Isso se deveu aos entraves ocorridos no decorrer do processo de execução da ação, como a impossibilidade na contratação de empresa especializada e consultoria e pelos decretos governamentais de contenção de despesas. Apenas em 2019 a ação foi redirecionada para modalidade do evento: "Encontro Estadual de Proteção Social Especial", realizado no período de 19 a 21 de novembro de 2019, que contemplou a temática proposta e proporcionou como estratégia a participação de profissionais das 12 Regiões de Integração de Estado.

Capacitar 580 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual, trabalho infantil e álcool e outras drogas.	SEASTER	Xingu	0	0	0	0	0%	A meta programada foi superestimada, não havendo deste modo a possibilidade de sua realização. Em razão dos entraves ocorridos no decorrer do processo de execução da ação, como a impossibilidade na contratação de empresa especializada e consultoria e decretos governamentais de contenção de despesas. Em 2019 a ação foi redirecionada para modalidade do evento seminário, para: "Encontro Estadual de Proteção Social Especial", realizado no período de 19 a 21 de novembro, que contemplou a temática proposta e proporcionou como estratégia a participação de profissionais das 12 Regiões de Integração de Estado.
Capacitar 640 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil.	SEASTER	Carajás	0	24	0	0	4%	O total da meta prevista para a região foi superestimada em decorrência da incorreção do cálculo quando da elaboração do PPA 2016/2019. Assim, a meta prevista para a região deveria ser de aproximadamente 200 profissionais capacitados ao longo do quadriênio e foi recalculada para cada exercício. Em 2019 foram priorizadas ações em municípios que estavam a mais de três anos sem apoio técnico da SEASTER e municípios com barragens, conforme agenda de governo e da Diretoria de Assistência Social. Cabe ressaltar, que a temática acima foi abordada durante o "Encontro Estadual de Proteção Social Especial", realizado no período de 19 a 21 de novembro, que contemplou e proporcionou como estratégia a participação de profissionais das 12 Regiões de Integração de Estado.
Capacitar 790 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil.	SEASTER	Marajó	51	0	0	0	6%	O total da meta prevista para a região foi superestimada em decorrência da incorreção do cálculo quando da elaboração do PPA 2016/2019. Assim, a meta prevista para a região deveria ser de aproximadamente 200 profissionais capacitados ao longo do quadriênio e foi recalculada para cada exercício. Em 2019, foram priorizadas ações conforme agenda de governo que considerou prioritário os municípios com barragens e agenda da Diretoria de Assistência Social que priorizou os municípios que estavam a mais de 03 (três) anos sem o apoio técnico da SEASTER. Cabe ressaltar, que a temática acima foi abordada durante o "Encontro Estadual de Proteção Social Especial", realizado no período de 19 a 21 de novembro, que contemplou e proporcionou como estratégia a participação de profissionais das 12 Regiões de Integração.
Capacitar 800 profissionais nas áreas de atendimento especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil.	SEASTER	Araguaia	0	57	0	0	7%	O total da meta prevista para a região foi superestimada em decorrência da incorreção do cálculo quando da elaboração do PPA 2016/2019. Assim, a meta prevista para a região deveria ser de aproximadamente 200 profissionais capacitados ao longo do quadriênio e foi recalculada para cada exercício. Em 2019, foram priorizadas ações conforme agenda de governo que considerou prioritário os municípios com barragens e agenda da Diretoria de Assistência Social que priorizou os municípios que estavam a mais de 03 (três) anos sem o apoio técnico da SEASTER. Cabe ressaltar, que a temática acima foi abordada durante o "Encontro Estadual de Proteção Social Especial", realizado no período de 19 a 21 de novembro, que contemplou e proporcionou como estratégia a participação de profissionais das 12 Regiões de Integração.